



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA

**MAÍSA CARLA DOS SANTOS COSTA**

**CONCEPTUALIZAÇÕES DO GOLPE/IMPEACHMENT  
DA EX-PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF EM JORNAIS  
DOS PAÍSES DO MERCOSUL**

Salvador-BA  
2018

**MAÍSA CARLA DOS SANTOS COSTA**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> A. Ariadne Domingues Almeida**

**CONCEPTUALIZAÇÕES DO GOLPE/IMPEACHMENT  
DA EX-PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF EM JORNAIS  
DOS PAÍSES DO MERCOSUL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, na área Linguística Histórica, na linha de pesquisa Constituição Histórica do Português e das demais Línguas Românicas, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Letras.

Salvador-BA

2018

## AGRADECIMENTOS

À minha adorada mãe Maria do Carmo, por ter me apoiado nas minhas escolhas e por todo amor, compreensão, dedicação, incentivo e cuidado que sempre me ofereceu em todos os momentos da minha vida.

À minha linda irmã Monique, por me atualizar nas novidades presentes na nova geração e por me trazer as alegrias próprias do mundo juvenil.

Ao meu amado irmão Matheus, pela simples razão da sua existência que me mostrou como mudamos com o tempo.

A todos os meus familiares por terem sempre torcido por mim.

À minha queridíssima orientadora Ariadne Almeida, por toda a força, todo incentivo, gentileza, carinho, compreensão, generosidade e sabedoria e por ter sempre proporcionado reuniões e aulas muito divertidas e leves, contribuindo sobremaneira para a minha continuidade no processo de escrita desta Dissertação.

À minha orientadora na graduação, a queridíssima professora Juliana Soledade, pelo carinho e por ter me ensinado muito do que eu sei sobre o caminho de como se fazer uma pesquisa.

Ao grupo Aventureiras.br (Caroline Viana, Fernanda Oliveira, Juliana Carvalho, Jana, Vanessa Evelin, Suzane), pela amizade e por todas as boêmias que vivemos juntas. Agradecê-las por terem sido minha válvula de escape e por me proporcionarem momentos tão prazerosos e inesquecíveis.

Aos estimados amigos e colegas Adriana Souza, Natival Neto, Jan Góes, Marcelo Adoniran, Bruna Lopes, Bruno Oliveira, Jaqueline Oliveira, Edson Santos, Bruno Sofrozine, Neila Santana, agradeço a todos que me ajudaram de alguma forma.

Ao grupo de pesquisa GESCOG, pelas reuniões e eventos acadêmicos que me foram proporcionados.

À UFBA, por ter proporcionado a minha formação acadêmica no curso de Letras.

## Ajedrez

### I

En su grave rincón, los jugadores  
Rigen las lentas piezas. El tablero  
Los demora hasta el alba en su severo  
Ámbito en que se odian dos colores.

Adentro irradian mágicos rigores  
Las formas: torre homérica, ligero  
Caballo, armada reina, rey postrero,  
Oblicuo alfil y peones agresores.

Cuando los jugadores se hayan ido  
Cuando el tiempo los haya consumido,  
Ciertamente no habrá cesado el rito.

En el oriente se encendió esta guerra  
Cuyo anfiteatro es hoy toda la tierra,  
Como el otro, este juego es infinito.

### II

Tenue rey, sesgo alfil, encarnizada  
reina, torre directa y peón ladino  
sobre lo negro y blanco del camino  
buscan y libran su batalla armada.

No saben que la mano señalada  
del jugador gobierna su destino,  
no saben que un rigor adamantino  
sujeta su albedrío y su jornada.

También el jugador es prisionero  
(la sentencia es de Omar\*) de otro tablero  
de negras noches y de blancos días.

Dios mueve al jugador, y éste, la pieza.  
¿Qué Dios detrás de Dios la trama empieza  
de polvo y tiempo y sueño y agonías?

**Jorge Luis Borges**

## RESUMO

A presente Dissertação de Mestrado socializa resultados de uma investigação que fez o levantamento e estudo das formas de conceptualização do afastamento definitivo da ex-presidenta do Brasil, Dilma Vana Rousseff, tendo como corpus fragmentos de notícias de cinco jornais *on-line* publicados nos cinco diferentes países que eram membros do Mercosul até o dia da votação final do processo de impeachment, realizada no Senado brasileiro, que acabou por condenar a ex-presidenta por crime de responsabilidade, levando-a à perda do mandato presidencial. Os jornais, usados para a constituição do corpus, foram escritos em língua portuguesa e em língua espanhola: *Folha de São Paulo*, *El Mundo*, *Clarín*, *El País* e *HOY*, editados, respectivamente, no Brasil, Venezuela, Argentina, Uruguai e Paraguai; todos os excertos constituintes do corpus foram coletados de notícias publicadas no dia 31 de agosto de 2016, quando ocorreu a votação final que levou à ex-presidenta ao referido afastamento. A pesquisa empreendida se valeu de um estudo de natureza qualitativa, de uma perspectiva documental e hermenêutica. O aporte teórico foi tomado da Semântica Cognitiva, mais especificamente das discussões propostas por Lakoff e Johnson (2002 [1980]), Lakoff (1987), Lakoff (2007[2004]), Soriano (2012), Barcelona (2012), Lakoff (2007 [1980]), Ibarretxe-Antuñano e Caballero (2008), dentre outros. Os resultados foram organizados, a partir de domínios-fonte da experiência, considerando os mapeamentos metafóricos, metonímicos e metaftonímicos, que apontaram para a conceptualização do afastamento definitivo da ex-presidenta do Brasil, a partir das identificações das expressões linguísticas, cujos sentidos puderam ser concebidos enquanto caracterizadores dos frames, como teoricamente foi proposto por Lakoff (2007[2004]), para assim apresentar a intrínseca relação entre as manifestações linguísticas, culturais, históricas, sociais, experienciais e conceptuais. Como exemplo de conceptualização metafórico, encontramos a expressão: “O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), disse que: ‘o impeachment, não há como negar, é traumático’, mas ‘consolida o processo democrático’.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 4), instanciando as metáforas IMPEACHMENT É TRAUMA e IMPEACHMENT É CONSOLIDAÇÃO. Já como exemplo de conceptualização metonímica, encontramos o trecho a seguir: “Aunque desde ayer había certeza que la mandataria sería *defenestrada*, el episodio no deja de tener un terrible impacto.” (CLARÍN, 2016, p. 1-5), instanciando a metonímica CAUSA-CONSEQUÊNCIA, uma vez que o impeachment (causa) levou à

defenestração da presidenta (consequência). Esses e outros exemplos são interpretados e discutidos nesta Dissertação de Mestrado.

**Palavras-chave:** Semântica Cognitiva; Conceptualização; Golpe de Estado; Impeachment; Mercosul.

## RESUMEN

Esta disertación de maestría socializa resultados de una investigación que se propuso hacer el levantamiento y estudio de las formas de conceptualización del alejamiento definitivo de la ex presidenta de Brasil, Dilma Vana Rousseff, teniendo como corpus cinco periódicos *on-line* publicados en cinco diferentes países que eran miembros del Mercosur hasta el día de la votación final del impeachment, ocurrida en el Senado, que acabó por condenar a la ex presidenta por crimen de responsabilidad, llevándola a la pérdida del mandato presidencial. Los periódicos, utilizados como corpus, fueran escritos en lengua portuguesa y lengua española, siendo ellos los siguientes periódicos: *Folha de São Paulo*, *El Mundo*, *Clarín*, *El País* e *HOY* editado, respectivamente, en Brasil, Venezuela, Argentina, Uruguay y Paraguay, respectivamente, todas las noticias son del día 31 de agosto de 2016, día de la votación final que llevó la expresidenta al alejamiento definitivo. Este estudio es de naturaleza cualitativa con una perspectiva documental y hermenéutica. Utilizamos como aporte teórico de la Semántica Cognitiva, específicamente, de las discusiones propuestas por Lakoff e Johnson (2002 [1980]), Lakoff (1987), Lakoff (2007[2004]), Soriano (2012), Barcelona (2012), Lakoff (2007 [1980]), Ibarretxe-Antuñano e Caballero (2008) y otros. Los resultados fueran organizados, a partir de los dominios-fuente de la experiencia, considerando los mapping metafóricos y metonímicos, que apuntaran para la conceptualización del alejamiento definitivo de la ex presidenta de Brasil, a partir de las expresiones lingüísticas, cuyo sentidos fueran concebidos como caracterizadores de marcos/frames, como teóricamente fue propuesto por Lakoff (2007 [2004]), para así presentar la intrínseca relación entre las manifestaciones lingüísticas, culturales, históricas, sociales, experienciales y conceptuales. Como ejemplo de conceptualización metafórica encontramos expresiones como: “O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), disse que ‘o impeachment, não há como negar, é *traumático*’, mas ‘*consolida o processo democrático*’.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 4), que instancia las metáforas IMPEACHMENT ES TRAUMA e IMPEACHMENT ES CONSOLIDACIÓN. Como en el ejemplo de conceptualización metonímica, encontramos el trecho siguiente: “Aunque desde ayer había certeza que la mandataria sería *defenestrada*, el episodio no deja de tener un terrible impacto.” (CLARÍN, 2016, p. 1-5), que instancia la metonimia CAUSA-CONSECUENCIA, una vez que el

impeachment (causa) llevó a la defenestración de la presidenta (consecuencia). Eses y otros ejemplos son interpretados y discutidos en esta búsqueda.

**Palabras-clave:** Semántica Cognitiva; Conceptualización; Golpe de Estado; Impeachment; Mercosur.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	9
<b>2 ASPECTOS TEÓRICOS</b>	12
2.1 MODELOS COGNITIVOS IDEALIZADOS	16
2.2 METÁFORAS E METONÍMIAS CONCEPTUAIS	21
2.3 METÁFORA CONCEPTUAL	22
2.4 METONÍMIA CONCEPTUAL	30
2.5 METAFONÍMIA CONCEPTUAL	34
<b>3 A IDENTIDADE LATINO-AMERICANA E A CRIAÇÃO DO MERCOSUL</b>	41
3.1 O QUE É UM GOLPE DE ESTADO?	57
3.2 O QUE É UM IMPEACHMENT?	70
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	81
4.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O CORPUS E DIFICULDADES NO ÂMBITO DO SEU ESTUDO	83
4.2 CORPUS: PROCEDIMENTOS DE ESTUDO	86
4.3 <i>EL PAÍS</i> (URUGUAI)	87
4.4 <i>FOLHA DE SÃO PAULO</i> (BRASIL)	88
4.5 <i>EL MUNDO</i> (VENEZUELA)	90
4.6 <i>CLARÍN</i> (ARGENTINA)	91
4.7 <i>HOY</i> (PARAGUAI)	92
<b>5 ESTUDO DO CORPUS</b>	93
5.1 CONCEPTUALIZAÇÕES METAFÓRICAS	98
5.2 CONCEPTUALIZAÇÕES METONÍMICAS	117
5.3 CONCEPTUALIZAÇÕES DE METAFONÍMICAS	133
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	140
<b>REFERÊNCIAS</b>	149

## 1 INTRODUÇÃO

Para a Linguística Cognitiva, a linguagem é entendida como meio de conhecimento que existe em conexão com as nossas experiências com o mundo; dessa forma, de acordo com Silva (1997), as unidades e as estruturas da linguagem são estudadas como manifestações da nossa capacidade cognitiva em relação ao nosso meio social, cultural e individual. É a partir dessa concepção que iniciamos a apresentação desta Dissertação de Mestrado, cujo objetivo é expor os resultados do estudo feito sobre as conceptualizações do afastamento definitivo da ex-presidenta do Brasil, Dilma Vana Rousseff, localizadas em jornais *on-line*, publicados nos países participantes do Mercosul e datados do dia 31 de agosto de 2016, último dia da votação que a levou ao afastamento definitivo da função de chefe do Estado da República Federativa do Brasil. Para isso, faremos a exposição das conceptualizações identificadas em trechos de notícias presentes nesses jornais *on-line*, com o objetivo de refletir sobre essas conceptualizações encontradas tanto nacional quanto internacionalmente. Para explicarmos tais conceptualizações do afastamento presidencial, nos valem do arcabouço teórico da Semântica Cognitiva, uma vertente da Linguística Cognitiva.

O interesse em estudar o afastamento definitivo da ex-presidenta se deve à importância desse acontecimento na política, na economia e na história do Brasil. Além desses fatores, nos interessamos pelo tema, uma vez que a destituição de Dilma Rousseff causou controvérsias no país, pois, no referido período, houve muitos protestos contra e pró-impeachment, levando-nos a nos interessar em saber como tal evento foi conceptualizado no exterior e, também, no Brasil.

Em face do objetivo geral, nos comprometemos responder a seguinte questão: como o afastamento definitivo de Dilma Vana Rousseff foi conceptualizado no corpus desta dissertação? E como objetivos específicos, temos: i) expor possíveis fatores históricos, políticos, econômicos e sociais responsáveis por tais conceptualizações; ii) explicar sobre semelhanças culturais, políticas e econômicas entre os países da América do Sul, sobre como a identidade latino-americana foi importante para a formação do bloco econômico Mercosul; iii) relacionar os fragmentos constantes do corpus com o arcabouço teórico da Semântica Cognitiva/Linguística Cognitiva; iv) apresentar e

caracterizar as conceptualizações metafóricas, metonímicas e metaftonímicas encontradas nos trechos interpretados.

O corpus deste estudo foi constituído por fragmentos de textos publicados em jornais que circulam em países do bloco econômico Mercado Comum do Sul (Mercosul), como já assinalamos. Nos valem desses jornais, pois acreditamos na relevância sociocultural desse bloco econômico na América Latina. Com o aporte teórico da Semântica Cognitiva/Linguística Cognitiva, nos norteamos pelos seguintes autores: Lakoff e Johnson (2002 [1980]), Lakoff (1987), Lakoff (2007[2004]), Soriano (2012), Barcelona (2012), Lakoff (2007 [1980]), Ibarretxe-Antuñano e Caballero (2008), entre outros; para o arcabouço teórico do conceito de América Latina e do surgimento do bloco econômico Mercosul, utilizamos as reflexões propostas por Figueiredo (2010), Castells (1996), Feres Jr (2005), Silva (2014), Mignolo (2005), Roberts (2008), Souza (2011), Pizarro (2003), Zarpelão (2013), entre outros pesquisadores; para as dimensões socioculturais nacionais que envolveram o afastamento da ex-mandatária, nos valem dos seguintes autores: Oliveira (2016), Bianchi (2018), Possenti (2018), Góes e Medeiros (2011), Ricitilli (2006), entre outros. Com os resultados apresentados, almejamos contribuir com os estudos linguísticos sócio-cognitivos, especificamente, com os relacionados à Semântica Cognitiva que tem como princípio a importância das nossas experiências, sejam elas físicas, culturais e sociais, para a conceptualização.

Nesta Dissertação, formulamos quatro seções, as quais se intitulam: *2 Aspectos teóricos*; *3 A identidade Latino Americana e a criação do Mercosul*; *4 Procedimentos Metodológicos*; *5 Estudo do Corpus*; além desta *Introdução*, das *Considerações Finais* e das *Referências*.

Na primeira seção, abordamos as teorias que foram utilizadas como arcabouço teórico da Semântica Cognitiva, antes, porém, apresentamos o surgimento da Linguística Cognitiva, procurando situar o(a) leitor(a) no quadro teórico que conduziu as discussões que serão expostas, na seção destinada ao estudo do corpus.

Na segunda seção, tratamos dos contextos históricos e dos fatores sociais que consideramos importantes para entendermos as conceptualizações do afastamento da ex-presidenta do Brasil. Além disso, abordamos questões relacionadas à América

Latina, discutindo alguns aspectos identitários e discorrendo brevemente sobre questões geo-sócio-históricas-culturais-político-ideológicas.

Na terceira seção, explicitamos os procedimentos metodológicos utilizados para fazer o estudo científico das conceptualizações do afastamento da presidenta Dilma Vana Rousseff. Ademais, damos informações sobre o corpus, tecendo alguns comentários acerca da história dos jornais usados na constituição do corpus da pesquisa realizada.

Na quarta seção, fazemos a exposição dos resultados encontrados a partir do estudo do corpus, de modo a expor as conceptualizações identificadas, os jornais que apresentaram cada conceptualização, seguidos das vozes de cada conceptualizador(a).

Por fim, tratamos das nossas Considerações Finais, acerca do estudo empreendido, as quais serão seguidas pelas Referências que embasaram as discussões que foram feitas.

## 2 ASPECTOS TEÓRICOS

Foi na cidade da Califórnia, nos Estados Unidos, nos finais da década de 1970, que os estudos da Linguística Cognitiva (doravante, LC) começaram. A LC adotou uma perspectiva filosófica denominada experiencialismo ou realismo experiencial, que se contrapõe ao objetivismo dos estudos linguísticos preponderante naquela época. Sobre a distinção entre as perspectivas experiencialista e objetivista, Cuenca e Hilferty (1999) apontam algumas diferenças que aparecem sintetizadas, no quadro a seguir:

Quadro1- Duas conceptualizações polares acerca do pensamento

Objetivista	Experiencialista
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pensar é manipular símbolos abstratos, que se relacionam diretamente com o mundo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O pensamento responde a uma estrutura ecológica.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O pensamento é independente do corpo humano.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O pensamento tem carácter corpóreo, isto é, se baseia na experiência do corpo humano.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O pensamento é autônomo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O pensamento tem propriedades gestálticas.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O pensamento é lógico e pode ser formalizado e descrito a partir de valores de verdade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O pensamento é imaginativo e só pode ser descrito por modelos cognitivos.</li> </ul>

Fonte: Cuenca e Hilferty (1999)<sup>1</sup>.

A partir da referida tabela, podemos observar que ambas perspectivas teóricas possuem visões muito divergentes em relação à cognição humana, uma vez que, para os experiencialistas, a linguagem, como toda a capacidade humana, é baseada nas experiências do mundo; assim, se opõem à visão tradicionalista dos objetivistas que concebem o significado como algo que existe independentemente da cognição. Para os experiencialistas, a linguagem permite o emergir das conceptualizações e a estrutura linguística depende de tais conceptualizações. Enquanto os objetivistas defendem que a linguagem possui uma autonomia em relação ao falante, que o pensamento é uma

<sup>1</sup>As informações do quadro foram traduzidas por nós.

<sup>2</sup>Tradução nossa do original: Mi defensa comienza por demostrar que el movimiento corporal humano, la

manipulação de símbolos abstratos e o significado é uma correspondência direta do mundo exterior, os experientialistas defendem que a linguagem não possui autonomia em relação ao falante, mas pelo contrário, a linguagem está diretamente baseada na experiência do ser humano com o mundo e o significado está diretamente relacionado às experiências dos falantes. O experientialismo destaca, também, a importância do corpo humano na compreensão dos conceitos, isto é o que se conhece como *mente corporificada*. Sobre a importância do corpo na compreensão humana, Johnson (1987), afirma:

Minha defesa começa por demonstrar que o movimento do corpo humano, a manipulação de objetos e as interações supõem padrões periódicos sem os quais a nossa experiência seria caótica e imprescindível. Denomino <<esquemas de imagens>> aos ditos padrões porque funcionam, basicamente, como estruturas abstratas de imagens. Se trata de estruturas gestálticas, que se compõem de partes que guardam relação entre si e que se organizam em um todo unificado mediante o qual nossa experiência manifesta uma ordem discernível<sup>2</sup> (JOHNSON, 1991 [1987], p.23).

Podemos perceber, na defesa de Johnson (1991 [1987]), que o caráter central da corporiedade humana influi no modo como compreendemos o mundo e que a nossa realidade está moldada por padrões relacionados ao nosso movimento corporal, pelos contornos de nossa orientação espacial e, também, pela forma com a qual interagimos com os objetos. Ter o corpo como foco central da experiência pode facilitar a compreensão de como ocorre a comunicação entre pessoas. A linguagem, para Cuenca e Hilferty (1999), serve de estruturas conceituais compartilhadas sendo convencionalizadas entre os falantes de uma comunidade de fala, isso quer dizer que existem estruturas conceptualizadas de modo diferente, mas, mesmo assim, não são incompreensíveis. Destarte, podemos perceber que a linguagem é o meio de conhecimento que existe em conexão com as nossas experiências com o mundo.

---

<sup>2</sup>Tradução nossa do original: Mi defensa comienza por demostrar que el movimiento corporal humano, la manipulación de objetos y las interacciones perspectivas suponen patrones periódicos sin los cuales nuestra experiencia sería caótica e imprescindible. Denomino <<esquemas de las imágenes>> a dichos patrones porque funcionan, básicamente, como estructuras abstractas de imágenes. Se trata de estructura gestálticas, que se componen de partes que guardan relación entre sí y que se organizan en todos unificados mediante los cuales nuestra experiencia manifiesta un orden discernible. (JOHNSON, 1991 [1987], p.23).

Ainda, sobre a LC e a corporificação, Silva (1997) explica:

A Linguística Cognitiva é uma abordagem da linguagem perspectivada como meio de conhecimento e em conexão com a experiência humana do mundo. As unidades e as estruturas da linguagem são estudadas, não como se fossem entidades autônomas, mas como manifestações de capacidades cognitivas gerais, da organização conceptual, de princípios de categorização, de mecanismos de processamento e da experiência cultural, social e individual. (SILVA, 1997, p.59).

Podemos usar a explicação de Silva (1997), para melhor entendermos em linhas gerais como funciona a LC, uma vez que pensamos que é uma abordagem da linguagem, mas que não se restringe a ela, pois temos, também, de considerar as questões culturais, sociais e individuais dos falantes e escreventes, uma vez que a compreensão está diretamente relacionada a nossas experiências com o mundo; desse modo, a linguagem não é vista como um sistema autônomo como era defendido no estruturalismo (quando a linguagem era entendida como um sistema que se bastava em si) e no gerativismo (que defende a faculdade da linguagem como um componente autônomo da mente, sem dependência de outras faculdades mentais). A LC, sem dúvida, compreende que, para entender a linguagem, precisamos dialogar com outras áreas do saber e que a língua não basta em si mesma, negando, desse modo, o postulado da separação entre conhecimento "semântico" (linguístico) e conhecimento "enciclopédico" (extra-linguístico), uma vez que os dois conhecimentos estão, igualmente, imbricados na linguagem.

O interesse acerca do fenômeno relativo à significação deu origem à Semântica Cognitiva (doravante, SC), uma das teorias que constitui o arquipélago da LC, uma vez que esse estudo surgiu como uma reação ao modelo semântico antes existente que, segundo Cuenca e Hilferty (1999), era marcadamente formalista, posto que considerava a significação como um nível autônomo da linguagem. Ainda segundo esses autores, os semanticistas gerativistas se centralizaram na sintaxe e no caráter dicotômico e discreto dessa categoria, deixando os aspectos semântico e pragmático a serviço da sintaxe (CUENCA; HILFERTY, 1999). Sobre a perda de força dos estudos semânticos no gerativismo, Cuenca e Hilferty (1999) citam Lakoff, ao afirmarem que:

O problema era que, no fundo, os semanticistas gerativos não deixavam de assumir totalmente a centralidade da sintaxe e o caráter dicotômico e discreto das categorias. Insistiam na importância dos fatores semânticos e pragmáticos, mas tinham presente que “tudo

deveria ser justificado sintaticamente; quer dizer, que os outros dois níveis existiam para servir a forma sintática” (R. Lakoff 1989: 982). (CUENCA; HILFERTY, 1999, p. 21)<sup>3</sup>.

Como defendem os mencionados autores, as reflexões sobre as questões semânticas já existiam no gerativismo, mas com uma perspectiva diferente dos estudos que ora se apresentam.

É preciso ressaltar, inclusive, que a perspectiva cognitiva da linguagem não é nova, pelo contrário, já era abordada nos séculos XIII e XIV pelos modistas, que concordavam com a inspiração aristotélica. Dito isto, é preciso pontuar que, aqui, não iremos abordar a Linguística Gerativista que, também, é considerada cognitivista, uma vez que a ideia de língua como faculdade mental já estava presente nessa perspectiva dos estudos linguísticos. Neste sentido, a LC apresenta uma inovação, no que concerne à função cognitiva da linguagem passar a constituir o objeto de uma investigação sistemática e aberta à interdisciplinaridade, pois ela, além de incluir dados relevantes de outras ciências na teorização e interpretação da linguagem, também, contribui para o estudo da cognição humana.

As pesquisas em LC contribuem, assim, para a compreensão da cognição humana, uma vez que tal teoria entende o significado como um fenômeno mental, construído a partir da nossa interação; assim sendo, não podemos deixar de mencionar a importância do nosso cérebro nesse processo, uma vez que toda ação que nosso corpo executa é controlada por nosso cérebro. O raciocínio se dá pela ativação de certos grupos neuronais, que advém da ativação prévia de outros grupos neuronais. Nessa perspectiva da Teoria Neural da Linguagem, torna-se importante combinar o que já é cientificamente comprovado com os conhecimentos baseados na computação neural, como menciona Lakoff (2012). A Teoria Neural da Linguagem chegou ao Instituto Internacional de Ciências da Computação, em 1988; foi nesse instituto que Lakoff e Feldman formaram um grupo, com o intuito de estudar e interligar resultados da Neurociência, da Linguística Cognitiva e da Psicologia, e de examinar suas relação com a metáfora conceptual. Não iremos adentrar nessas questões, pois Lakoff (2012) reservou, nos seus trabalhos, espaços para a discussão sobre a metáfora conceptual,

---

<sup>3</sup>Tradução nossa do original: El problema era que, en el fondo, los semantistas generativos no dejaban de asumir del todo la centralidad de la sintaxis y el carácter dicotómico y discreto de las categorías. Insistían en la importancia de los factores semánticos y pragmáticos, pero tenían presente que "todo debía ser



deixando de lado a metonímia, por isso não iremos discorrer, neste momento, sobre essas questões relativas à Teoria Neural<sup>4</sup>.

## 2.1 MODELOS COGNITIVOS IDEALIZADOS

Não podemos tratar de Modelos Cognitivos Idealizados (doravante, MCI's) sem mencionarmos a importância da categorização, pois Lakoff (1987) destaca que a categorização só é possível via um MCI, pois é ele o responsável pela organização de todo conhecimento. Chamamos de categorização o que Duque e Costa (2012) conceituam como toda a atividade mental que nos permite organizar, em termos de classe, a imensa variedade de entidades que constituem o âmbito externo, dando-lhe significações particulares, com o propósito de resolvermos certas disponibilidades e atingirmos objetivos considerados importantes. Ainda de acordo com Duque e Costa (2012), a categorização acontece, por exemplo, quando organizamos as coisas a nossa volta em termos de MOBILIÁRIO, ALIMENTOS, VESTIMENTAS, JOGOS, VEÍCULOS, ANIMAIS DOMÉSTICOS etc. Por fim, eles concluem que a categorização é uma atividade cognitiva e sociocultural, a partir da qual a realidade é construída, e não um processo da mente individual; assim sendo, a categorização é uma atividade cognitiva fundamental existente, desde os nossos primeiros momentos de vida, atestando nossa interação com o meio ambiente onde vivemos; dessa forma, os fatores históricos sociais e culturais se interligam à nossa cognição, como salientam Duque e Costa (2012).

Ao categorizarmos o mundo a nossa volta, estamos, também, conceptualizando, ou seja, significando as coisas do mundo; assim sendo, podemos perceber que categorizar envolve, conseqüentemente, a significação, pois, para a SC, o significado é um fenômeno mental, construído a partir da interação cognitiva e biológica do conceptualizador, da influência do seu corpo e da sua interação social com o mundo. Então, quando falamos de significação, não podemos deixar de mencionar a importância do conceptualizador, nesse processo, pois acreditamos que o significado não está no objeto em si. Quando nos referimos à influência do nosso corpo na significação,

---

<sup>4</sup>Até o presente momento, estamos buscando aparatos da Teoria Neural para o estudo da metonímia. Então, para concluirmos este trabalho no prazo delimitado pelo PPGLinC do ILUFBA, não teríamos tempo de compreender a abordagem no âmbito do fenômeno metonímico, por isso abdicamos de uma abordagem neural da linguagem. Mas, em outros estudos posteriores, vamos adotá-la.

estamos defendendo que o significado e o seu valor se encontram na natureza do nosso corpo e do nosso cérebro através das interações com os diferentes entornos sociais e culturais. A nossa natureza corporificada motiva e restringe o modo como significamos o mundo; assim sendo, o nosso corpo condiciona a forma como conceptualizamos o mundo. Essa ideia de corporização do significado ficou conhecida como a Teoria da Mente Corporificada; tal teoria tem como princípio o fato de que a motivação do signo não é arbitrária, o que nos leva a uma abordagem mais holística dos dados que considera tanto o conhecimento linguístico quanto o conhecimento enciclopédico do falante e do escrevente na construção do significado, como defende Lakoff (1987). Segundo Lakoff e Jonhson (2002 [1980]), para compreender o mundo, os conceptualizadores se valem de alguns processos, sendo dois deles a conceptualização metafórica e metonímica que serão abordadas nas duas próximas subseções.

Como já mencionamos, o conceptualizador é fundamental no processo de significação, pois, para nós, o significado não está no objeto em si. Dessa forma, um mesmo objeto pode ser compreendido de modo antagônico; tais conceptualizações, segundo Lakoff (2007 [1980]), devem-se ao frames, isto é, às nossas estruturas mentais, pois são elas que conformam nosso modo de ver o mundo. Na política, ainda, segundo Lakoff (2007 [1980]), nossos frames conformam nossas políticas sociais e as instituições que criamos para poder realizarmos essas políticas. Para o referido autor, os frames não podem nem ser vistos nem escutados, pois formam parte do que os cientistas cognitivos chamam de “inconsciente cognitivo”. Para Lakoff (2007 [1980]), todas as palavras se definem em relação aos frames conceituais, como podemos constatar no trecho a seguir: “Todas as palavras se definem em relação aos frames conceituais. Quando se escuta uma palavra, ativa no cérebro seu frame (ou seu conjunto de frames)<sup>5</sup>”(LAKOFF, 2007 [1980], p.4). Assim, acreditamos que os frames dos indivíduos conceptualizadores são importantes para compreensão das conceptualizações encontradas no corpus desta Dissertação.

Os MCIs, segundo Lakoff (1987), esses são construções cognitivas advindas de experiências, nos ajudando a compreender e organizar a realidade. Para o referido autor, os modelos cognitivos são considerados idealizados por dois motivos: a) por não se

---

<sup>5</sup> Tradução nossa: Todas las palabras se definen en relación a *marcos* conceptuales. Cuando se oye una palabra, se activa en el cerebro su marco (o su colección de marcos). (LAKOFF, 2007 [1980], p.4).

adequarem perfeitamente ao mundo em decorrência de serem frutos do aparato cognitivo humano e da realidade; o que consta de um modelo cognitivo é determinado por crenças, culturas, valores etc.; b) pela possibilidade de construção de novos modelos para a compreensão de uma determinada situação, podendo ser esses modelos contraditórios entre si. Em relação ao primeiro motivo apresentado por Lakoff (1987), entendemos que os MCI's devem ser culturalmente situados, uma vez que o nosso sistema conceptual humano e as categorias por nós geradas são, ao mesmo tempo, cognitivos e culturais; nesse sentido, os MCI's são construídos coletivamente. Assim sendo, por exemplo, o modelo ave, para os brasileiros, provavelmente, contemplará espécies como beija-flor, pomba, arara etc. Por outro lado, indivíduos de regiões como o Alasca, por exemplo, podem gerar o seu MCI com espécies como pinguim. Nesse sentido, os MCI's serão elaborados com atributos prototípicos, de cada cultura, como é apresentado por Almeida (2018). Em relação ao segundo motivo apresentado por Lakoff (1987), temos a flexibilidade de inclusão de novas categorias nos MCI's; ao observamos o MCI de família atual, percebemos como ele era distinto do MCI de família de 100 anos atrás, uma vez que a configuração de família sofreu alterações, ao longo do tempo, permitindo a inclusão de novos MCIs, incluído, na categoria de família, mãe solteira com seus filhos, casais homoafetivos etc.

A existência de membros mais representativos em uma categoria implica que existem atributos mais centrais (prototípicos) com maior grau de prototipicidade. Dessa forma, no Brasil, existem aves compreendidas como mais prototípicas, havendo, portanto, maior grau de prototipicidade em uma categoria. Duque e Costa (2012) discorrem sobre a categorização prototípica. A diferença entre a concepção de prototipicidade tradicional e a categoria prototípica está no fato de que aquela possibilita, apenas, a inclusão ou a exclusão de um membro, em uma categoria. Já a categoria prototípica consiste na existência de um *continuum*; dessa forma, diversos membros estão dentro de uma mesma categoria. Assim sendo, a entidade prototípica, na perspectiva tradicional, se organiza em torno de um exemplar prototípico que se situa no centro e os demais exemplares se situam no entorno desse centro prototípico. Já no caso das categorias prototípicas, apresenta-se uma flexibilidade ignorada pela prototipicidade tradicional. Neste caso, novas entidades e novas experiências podem ser prontamente associadas aos membros periféricos para uma dada categoria prototípica, sem que haja, contudo, uma reestruturação do sistema categórico.

Ainda sobre os MCIs, Lakoff (1987) defende que um MCI é uma estrutura cognitiva que emerge da aplicação de certos princípios estruturadores do nosso conhecimento de mundo. Inicialmente, Lakoff (1987) propôs quatro tipos de MCI, a saber: mapeamento metafórico, mapeamento metonímico, estruturas proposicionais e esquema-imagéticas. Sendo o mapeamento metafórico a correspondência entre domínios conceptuais em que o domínio-fonte nos permite entender e raciocinar sobre o outro, denominado domínio-alvo. Já o mapeamento metonímico consiste em uma correspondência interna a um só domínio, em que o domínio-fonte aciona a meta. As estruturas proposicionais nos proporcionam contextos conceptuais para a adequada seleção dos elementos constitutivos dos conceitos que se inscrevem em uma dita categoria. Por último, temos as estruturas esquema-imagéticas que são configurações topológicas primárias, como as noções de recipiente, movimento, caminho etc., baseadas em nossas experiências físicas com o entorno.

A partir da noção de que os MCI's são, também, constructos culturais, não podemos deixar de relacioná-los à noção da *culture sieve* (*peneira cultural*). Tal palavra foi traduzida por Valenzuela, Ibarretxe-Antuñano e Hilferty (2012), para o espanhol, como *filtro de la cultura*; esse conceito foi apresentado, inicialmente, por Ibarretxe-Antunano (2008) e, para a referida autora, a *peneira cultural* é definida como um dispositivo mediador ativo que faz o nosso corpo e as nossas experiências sensório-motoras universais passarem pelas crenças, conhecimentos e visão mundiais complexas e, socialmente, adquiridas e intrínsecas a uma ou várias comunidades. A *peneira cultural* não é um elemento passivo; não é, apenas, um monte de pedaços de cultura que adicionam informações contextuais para a conceptualização metafórica. A *peneira cultural*, para Ibarretxe-Antuñano (2008), deve ser entendida como uma ação ativa na análise de metáforas, pois ela manipula a cultura dos elementos de duas maneiras. Por um lado, ela "filtra" os elementos que estão de acordo com as premissas de uma determinada cultura e, por outro, ela "impregna" o mapeamento com toques de uma cultura em contraste com outros sistemas culturais e sociais.

Para exemplificar o conceito de *peneira cultural*, Ibarretxe-Antuñano e Caballero (2008) apresentam alguns resultados de um estudo realizado por Evans e Wilkins (2000); nesse estudo, foram descritas mais de 60 línguas australianas e, com isso, segundo Ibarretxe-Antuñano e Caballero (2008), foi possível observar que o domínio do intelecto e da cognição é estabelecido, através da audição em vez da visão, ao

contrário do que se pregava na literatura linguística que, por sua parte, compreendia, metaforicamente, que COGNIÇÃO É VISÃO, uma vez que se partia do pressuposto de que a visão é o sentido mais importante, de que a experiência visual traz resultados imediatos de informações rápidas, diretas e confiáveis, explicando, assim, porque esse sentido (a visão), em particular, está vinculado ao "entendimento" - em contraste com outras modalidades de sentido, como o cheiro, que está vinculado para "adivinhar", "suspeitar" e "detectar". Sendo assim, se a ideia de universalidade estivesse completamente correta, todos os seres humanos perceberiam e experimentariam a visão da mesma maneira, já que todos têm o mesmo aparelho fisiológico e psicológico para a percepção visual. Porém, Ibarretxe-Antuñano e Caballero (2008), ao citarem Mayer (1982), relatam que, em Ommura, Papua Nova Guiné, todos os processos intelectuais estão associados ao sistema auditivo. Tudo a respeito de motivos, pensamentos e intenções é "no ouvido", um verbo como *iero* significa "ouvir (um som)" e "conhecer, entender"; nesse caso, COGNIÇÃO É AUDIÇÃO. Já o Jahai ordena suas vidas pelo cheiro, por isso, COGNIÇÃO É CHEIRO.

Podemos, então, dizer que a metáfora COGNIÇÃO É VISÃO está longe de ser universal, uma vez que, a partir desses estudos, pudemos perceber que cada cultura compreende a cognição de acordo com alguns dos cinco sentidos humanos; no caso do inglês, é pela visão; no Jahai, é pelo olfato, já no Ommura, é pela audição. Podemos perceber que o foco experiencial que cada cultura se vale para conceptualizar a cognição é o que os referidos autores chamam de *peneira cultural*. Pudemos verificar, assim, que as nossas experiências culturais interferem no nosso processo de conceptualização, como podemos ver na obra de Gibbs, quando ele assegura que:

as experiências subjetivas, as experiências sentidas do seu corpo em ação fornecem a base fundamental para a cognição e a linguagem humana. A cognição é o que ocorre quando o corpo envolve o mundo físico e cultural, e deve ser estudada em termos de interações dinâmicas entre pessoas e meio ambiente.<sup>6</sup>(GIBBS, 2006, p. 9).

Nesse fragmento, mais uma vez, observamos a defesa de que a cognição está diretamente relacionada à nossa cultura. Por isso, se pode dizer que a cognição é o que ocorre, quando o nosso corpo envolve o mundo físico e cultural, e deve ser estudada em

---

<sup>6</sup>Tradução nossa do original: "people's subjective, felt experiences of their bodies in action provide part of the fundamental grounding for human cognition and language. Cognition is what occurs when the body engages the physical and cultural world, and it must be studied in terms of the dynamical interactions between people and the environment."

termos de interações dinâmicas entre pessoas e meio ambiente; assim, percebemos que a cultura é articulada e se manifesta através de uma negociação de significados e valores padronizados.

## 2.2 METÁFORAS E METONÍMIAS CONCEPTUAIS

Na tradição dos estudos linguísticos tradicionais, a metáfora e a metonímia têm sido consideradas como figuras de linguagem, como ornamentos usados, principalmente, nos textos poéticos; têm sido estudadas por filósofos, retóricos e críticos literários. Contrariando a visão tradicionalista, o linguista George Lakoff e o filósofo Mark L. Johnson publicaram o livro *Metaphors we live by* (1980), traduzido para o português com o título *Metáforas da vida cotidiana*, em 2002. Nesse livro, Lakoff e Johnson (1980) afirmam que a metáfora não é, apenas, um mecanismo retórico, mas antes se encontra infiltrada na vida cotidiana, sendo a metáfora e, também, a metonímia formas de compreender o mundo. Para os citados autores, o nosso sistema conceptual é fundamentalmente metafórico, por isso, as metáforas não se encontram, exclusivamente, na linguagem, mas sim no pensamento e na ação, sendo, portanto, figuras do pensamento da ação inconscientes, visto que a origem dessas metáforas está na mente e não na língua. A partir dessa perspectiva, inicia-se a Teoria da Metáfora Conceptual (doravante, TMC). Na LC, tanto a metáfora quanto a metonímia são fenômenos conceptuais constituídos de modelos cognitivos. Sendo uma diferença entre ambos os domínios que os envolvem, isto é, enquanto a metáfora envolve domínios cognitivos diferentes, a metonímia realiza-se dentro de um mesmo domínio conceptual e, em um único domínio, ocorre o mapeamento, em contraposição à metáfora em que há dois domínios.

Feitas essas breves considerações sobre as metáforas e as metonímias conceptuais, na sequência, acham-se duas subseções específicas para cada um desses fenômenos em que discorreremos sobre cada modo de conceptualizações (metafórico e metonímico).

## 2.3 METÁFORA CONCEPTUAL

A metáfora conceptual é compreendida como um fenômeno da cognição em que um conceito é entendido em termos de outro. Lakoff e Johnson (2002 [1980]), na já citada obra *Metáfora da vida Cotidiana*, considerada pioneira nos estudos da LC, defendem, como já pontuamos, que a metáfora não é, apenas, um acidente linguístico e restrito à linguagem poética, mas sim um fenômeno cognitivo e que, por isso, sua presença está localizada dentro e fora da linguagem. Para a descrição metafórica, convém distinguirmos expressões metafóricas e metáforas conceptuais, pois as últimas são esquemas abstratos que servem para agrupar expressões metafóricas como veremos, a seguir. Tomemos o exemplo apresentado por Lakoff e Johnson (2002 [1980]), TEMPO É DINHEIRO; essa é uma maneira de se comunicar não literal, pois tempo não é dinheiro, porém a nossa forma de pensar no mundo capitalista nos fez dar origem a muitas expressões em português como, por exemplo:

(1) *estou gastando meu tempo com você*

(2) *investir meu tempo nessa relação*

(3) *conversar com você é perda de tempo*

Podemos perceber que as expressões metafóricas, de certo modo, constituem um caso individual de uma metáfora conceptual. Destarte, observamos que as expressões metafóricas (1), (2) e (3) não são metáforas distintas, ao contrário, todas sugerem uma mesma ideia metafórica, na qual empregamos conceitos procedentes do domínio recursos econômicos para conceptualizarmos o domínio tempo; nesse caso, a ideia de que TEMPO É DINHEIRO constitui uma metáfora conceptual. Segundo Soriano (2012), uma metáfora conceptual indica um conjunto de associações sistemáticas – também, chamadas de projeções – entre elementos do domínio-fonte para o domínio-alvo, assim como aponta um conjunto de inferências que se tornam possíveis graças a essas associações. Em síntese, em outras palavras, a metáfora é entendida como a projeção de conceitos que se situam em dois domínios distintos, sendo um domínio conceptual (domínio-fonte) e o outro domínio conceptual (domínio-alvo), como, anteriormente, assinalamos. Assim sendo, levamos de um domínio para o outro nossos conhecimentos sobre o domínio-fonte e as inferências que podemos fazer desse domínio-fonte para o domínio-alvo.

No caso da metáfora TEMPO É DINHEIRO, temos projeções que se concretizam em uma série de correspondências que enlaçam o domínio-fonte com o domínio-alvo, por isso, dizemos que dinheiro é o domínio-fonte e tempo é o domínio-alvo; nesse caso, conceitos do domínio-fonte dinheiro são projetados no domínio-alvo e, assim, podemos compreender a metáfora conceptual: TEMPO É BEM PRECIOSO<sup>7</sup>; sabemos que tempo não é dinheiro, mas compreendemos tempo em termos de dinheiro, apesar de não haver nada em tempo que lembre dinheiro. É importante ressaltarmos que a metáfora conceptual não estabelece correspondência total entre os dois domínios (fonte e alvo), pois não projetamos todas as informações de um domínio para o outro, mas, apenas, uma parte dela, sendo, portanto, parciais as projeções entre domínios. Destarte, a partir da conceptualização metafórica TEMPO É DINHEIRO (BEM PRECIOSO), percebemos que, apenas, algumas partes do domínio-fonte dinheiro (bem precioso) são projetados no domínio-alvo tempo, pois nem tudo de dinheiro (bem precioso) será projetado para compreendermos o tempo; nas expressões metafóricas (1), (2) e (3), vemos que tempo, assim como o dinheiro, pode ser gasto, investido e perdido, respectivamente, por isso, se afirma que as associações nunca são completas, pois nem tudo o que se sabe a respeito de um domínio se aplica a outro, por exemplo, não podemos comprar coisas com tempo, mas podemos comprar coisas com dinheiro. A parcialidade das projeções é um feito lógico, uma vez que, se projetássemos tudo do domínio-fonte dinheiro (bem precioso) no domínio-alvo tempo, o resultado seria um decalque ou uma tautologia, como: *Dinheiro é dinheiro*.

Lakoff (1993) discute, em um artigo, *A Teoria Contemporânea da Metáfora*. Nesse artigo da década de 1990, o autor nos apresenta os mapeamentos que uma metáfora conceptual pode resultar. Tomaremos a metáfora AMOR É VIAGEM que nos leva à expressão metafórica: *Nossa relação chegou em um beco sem saída*; nesse caso, temos os seguintes mapeamentos, segundo Lakoff (1993), os amantes correspondem aos viajantes, a relação de amor corresponde a um veículo, os objetivos comuns dos amantes correspondem aos seus destinos comuns na viagem e as dificuldades no relacionamento correspondem a impedimentos para viajar. Então, vemos um conjunto de correspondências conceituais entre viagem e amor; esses conjuntos de correspondência conceituais sobre viagem são projetados para o nosso conhecimento de amor, por isso, segundo Lakoff (1993), tais correspondências (mapeamentos) nos

---

<sup>7</sup>Esta notação metafórica já foi revista e, hoje, prefere-se falar em TEMPO É RECURSO PRECIOSO.



permitem raciocinar sobre amor, usando o conhecimento que utilizaremos para raciocinar sobre viagens.

Ainda interpretando a expressão metafórica *Nossa relação está no beco sem saída*, constatamos que a metáfora pode ser entendida como um mapeamento em que, a partir de um domínio-fonte (neste caso, trajetos) para um domínio-alvo (neste caso, o amor), há correspondências ontológicas, segundo as quais as entidades no domínio do amor (ex., os amantes, os seus objetivos comuns, as suas dificuldades, a relação de amor etc.) correspondem sistematicamente a entidades no domínio de uma viagem (os viajantes, o veículo, destinos etc.). Retomemos o domínio-alvo e domínio-fonte propostos por Lakoff e Johnson (1980) já apresentados na metáfora TEMPO É DINHEIRO. Mais uma vez, podemos reforçar que a metáfora AMOR É VIAGEM não é qualquer palavra ou expressão em particular, mas sim um mapeamento ontológico entre domínios conceituais, a partir do domínio de origem das viagens para o domínio de destino do amor. A metáfora não é, apenas, uma questão de linguagem, mas do pensamento e da razão. Ainda segundo Lakoff (1993), o mapeamento é convencional, ou seja, é uma parte fixa de nosso sistema conceitual, uma das nossas formas convencionais de conceituar as relações amorosas, por isso, a visão de Lakoff (1993) vai completamente de encontro à visão de que as metáforas são, tão somente, expressões linguísticas.

Além da metáfora conceptual, Cuenca e Hilferty (1999) apresentam a metáfora de imagem que são metáforas concretas que projetam a estrutura esquemáticas de uma imagem sobre a outra, como na expressão metafórica *Itália é uma bota*; nesse exemplo, se projetou a forma global de uma bota (domínio-fonte) sobre a Península Itálica (domínio-alvo). Na metáfora de imagem, assim como na metáfora conceptual, temos projeções parciais e seletivas de ambos domínios, já que as correspondências ocorrem, exclusivamente, entre o contorno global de uma bota e o contorno da península Itálica, pois a geografia da Itália tem uma perfeita correspondência com o contorno global da já citada Península. Outra característica distinta entre a metáfora conceptual e a metáfora de imagem está relacionada ao fato de que a primeira proporciona um conjunto de expressões metafóricas, enquanto a segunda gera uma expressão única, baseada em uma imagem.

Em relação às metáforas, Soriano (2012) acrescenta que “como as metáforas conceituais são fenômenos do pensamento, também, encontram expressões nos gestos, no comportamento, na pintura ou, inclusive, nos objetos que criamos para nosso uso cotidiano<sup>8</sup>”. (SORIANO, 2012, p. 88). A partir do que foi apresentado por Soriano (2012), podemos, mais uma vez, ratificar que a metáfora não é, unicamente, um fenômeno linguístico, mas também, conceptual.

Lakoff e Johnson (2002 [1980]) subdividem a metáfora em estruturais que se caracterizam por serem metáforas em que conceitos são estruturados em termos de outros, como no exemplo TEMPO É DINHEIRO que dá origem as expressões metafóricas (1), (2) e (3). Metáforas orientacionais, por sua vez, são caracterizadas por serem metáforas que não são estruturadas em outros termos, mas que, ao contrário, organizam um sistema de conceitos em relação aos outros. Esses tipos de metáforas estão relacionados às orientações binárias como para cima, para baixo, frente-trás, dentro-fora etc. Desse modo, a partir da metáfora FELIZ É PARA CIMA, podemos compreender uma expressão como: *ela tem um astral lá em cima*, que nos leva a inferir que a pessoa está feliz, por isso, ela está com o astral para cima, diferentemente, do que inferimos, a partir da expressão: *estou no fundo do poço*, que corresponde a um estado emocional negativo, portanto, a orientação espacial é para baixo. Já as metáforas ontológicas são usadas para compreender eventos, ações, atividades e estados como substância, objeto físico, como exemplo dessa metáfora, encontramos INFLAÇÃO É ENTIDADE, que abarca expressões como: *precisamos combater a inflação*; nesse caso, a inflação é uma entidade que possui a possibilidade de agir e interagir em relação a algo.

Ainda segundo Lakoff e Johnson (2002 [1980]), a personificação é uma das metáforas ontológicas mais óbvias, pois os objetos físicos se especificam como uma pessoa e isso nos leva a uma ampla variedade de expressões metafóricas em que entidades não humanas são compreendidas em termos de motivação, características e atividades humanas, como no exemplo: *a inflação atacou as bases de nossa economia* e *a inflação está comendo o meu salário*. Em cada um desses casos, consideramos algo que não é humano como humano, porém precisamos ressaltar que a personificação não

---

<sup>8</sup>Tradução nossa: Como las metáforas conceptuales son fenómenos de pensamiento, también encuentran expresión en los gestos, en el comportamiento, en la pintura, o incluso en los objetos que creamos para nuestro uso cotidiano. (SORIANO, 2012, p. 88).

é um processo geral, único e unificado, pois cada personificação é distinta, correspondendo ao aspecto humano que querem ressaltar. O fato de serem extensões de metáforas ontológicas nos permite dar sentido a fenômenos do mundo em termos humanos, como base de nossas próprias motivações, objetivos, ações e características.

Soriano (2012) apresenta cinco características presentes nas metáforas: (1) abstrações em termos mais concretos e corporização; (2) estruturas hierárquicas e herança; (3) projeções parciais, invariabilidade e multiplicidade; (4) unidirecionalidade; (5) uso inconsciente e autônomo.

A primeira característica exposta por Soriano (2012), abstrações em termos mais concretos e corporização, diz respeito ao fato de muitas metáforas conceituais encontrarem suas motivações nas nossas experiências sensório-motoras. Isso quer dizer que o surgimento das metáforas conceituais é mediado pelas características do entorno em que vivemos e pelo nosso corpo, com o qual percebemos o que está ao nosso redor, como já foi apresentado na subseção *Modelos Cognitivos Idealizados*. A autora defende que, geralmente, utilizamos informações de um domínio concreto para estruturarmos outro domínio mais abstrato. Para exemplificar esse critério, a autora nos apresenta a seguinte expressão metafórica: *como o tempo está correndo, já passou o verão, e se aproxima o Natal*<sup>9</sup>; nesse caso, temos o TEMPO, uma abstração, sendo compreendido, metaforicamente, em termos de ESPAÇO e MOVIMENTO, algo mais concreto que podemos perceber com os nossos sentidos.

A segunda característica da metáfora conceptual, estruturas hierárquicas e herança, diz respeito à hierarquia existente entre algumas metáforas conceituais, uma vez que, segundo Soriano (2012), elas não são fenômenos isolados, mas pelo contrário, muitas delas constituem casos específicos de metáforas mais gerais das quais herdam sua estrutura. Desse modo, fazem parte de uma hierarquia a metáfora AS ATIVIDADES DE LONGA DURAÇÃO COM UM OBJETIVO, pois, segundo a referida autora, entendemos como viagens metafóricas chegar até destinos desejados como o matrimônio, a carreira universitária etc. A partir dessa concepção, chegamos a expressões metafóricas como: *ponto de partida, encontrar um porto seguro, encontrar uma encruzilhada, tropeçar no caminho* etc. Assim sendo, não é difícil, para nós,

---

<sup>9</sup> Do original: *¡Como corre el tiempo!, ya se pasó el verano, se acerca la Navidad.*

entendermos vida como uma viagem, o que nos leva à metáfora VIDA É VIAGEM, portanto, Soriano (2012) conclui que a referida metáfora é um caso específico da metáfora mais geral AS ATIVIDADES DE LONGA DURAÇÃO COM UM OBJETIVO e isso se deve, em última instância, a metáfora AÇÃO É MOVIMENTO, da qual herda sua estrutura conceptual.

A terceira característica, projeções parciais, invariabilidade e multiplicidade, diz respeito às associações entre os dois domínios (fonte e alvo) que nunca são completas, por exemplo, na metáfora COMPREENDER É VER, na expressão metafórica: *já vejo o que você quer dizer*, não é tudo o que sabemos da VISÃO que se aplica ao nosso modelo do entendimento ocular projetado no domínio da compreensão, por isso, dizemos que as projeções ou associações entre elementos dos dois domínios são parciais, o que antes já observamos. Apenas, projetamos informação coerente com a estrutura geral do domínio-alvo, e a estrutura geral depende, em grande parte, de seus esquemas de imagem.

Soriano (2012), ao citar a obra *Property Selection* de Iraide Ibarretxe-Antuñano, pretende especificar ainda mais em que consiste a parcialidade das projeções; nesse caso, sugere que o domínio-fonte pode se caracterizar em termos de propriedades prototípicas, por isso, o foco do domínio-fonte é o aspecto mais relevante de seu significado. O elemento mais importante da VISÃO, por exemplo, é ser um dos quatro sentidos em que mais confiamos para compreendermos o nosso entorno. Conhecemos melhor aquilo que vemos, por isso, não são raros os exemplos como: *estar cego pela paixão* (não pensar logicamente); *não ver o problema* (compreender); *olhar com mais detalhe* (analisar) etc. O domínio VISÃO pode ilustrar outra basilar característica da metáfora: a *multiplicidade*, isto é, um mesmo domínio pode servir de fonte para vários alvos como os supracitados: COMPREENDER, PENSAR, ANALISAR etc. Ao mesmo tempo as projeções entre domínios são sempre parciais, um mesmo domínio-alvo pode estar estruturado por várias fontes. Por exemplo, o TEMPO se conceptualiza em termos de ESPAÇO, mas, também, de DINHEIRO. Cada domínio-fonte enfatiza e, às vezes, escurece certas características. O TEMPO É ESPAÇO/MOVIMENTO enfatiza a ideia de mudança (*o tempo passa, tudo chega*), mas oculta a noção de que o tempo é valioso cujo significado principal está presente na metáfora O TEMPO É DINHEIRO (*não gasto meu tempo com besteiras*).

A quarta característica da metáfora conceptual, unidirecionalidade, diz respeito ao princípio segundo o qual somente a estrutura do domínio-fonte se projeta sobre o domínio-alvo, mas o inverso nunca ocorrerá; segundo Soriano (2012), no exemplo metafórico O TEMPO É DINHEIRO, o tempo se conceptualiza como dinheiro, mas o dinheiro não se conceptualiza como tempo. No tocante a tal característica, Lakoff e Johnson (2002 [1980]), originalmente, defendiam que as projeções ocorriam, sempre, de um domínio concreto para um domínio abstrato, e nunca o inverso. Desse modo, o dinheiro, sempre, seria conceptualizado em termos de tempo e nunca o inverso. Porém estudos mais recentes, como o de Almeida (2014) e Almeida e Silva (2014), apontam para uma direcionalidade múltipla, no que tange às projeções metafóricas; assim, para essas autoras, as projeções podem correr de um domínio abstrato para abstrato, concreto para abstrato e concreto para concreto. Em casos como a personificação e a animalização que são entendidas como uma extensão da metáfora ontológica, podemos observar que tanto os animais podem ser compreendidos como pessoas como pessoas podem ser concebidas como animais (SORIANO, 2012). Pesquisadores da Teoria da Metáfora Conceptual já mostravam críticas relacionadas à unidirecionalidade da metáfora, como escreve Soriano (2012), sobre o fato de quando as pessoas são tidas como animais o que se enfatiza são seus instintos, ex.: *minha mãe é uma leoa*, por outro lado, quando um animal é visto como uma pessoa, o que se enfatiza é o seu comportamento estético, racional e moral, por exemplo, *o leão é o rei da selva*. Para a referida autora, tais expressões metafóricas são distintas. Contudo, Soriano (2012) não deixa de ressaltar que existem críticas à unidirecionalidade das projeções, pois a mesma apresenta, na referida obra, a perspectiva da bidirecionalidade defendida pela psicolinguística experimental.

A quinta e última característica da metáfora conceptual, uso inconsciente e autônomo, diz respeito à ausência de esforço para nos valermos dela. Para Lakoff e Johnson (2002), a metáfora conceptual é utilizada, constantemente, de maneira automática, e, sem perceber, fazemos uso dela, pois ela está no nosso cotidiano. Soriano (2012) ressalta que, atualmente, há evidências experimentais de que nem todas as metáforas são inconscientes e automáticas, isso, então, dependerá do tipo de metáfora. No caso das metáforas primárias, a ativação dos dois domínios parece ser automática e inconsciente e, observa-se tanto em tarefas linguísticas como não linguísticas. Com o resto das metáforas conceptuais, os resultados são menos consistentes, pois a maioria

delas se concentra no processamento linguístico. Nesses casos, as associações conceptuais subjacentes não parecem se ativar em qualquer circunstância, mas dependem de vários fatores, dentre eles, a reflexão consciente dos ouvintes/leitores.

Joseph Grady (1997) desenvolveu a Teoria da Metáfora Primária e, para o referido autor, as metáforas primárias são tidas como padrões simples responsáveis por mapear conceitos fundamentais de percepção, em outros igualmente fundamentais, mas não diretamente perceptuais. Ainda segundo Grady (1997) e Kövecses (2009), as metáforas simples ou primárias são motivadas por correlações universais na experiência corpórea. A partir dessa conclusão, Kövecses (2009) defende que existe, por exemplo, experiências universais associadas à felicidade; sobre essa questão, o referido autor escreve:

De fato, quando estamos alegres, tendemos a ter uma postura ereta, em movimento, ativos, pulando, mais do que uma postura de caída, inativos e estáticos. Essas são, sem dúvidas, experiências universais associadas à felicidade (ou mais precisamente, à alegria), e elas são capazes de produzir metáforas simples ou primárias universais (ou potencialmente universais). (KÖVECSES, 2009, p. 261).

Para Kövecses (2009), a metáfora FELIZ É PARA CIMA é de nível genérico; nesse caso, tais metáforas tendem a ser universais ou potencialmente universais, uma vez que a postura ereta é uma característica nossa enquanto seres humanos, sendo, portanto, comum a todos nós, logo, é compreendida como potencialmente universal. Mesmo se atentando às metáforas primárias que são tidas como universais, Kövecses (2009) apresenta as metáforas que, segundo ele, podem variar de duas maneiras: entre culturas e dentro de uma mesma cultura. A variação entre cultura, segundo o autor, ocorre, por exemplo, na metáfora UMA PESSOA COM RAIVA É UM RECIPEINTE PRESSURIZADO, de acordo com ele, essa metáfora é potencialmente universal, uma vez que não se define qual é o tipo de recipiente, nem qual é o tipo de substância; nesse sentido, essa metáfora constitui um esquema genérico a ser preenchido por cada cultura que a utiliza. Já no caso da variação dentro de uma mesma cultura, Kövecses (2009) defende que, assim como a língua não é homogênea, o mesmo ocorre com as metáforas. Segundo o autor, tal variação pode ocorrer nas seguintes dimensões: social, regional, étnica, estilística, subcultural, diacrônica e até individual, ou seja, para Kövecses (2009), as metáforas podem variar de acordo com a dimensão da diversidade sociocultural.

Toda ação que nosso corpo executa é controlada por nossos cérebros, e todo *input* do mundo externo faz sentido pelo nosso cérebro. Pensamos com nossos cérebros, as ideias e os conceitos que os formam são fisicamente “computados” pelas estruturas cerebrais. O raciocínio se dá pela ativação de certos grupos neuronais no cérebro, que advém da ativação prévia de outros grupos neuronais. Tudo o que sabemos, sabemos em virtude do nosso cérebro. Nossos cérebros físicos tornam possíveis nossos conceitos e ideias; tudo o que podemos, possivelmente, pensar é possibilitado e, consideravelmente, limitado pela natureza do nosso cérebro. Ainda, há muito a aprender sobre como o cérebro computa a mente. A Teoria Neural da Linguagem combina o que é cientificamente conhecido com hipóteses de ligação com base na computação neural.

Discutida a concepção de metáfora, em sua relação sócio-histórico-cultural e corpo-mente-cérebro humanos, passamos a tecer considerações sobre o que se entende por metonímia no âmbito da SC/LC.

## 2.4 METONÍMIA CONCEPTUAL

Na LC, como já assinalamos, a metonímia é vista como um mecanismo conceptual da cognição, uma projeção mental que ocorre dentro do mesmo domínio conceptual, também chamado de intra-domínio, por Paiva (2012). Caracterizando-se por associar duas entidades conceitualmente contíguas pertencentes ao mesmo domínio conceptual, envolvendo domínios de grande complexidade conceptual, por exemplo, uma entidade física simples como DEDO que constitui um domínio mais amplo que envolve uma vasta rede de conceitos, tais como a mão, o braço, o corpo humano etc., além de uma estrutura relativa ao próprio DEDO como as unhas, as articulações, o tipo de pele, as falanges etc., como exemplifica Barcelona (2012). O conceito de metonímia sustenta, frequentemente, a existência de subcategorias de uma categoria a qual a metonímia ativa, no caso do exemplo DEDO, temos uma subcategoria pertencente a uma categoria maior que seria a mão, e mão pertence a uma categoria ainda maior. No caso da falange, teríamos uma subcategoria da categoria dedo. Cuenca e Hilferty (1999) mostram que a metonímia apresenta: um ponto de referência (PR) e a zona ativa (ZA); usaremos, aqui, exemplos apresentados pelos autores antes citados:

## O TODO PELA PARTE

Ex 1.: No verão, lavava o carro uma vez por semana<sup>10</sup>

PR: O carro

ZA: parte exterior do carro

## A PARTE PELO TODO

Ex 2.: É um turbo diesel maravilhoso<sup>11</sup>

PR: turbo diesel

ZA: carro com motor turbo diesel

No ex.1, temos o Ponto de Referência (PR) carro que pressupõe a Zona Ativa (ZA) o exterior do carro; nesse caso, partimos do todo (o carro) para nos referirmos a uma parte (parte exterior do carro); temos, portanto, um domínio inteiro sendo usado para acessar um subdomínio. Já no ex. 2, temos o PR (turbo diesel) que pressupõe o ZA (motor do carro diesel); nesse caso, partimos da parte (o motor) para o todo carro (turbo diesel); temos, por conseguinte, um subdomínio sendo utilizado para compreendermos um domínio todo. Vemos, então, que a metonímia tanto pode ocorrer da PARTE PELO TODO quanto do TODO PELA PARTE.

Barcelona (2012) escreve que “a metonímia é uma projeção, porque a fonte causa ativação mental da meta, ao impor uma perspectiva sobre ela.” (BARCELONA, 2012, p.127). Nesse sentido, nos valem do exemplo citado pelo autor: *Picasso não é fácil de entender para o profano. Por outro lado, resulta muito difícil adquiri-lo por conta do preço*<sup>12</sup>. Nesse exemplo, a OBRA ARTÍSTICA DE PICASSO é a meta metonímica e a sua ativação se produz, a partir da fonte metonímica PICASSO, no seu papel de ARTISTA; a fonte é o ponto de referência conceptual. Ainda sobre a conceptualização metonímica, Lakoff e Johnson, no livro *Metáforas da Vida Cotidiana* (2002[1980]), reservam para esse fenômeno algumas páginas em que defendem que a metonímia, primeiramente, possui uma função referencial, ou seja, ela nos permite utilizar uma entidade por outra. Como podemos observar no trecho a seguir:

Metonímia [...] tem primariamente uma função referencial, isto é, nos permite usar uma entidade por outra. Mas a metonímia não é meramente um procedimento referencial. Ela também desempenha o papel de nos proporcionar uma compreensão. Por exemplo, no caso da metonímia, PARTE-TODO, há muitas partes que podem representar o todo. A parte do todo que escolhemos determina em que aspecto do

<sup>10</sup>Tradução nossa do original: “En verano lavaba el coche una vez por semana.” (CUENCA; HILFERTY, 1999, p. 112)

<sup>11</sup>Tradução nossa do original: “Es un turbo diesel precioso.” (CUENCA; HILFERTY, 1999, p. 112)

<sup>12</sup> Tradução nossa do original: “Picasso no es fácil de entender para el profano. Por otra parte, resulta muy difícil adquirirlo por los precios a lo que esta”. (BARCELONA, 2012, p.127)



todo nos encontramos. Quando dizemos que precisamos de *boas cabeças* no projeto, usamos << boas cabeças >> para nos referir a << pessoas inteligentes >>. O importante não é usar uma parte (a cabeça) para representar um todo (uma pessoa), mas sim o fato de escolher uma característica particular da pessoa, isto é, a inteligência, que está associada com a cabeça.<sup>13</sup>(LAKOFF; JOHNSON, 1995 [1980], p. 74).

Barcelona (2012) refuta tal defesa de referencialidade da metonímia, em sua totalidade, pois, segundo o referido autor, tal característica não poderia ser um dos critérios essenciais para caracterizar uma conceptualização metonímica, uma vez que nem todas metonímias são referenciais. Para explicar a referencialidade, ele apresenta três exemplos:

(1) *Pedro é um cérebro*<sup>14</sup>

(2) *O Palácio da Mancloa não gostou das declarações do chefe da oposição*<sup>15</sup>

(3) *Meu vizinho está pintando seu apartamento*<sup>16</sup>

O sintagma nominal (SN) *cérebro*, presente no exemplo (1), não é referencial, pois não é usado para se referir a uma entidade, mas sim para expressar indiretamente (mediante a metonímia) uma qualidade que atribuímos ao referente do SN *Pedro*. Já nos SN dos exemplos (2), o *Palácio da Mancloa* e (3) *seu apartamento* são considerados referenciais, porque são usados para se referirem a uma entidade a que atribuímos, respectivamente, um estado (uma atitude como não gostar) e uma ação (pintar). Defendemos, então, que, prototipicamente, a metonímia é referencial, mas ela é muito mais que um processo de deslocamento de referência. Para se entender a metonímia como um processo cognitivo assim como a metáfora, é necessário pensá-la não apenas como uma entidade no lugar da outra, mas entender que as entidades são inter-relacionadas e constituem sentido por meio de processos complexos que vão explicitar não o mero resultado de relação das partes, mas a possibilidade de despertar o surgimento de uma nova forma, resultante de um processo do pensamento.

<sup>13</sup>Tradução nossa do original: La metonimia [...] tiene primariamente una función referencial, es decir, nos permite utilizar una entidad por otra. Pero la metonimia no es meramente un procedimiento referencial. También desempeña la función de proporcionarnos comprensión. Por ejemplo en el caso de la metonimia LA PARTE. (LAKOFF; JOHNSON, 1995 [1980], p. 74)

<sup>14</sup>Tradução nossa do original: “Pedro es un cerebro.” (BARCELONA, 2012, p.123)

<sup>15</sup>Tradução nossa do original: “A la Moncloa no le gustaron las declaraciones del jefe de la oposición.” (BARCELONA, 2012, p.123)

<sup>16</sup>Tradução nossa do original: “Mi vecino está pintando su piso.” (BARCELONA, 2012, p.123)

Barcelona (2012) apresenta três critérios para identificar uma conceptualização metonímica: (1) função pragmática; (2) generalidade ou grau de abstração; (3) grau de prototipicidade.

O primeiro critério diz respeito à função pragmática a qual se conecta o domínio-fonte ao domínio-alvo. Para isso, o autor apresenta os seguintes tipos que englobam vários subtipos. Exemplos<sup>17</sup>: LOCALIZAÇÃO E LOCALIZADO (Brasil e Governo Brasileiro); SUBEVENTO E EVENTO (corrigir exames e dar classificações); PRODUTOR E PRODUTO (autor e obra); CAUSA E EFEITO (predição e causa da perdição); COMPANHIA E EMPREGADO (uma empresa de jornal e seu empregado) etc. Não existe uma classificação exaustiva e, comumente, se aceita a função pragmática das conceptualizações metonímicas.

O segundo critério está relacionado à generalização ou o grau de abstração da metonímia, por isso, é possível classificar todas as metonímias com os critérios PARTE-TODO, TODO-PARTE E PARTE-PARTE. Em relação a esse critério, Barcelona (2012) apresenta a metonímia CERÉBRO POR PESSOA INTELIGENTE para explicar como partimos de uma parte do nosso corpo, apresentada pelo autor como sendo mais abstrata, para nos referirmos à qualidade de uma pessoa, daí temos a metonímia PARTE-TODO.

Já o terceiro critério indicado por Barcelona (2012) está relacionando à prototipicidade metonímica, ou melhor, as metonímias mais prototípicas estão relacionadas à referencialidade, proposta por Lakoff e Johnson (2003[1980]), cujo alvo é um indivíduo ou um conjunto de indivíduo (não uma classe). Os exemplos (2) *O Palácio da Mançloa não gostou das declarações do chefe da oposição* e (3) *Meu vizinho está pintando seu apartamento*, já mencionados nesta subseção, são casos de metonímias prototípicas, sendo, portanto, segundo o autor, estudadas na semântica tradicional e nos estudos retóricos. Nos referidos exemplos (2) e (3), uma parte de uma relação espacial, o lugar, serve para evocar a outra parte da uma relação pessoa, grupo de pessoas etc., são tidas como as metonímias mais prototípicas, uma vez que elas estão relacionadas ao domínio espacial e material, alcançando, assim, o nível máximo da relação física PARTE-TODO presente nos exemplos (2) e (3). Mas a prototipicidade da

---

<sup>17</sup>Nesta Dissertação de Mestrado, para tratarmos da metonímia, utilizamos alguns dos exemplos apresentados por Barcelona (2012).

metonímia enfraquece, quando a contiguidade é, apenas, de contenção (como em COPO POR CONTEÚDO LÍQUIDO), ainda menor quando a relação é entre (LOCALIZAÇÃO e LOCALIZADO). Para Barcelona (2012), as metonímias, que operam no domínio espacial e material, são em bloco mais prototípicas do que as que operam no domínio temporal, que são mais prototípicas do que as que operam no domínio das ações, eventos e processos, e essas mais que as que atuam no domínio dos grupos e coleção de entidade.

Por fim, concluímos que a metonímia conceptual envolve categorias e subcategorias ou vice-versa. Podemos encontrar expressões metonímicas que se referem a uma parte do todo ou o todo de uma parte. A seguir, iremos apresentar a inter-relação existente entre a metáfora e a metonímias, uma vez que ambas foram apresentadas separadamente, porém nesta Dissertação, encontramos expressões que não apresentavam, apenas, a conceptualização metafórica ou metonímica, mas sim, ambas ao mesmo tempo, não sendo possível separá-las.

## 2.5 METAFTONÍMIA CONCEPTUAL

A metaftonímia conceptual é entendida como um fenômeno da cognição que ocorre na inter-relação entre a metáfora conceptual e metonímia conceptual, ambas apresentadas nas subseções 2.3 e 2.4, respectivamente. Autores, como Paiva (2012), defendem que a metonímia, em alguns casos, deve ser vista como parte integrante da metáfora; desse modo, a metáfora e a metonímia não são entendidas como processos cognitivos excludentes. Investigações cognitivas recentes já concluem o postulado de que metáfora e metonímia não são conceitualmente independentes entre si, mas sim mecanismos que interagem com uma certa frequência (SILVA, 2003). Lakoff e Turner (1989) já nos apresentam um indicativo dessa posição, quando ao fazerem um estudo do papel da metáfora na poesia, admitem que a metonímia e a metáfora interagem na geração de expressões compostas; eles, ainda, acrescentam que esse fenômeno da interação é uma das razões pelas quais metáfora e metonímia são, frequentemente, confundidas. No entanto, tais autores não chegam a desenvolver os estudos metaftonímicos. Goossens [1990] (2003) foi o responsável por cunhar e desenvolver estudos metaftonímicos, cuja proposta pioneira tem servido como base para outras abordagens na área, como pode ser encontrado na obra de Barcelona (2003).

Para Goossens (2003), a interação metáfora/metonímia, cujo neologismo utilizado é *metaphonymy*, termo cunhado em língua inglesa. O referido autor assume que as fronteiras entre os domínios conceituais são, quase sempre, fluidas, razão pela qual metáfora e metonímia podem se interpenetrar. A partir dos seus estudos, o mencionado teórico conclui que a metáfora e a metonímia possuem processos cognitivos distintos, mas podem aparecer integradas em expressões do cotidiano. Assim sendo, Goossens (2003) sugere que as metaftonímias podem ser classificadas em dois tipos básicos: i) metaftonímia integrada (quando há metonímia dentro da metáfora e metáfora dentro da metonímia) e ii- metaftonímia cumulativa (quando há metáfora, a partir de uma metonímia e metonímia, a partir de uma metáfora). Por metaftonímia integrada, devemos compreender a combinação de metáfora e metonímia em uma mesma expressão. Por outro lado, a metaftonímia cumulativa é do tipo em que ocorre a derivação da metáfora de uma metonímia ou vice-versa.

Em relação à classificação i) metáfora cumulativa, o autor ressalta que, na formação da metáfora, existe o entendimento de que os domínios fonte e alvo podem ser unidos de forma natural e simultânea em uma única cena complexa. (GOOSSENS, 2003, p. 366). Destarte, dependendo do contexto de realização da expressão linguística, pode haver a interpretação tanto de uma metonímia, quanto de uma metáfora a partir de uma metonímia. Independente da interpretação, o ingrediente metonímico estará, sempre, presente, corroborando com sua hipótese da interação entre metáfora e metonímia. Segundo o teórico, as linhas de fronteira entre metáforas puras e metonímias puras são também, por vezes, um pouco obscuras. Tomando como exemplo a expressão metaftonímica *boca-fechada*<sup>18</sup>, esse exemplo pode ser usado em sentido literal como “manter os lábios juntos fechados” ou “ter os lábios fechados”, mas pode, também, ser empregada para indicar que uma pessoa está, literalmente, “em silêncio”. Na última conceptualização, a leitura metonímica é necessária. O segundo tipo de interação cumulativa, apresentada por Goossens (2003), é a metonímia a partir de uma metáfora; segundo ele, esse é um caso mais difícil de ser encontrado. Em relação a esse tipo de metáfora, o autor constrói um exemplo, utilizando uma expressão do domínio do som, classificada por ele, inicialmente, como uma instância da metáfora. Trata-se da expressão *soprar seu próprio trompete*<sup>19</sup>. Essa expressão é usada, quando alguém que se

<sup>18</sup> Tradução nossa do original *close-lipped* (GOOSSENS, 2002, p. 360)

<sup>19</sup> Tradução nossa do original: *blow one's own trumpet* (GOOSSENS, 2002, p. 367)

auto-elogia, sem modéstia, fazendo assim uma auto-propaganda. Nesse caso, o caráter festivo e público do ato de tocar trompete é mapeado para o auto-elogio, o que configura a interpretação metafórica. Segundo o autor, dificilmente, se conceberia uma cena onde houvesse a combinação do trompete tocando e do auto-elogio, ou seja, na qual o trompete tocando fosse seguido de uma declaração pública do locutor dizendo coisas boas sobre si mesmo. Goossens (2003) explica os motivos pelos quais não é tão fácil encontrar exemplos de metonímias a partir de metáforas; para ele, isso sugere em decorrência da forma como uma e outra são processadas, ou seja, a metáfora implica o mapeamento de um elemento do domínio-fonte para o domínio-alvo, enquanto na metonímia, o mapeamento entre dois elementos ocorre dentro de um mesmo domínio conceitual. É essa contiguidade que nos dá uma base experiencial para o mapeamento entre os dois domínios discretos. Desse modo, o caminho inverso é, segundo o autor, de concepção mais difícil, tendo em vista o fato de que os dois domínios envolvidos são discretos. Por isso, é raro a ocorrência do tipo metonímia a partir de uma metáfora.

Em relação à mataftonímia integrada, ou seja, a metonímia dentro da metáfora é o tipo de interação que se dá pela formação típica de uma metáfora. Esse tipo de conceptualização envolve o mapeamento entre dois domínios conceituais discretos, porém, a metonímia está embutida. Nos dados apresentados por Goossens (2003), apenas, aparece exemplos referentes a partes do corpo. A regra é que o elemento compartilhado funciona metonimicamente só no domínio-alvo. No domínio-fonte, ele é interpretado literalmente ou reinterpretado metaforicamente ao analisar a expressão mataftonímica *morder a língua*<sup>20</sup>, usada para significar o arrependimento de algo que acabou de ser dito. Para o autor, a “língua” é processada literalmente no domínio-fonte de em uma cena de origem caracterizada em termos de autopunição, sendo que essa punição envolve um tipo de mutilação não muito comum. Com o mapeamento feito para o domínio-alvo, se constrói a compreensão de ‘privar-se de sua habilidade de falar’. A metonímia, nesse caso, é PARTE/TODO. Assim sendo, o elemento compartilhado (i.e., língua como parte do corpo) funciona metonimicamente no domínio-alvo e é interpretado literalmente no domínio fonte. O tipo metáfora dentro da metonímia aparece representado na expressão mataftonímica *levantar-se em suas pernas traseiras*<sup>21</sup>; tal expressão é usada no sentido de “levantar em ordem para dizer

<sup>20</sup> Tradução nossa do original: *Bite one's tongue off* (GOOSSENS, 2002, p. 360)

<sup>21</sup> Tradução nossa do original: *be/get up one's hind legs* (GOOSSENS, 2002, p 366)

ou argumentar algo”. Segundo o autor, esse tipo de ocorrência é raro. Isso, segundo ele, deve-se pelo motivo de que a inserção de uma metáfora dentro de uma metonímia tende a provocar uma metaforização da expressão como um todo. Para o teórico, essa expressão é processada como uma metonímia, pois parece mais adequado que ela seja tratada como uma metáfora inserida dentro de uma metonímia.

Barcelona (2003) retoma os estudos de Goossens (2003) e propõe a existência de dois tipos de interação, sendo um que se dá no nível puramente conceitual e outro que se realiza pela co-instanciação textual da metáfora e da metonímia na mesma expressão linguística. Desse feita, Barcelona (2003) apresenta os seguintes tipos de interação metáfora/metonímia: motivação metonímica da metáfora e motivação metafórica da metonímia. Para autor, o primeiro tipo de interação é no nível conceitual; trata-se da motivação metonímica da metáfora, caracterizando-se como problemático, constituindo um desafio real para a teoria da metáfora. A metáfora conceitual IRA É O CALOR DE UM FLUIDO, descrita em Lakoff (1987), pode licenciar expressões metafóricas como: *Quando falei com ele, ele quase explodiu*. Barcelona (2003) explica que, nesse caso, a metáfora é motivada por um grupo de metonímias nas quais certos efeitos fisiológicos da raiva representam essa emoção. O segundo tipo de integração metáfora/metonímia, apresentada por Barcelona (2003), pode ser identificado em interpretações metonímicas de uma expressão linguística que são possíveis somente dentro de uma co-ocorrência de um mapeamento metafórico. Isso pode ser constatado na metaftonímia conceptual PRENDER A ATENÇÃO DE ALGUÉM PELO OUVIDO<sup>22</sup>, em que, nesse caso, há a ocorrência da metáfora conceitual ATENÇÃO É UMA ENTIDADE FÍSICA, e, ao mesmo tempo, é possível identificar uma versão específica da metonímia convencional PARTE DO CORPO POR FUNÇÃO, ou seja, OUVIDO POR ATENÇÃO.

Para discorrermos um pouco mais sobre o *continuum* presente nas conceptualizações metaftonímicas, observemos o exemplo: *Pedro saiu com o rabo entre as pernas*<sup>23</sup>; nesse caso, temos uma interpretação metafórica global dessa expressão que se constrói sobre a base de uma metonímia. Evidentemente, a expressão ir com o rabo entre as pernas se relaciona prototipicamente com a ideia de um cachorro que se afasta de seu rival mais forte. A partir do nosso conhecimento, percebemos que, mesmo a

<sup>22</sup> Tradução nossa do original: *catch someone's ear*. (GEERAERTS, 2002, p. 6).

<sup>23</sup> Tradução nossa do original: “Carlos fue con el rabo entre las piernas.” (CUENCA; HILFERTY, 1999, p. 115)

expressão não fazendo referência explícita a um cachorro, fazemos alusão direta a certa parte do corpo do cachorro; nesse caso, o rabo é que irá orientar nossa interpretação, pois, com o conhecimento de mundo que temos, percebemos que o rabo entre as pernas de um cão implica submissão, isto é, trata-se de uma metonímia PARTE-TODO; ao nos valermos de uma parte do rabo do cachorro para dizemos que alguém fugiu de uma briga ou algo do tipo, estamos usando uma metonímia. Nesse exemplo, também, temos uma interação entre metonímia e metáfora chamada de metaftonímia, uma vez que a atitude da pessoa em estar com o rabo entre as pernas não quer dizer que o ser humano tem rabo, mas significa dizer que a pessoa foi embora, porque se sentiu derrotada. Usaremos a citação de Lakoff e Johnson (2002[1980]), para ressaltarmos o hábito de percepção que temos na escolha de partes mais representativas para significar um todo que perpassa pelos conceitos metonímicos:

Desse modo, a metonímia: [...] tem, pelo menos em parte, o mesmo uso que a metáfora, mas ela permite-nos focalizar mais especificamente certos aspectos da entidade a que estamos nos referindo. Assemelha-se também à metáfora no sentido de que não é somente um recurso poético ou retórico, nem é somente uma questão de linguagem. Conceitos metonímicos (como PARTE PELO TODO) fazem parte da maneira como agimos, pensamos, e falamos no dia-a-dia (LAKOFF; JOHNSON, (2002 [1980]), p.93).

A metonímia é um acontecimento básico do processamento da ação e, também, do processamento das línguas naturais. Isso porque, cognitivamente, a metonímia é um mecanismo pelo qual um domínio da experiência é entendido, parcialmente, em termos de um mesmo domínio. A metonímia organiza o pensamento e as ações, permitindo a conceptualização de uma coisa por sua relação com outra, é habitual a percepção de que partes mais representativas são utilizadas para significar um todo; assim sendo, o uso da metonímia possibilita colocarmos em evidência certas características da entidade a que se faz referência. Como pudemos ver em: *Carlos foi com o rabo entre as pernas*, o que é salientado é o rabo do cachorro e o que simboliza um cachorro sair com o rabo entre as pernas. Essa compreensão está relacionada às questões pragmáticas propostas por Barcelona (2012) ou o conhecimento enciclopédico proposto por Lakoff (1987) que estão, diretamente, relacionados aos Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs), apresentados na seção anterior.

No exemplo *Carlos foi com o rabo entre as pernas*, podemos observar que a metonímia do rabo do cachorro serve de base conceptual para a metáfora de fugir de

uma briga ou algo do tipo. É muito comum as pessoas tomarem um aspecto bem compreendido ou de fácil percepção de algo e usá-lo no lugar de uma coisa ou de parte dela, como vimos no exemplo antes citado e o que veremos no caso a seguir. Então, outro exemplo que possui a mesma configuração do anterior pode ser visto na expressão *língua de serpente* proposto por Martinez (2010), em que podemos observar a metonímia PARTE-TODO, em que tomamos a parte língua para nos referirmos à pessoa que fala. Ao nos referirmos à pessoa que fala, nesse caso assim como no anterior, acionamos o nosso conhecimento enciclopédico sobre a serpente; conhecimentos esses que nos dizem que a picada da serpente nos envenena; nesse caso, inferimos que as pessoas maldizentes podem nos envenenar, nos causar danos, assim como a picada da serpente, por isso, devemos ter cuidado com pessoas com língua de serpente. Nesse exemplo, podemos perceber os seguintes mapeamentos: PESSOAS SÃO ANIMAIS e, por acarretamento PESSOAS SÃO SERPENTES, o que, metaftonicamente, nos leva à compreensão de que PESSOAS MALDIZENTES SÃO SERPENTES VENENOSAS. Nesses exemplos, podemos perceber que a metaftonímia é um fenômeno conceptual em que tanto a metáfora quanto a metonímia estão entrelaçadas.

A metonímia, na teoria fractal, segundo Paiva (2010), não é entendida como uma correlação de contiguidade, mas como uma operação recursiva, em que aspectos projetam o todo de um mesmo domínio ou integra um outro domínio, permitindo conceituar uma outra coisa, ou seja, metaforizar. Como o que ocorre no exemplo de língua de serpente, em que uma parte (língua) dentro de um mesmo domínio (pessoa) se conceitua em outra coisa, pessoas maldizentes.

Paiva (2012), ainda, defende que a metáfora e a metonímia não são processos cognitivos excludentes, uma vez que, para ela, esses processos podem ser encontrados em combinação em expressões reais da linguagem natural, como já foi visto na expressão *Carlos foi com o rabo entre as pernas*, em que ora pode ser entendido como metaforicamente ou metonimicamente. Paiva (2012) nos diz que todo processamento metafórico tem encaixado um processamento metonímico, uma vez que os domínios conceituais são integrados, porém não há uma integração entre todos os elementos do domínio-alvo e fonte, mas sim, mapeamentos dentro de cada domínio. Ainda para a referida autora, qualquer metáfora emerge de um processo metonímico, uma vez que, na operação metafórica, um domínio experiencial é, parcialmente, mapeado; nesse



mapeamento, então, temos um processo metonímico (parte pelo todo), pois, apenas, uma parte do domínio conceitual é utilizada para gerar significado no segundo domínio. Tomemos o exemplo apresentado por Paiva (2012): *o tempo voa*; sobre essa expressão, a autora defende que “tempo é metaforizado como pássaro, mas o mapeamento que é projetado é, apenas, uma parte do domínio conceitual pássaro – a sua forma de locomoção aérea. Outros aspectos são ignorados, como por exemplo, ciscar, chocar, trocar de penas, etc.” (PAIVA, 2012, p. 59). Assim sendo, se apenas um elemento, ou parte, do todo é utilizado para produção da metáfora, parece pertinente, para Paiva, que, na geração de metáforas, tenhamos, sempre, um processo metonímico. Com esse exemplo, os autores advogam que, longe de serem domínios excludentes, a metáfora e a metonímia funcionam de forma conjunta e complementar visando à produção de sentidos.

Feita esta breve discussão sobre a metaftonímia, na próxima seção, teceremos comentários sobre os aspectos culturais e identitários partilhados pelos países membros do Mercado Comum do Sul (Mercosul), já que utilizamos fragmentos de notícias de jornais que circulam nos países membros desse bloco como corpus desta Dissertação, então, por isso, na seguinte seção, faremos considerações sobre a origem do conceito de América Latina, sobre o surgimento do supracitado bloco econômico e dissertaremos sobre os momentos políticos e históricos partilhados por alguns países da América Latina, além de apresentarmos conhecimentos enciclopédicos que levaram ao afastamento de Dilma Rousseff ser conceptualizado, ora como golpe de Estado, ora como impeachment.

### **3 A IDENTIDADE LATINO-AMERICANA E A CRIAÇÃO DO MERCOSUL**

Na seção anterior, abordamos os domínios cognitivos e a importância dos aspectos culturais e individuais para a conceptualização. Nesta seção, trataremos de relacionar teorias dos estudos culturais e identitários, para explicar a escolha do corpus, e, também, para buscar relacionar os referidos estudos com questões históricas, políticas e econômicas comuns aos países membros do Mercosul, isto considerando que o corpus do estudo empreendido, como já indicado, foi constituído por fragmentos de textos publicados em jornais que circulam nesses países. Dessa forma, partiremos da perspectiva da formação da ideia de América Latina, uma vez que Uruguai, Brasil, Paraguai, Argentina e Venezuela são países latino-americanos, membros do Mercosul, no período do impeachment de Dilma Rousseff.

Segundo Figueiredo (2010), o termo América Latina surgiu, na França, no bojo do movimento chamado *panlatinismo* que foi idealizado por Michel Chevalier, um político e economista liberal francês que visou a destacar a França no sentido de liderar as nações com menos recursos financeiros; nesse caso, o *panlatinismo* objetivava subjugar as nações colonizadas pelos espanhóis ao poder francês, e, ao mesmo tempo, visava a diminuir a área de atuação da política imperialista dos Estados Unidos.

Os conceitos de América Latina e de identidade latino-americana geram interpretações e debates divergentes, ora concebidos por quem colonizou (intelectuais da cultura dominante), ora por quem foi colonizado (intelectuais de origem latina). Por isso, há autores que defendem que, antes dos franceses, o termo América Latina já havia sido usado no poema *Las dos Américas*, de José Maria Torres de Caicedo, e pelo jurista argentino Carlos Calvo. Para Castells (1996), toda e qualquer identidade é construída e tal construção se vale da matéria prima fornecida pela história, geografia, pela memória coletiva, pelos aparatos de poder, mas o autor não deixa de mencionar que a matéria prima, na construção da identidade, é processada pelos indivíduos, pelos grupos sociais e pela sociedade. Sobre essa questão, o autor enfatiza que a construção social da “identidade sempre ocorre em um contexto, marcado por relações de poder” (CASTELLS, 1996, p. 24), por isso, ele distingue três formas e origens de construção de identidades: 1) *Identidade legitimadora* que é introduzida por instituições dominantes da sociedade, no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais, como é o caso da dominação europeia em relação à América Latina; 2) *Identidade de resistência* que é criada por atores que se encontram em posições ou

condições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica de dominação, como é o caso dos habitantes latino-americanos em relação aos colonizadores europeus e 3) *Identidade de projeto* que é enfatizado, quando os autores sociais constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, buscando a transformação de toda a estrutura social, como é o caso dos ex-colonizados latino-americanos que fizeram frente à ordem imposta e, por meio de lutas, se tornaram independentes, transformando a estrutura social.

A partir do que foi apresentado por Castells (1996), podemos concluir que a identidade legitimadora é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade, com o intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sob jugo. Já a identidade de resistência é construída por atores sociais que se encontram em posições/condições desvalorizadas/estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim resistência e sobrevivência, com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade. Em relação à identidade de projetos, os atores sociais se utilizam de qualquer tipo de material cultural e, por meio desses, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, buscando, também, a transformação da mesma.

Na construção social da identidade, podemos perceber que as identidades podem ser criadas pelas instituições dominantes, pela resistência ou mesmo por um processo de reconstrução, resultando em identidades legitimadoras, identidades de resistências e identidades de projetos. Tais construções identitárias fazem com que o conceito de latinidade para se referir ao centro, ao norte e ao sul das Américas mude, de acordo com cada uma das perspectivas dos sujeitos das identidades apresentadas por Castells (1996). A sua análise (CASTELLS, 1996) sobre a constituição das identidades nos permite indicar que, assim como o território<sup>24</sup>, as identidades, também, estão em processo, sempre, em construção, pelos discursos e práticas, sendo sujeitas continuamente a uma historização. Nesse sentido, dependendo do contexto histórico e do papel desse “ator/sujeito” na construção das identidades, as mesmas tanto podem

---

<sup>24</sup>Haesbaert (1999) aponta uma estreita relação entre o território e os processos de construção identitária. Se toda identidade territorial é uma identidade social, o inverso pode não ocorrer. A identidade territorial toma como referencial obrigatório o território, uma fração mais restrita do espaço. Já a identidade social é, também, uma identidade territorial, quando o referente simbólico central para a construção desta identidade parte do que transpassa o território. Dessa forma, a ideia de identidade social e territorial pode não se corresponder.

servir para legitimar uma ordem estabelecida, quanto para romper com uma estrutura de dominação. Seguindo essa perspectiva de identidade em construção, Hall (2004) escreve que a identidade está, sempre, em processo, sempre, mudando e são, pois, construídas ao longo dos discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historização radical, estando em processo de transformação e mudança.

Antes de adentrarmos mais na questão de latinidade no continente americano, retomaremos uma das primeiras denominações usadas para se referir ao chamado Novo Mundo, ou seja, a nomenclatura América, que foi o termo usado para designar uma vasta faixa territorial conquistada pelos europeus e foi criado em homenagem à Américo Vespúcio. Primeiramente, tal faixa de terra foi denominada de Índias (quando se propaga a crença de Colombo ter chegado à Índia) e, posteriormente, de Novo Mundo (quando se divulga que Américo Vespúcio chegou a terras inexistentes no mapa); a denominação desse território coincide com a história das tentativas de apropriação ibérica, francesa e, mais tarde, norte-americana, atrelada ao imaginário e às riquezas materiais que esse território possuía. Enquanto os espanhóis tinham suas colônias na América, esses territórios, sob tal domínio, eram chamados de América Espanhola; tal nomenclatura mudou, quando essas colônias se tornaram independentes.

As ex-colônias espanholas tiveram as primeiras décadas posteriores às suas respectivas independências marcadas pela conturbada construção das futuras nações das Américas Central, do Sul e do Norte. A mudança do termo “América” para “Hispanoamérica”, como assinalaram historiadores a exemplo de Garcia (2004), ocorreu porque os habitantes da ex-colônias espanholas viram na nova nomenclatura uma oportunidade de mostrar para as comunidades internacionais que seus países eram livres e unidos por uma série de interesses e vínculos culturais. Os rivais das nascentes repúblicas hispano-americanas eram, basicamente, potências europeias e os Estados Unidos, sendo esse último o que merece mais destaque, pois, segundo o uruguaiano Ardao (1980), os Estados Unidos despontavam, no século XIX, como uma potência regional no continente; em 1823, o lema da dita potência era “A América para os americanos”, deixando então clara as ambições imperialistas desse país. Podemos observar que o termo América Latina, apresentado até o momento, exclui o Brasil, pois tal país, ainda, era um Império, diferentemente dos outros países hispanofalantes que já

eram Repúblicas; sendo assim, originalmente, o termo América Latina não incluía o Brasil.

Nesse momento, podemos perceber que havia a necessidade de se definir uma nova identidade para esse território, agora, independente. Para os Estados Unidos, foi um fator favorável o aparecimento de um novo termo identitário (América Latina) para a América hispânica, uma vez que, no século XIX, já se reconheciam dois troncos, na América: um latino e um outro germânico, sendo o primeiro comparado com a Europa, meridional, católica e latina e o segundo, a América do Norte<sup>25</sup>, com uma população protestante e anglo-saxônica. Tais conceitos surgiram juntos, mas em oposição; pois tal dualidade está, diretamente, ligada às questões étnicas, culturais e religiosas; dessa forma, devido a uma maior aproximação das ex-colônias americanas com os referenciais do velho mundo, a porção norte-americana construiu sua autodefinição, impossibilitando qualquer vinculação de identificação com o centro, sul americanos e, também, com o México, que faz parte do território da América do Norte. Diante desse quadro, o cientista político Feres Jr (2005), na sua obra *A história do conceito de Latin America nos Estados Unidos*, nos apresenta o termo em inglês *Latin America* (América Latina), empregado pelos norte-americanos, para definirem uma imagem antagônica a eles, pois tal expressão é tida como herdeira de um conjunto de características que os norte-americanos julgavam negativas, como a religião católica, a mestiçagem étnica, o tradicionalismo das instituições político-sociais, o machismo, entre outras; assim sendo, *Latin America* se concretizou como um território sem organização e ordem, sejam cultural, política ou mesmo econômica.

A distinção feita entre os norte-americanos e os latino-americanos nos remete à defesa de Silva (2014) que apresenta a identidade e a diferença como autorreferenciadas, pois são concebidas como algo que remete a si próprio. A diferença, assim como a identidade, simplesmente, existem, estando elas dependentes entre si, pois se declarar norte-americano é se declarar não sendo latino-americano, ou seja, ao se declarar como sendo uma coisa, se negará todas as outras, que serão ocultadas. Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis, como acredita Silva (2014). Ainda segundo o

---

<sup>25</sup>Quando nos referimos a América do Norte ou norte-americanos estamos nos referindo, apenas, aos Estados Unidos das Américas. Dessa forma, estamos excluindo o México e o Canadá, pois quando os referidos autores usam essas nomenclaturas, eles estão se referindo, única e exclusivamente, à identidade social norte-americana e não ao território norte-americano.

referido autor, identidade e diferença partilham uma característica importante, pois elas são o resultado de atos de criação linguística, ou seja, elas são criadas culturalmente e socialmente. Desse modo, a partir de Silva (2014), percebemos que as identidades, também, são construídas na diferença, pois, para o autor, há uma estreita relação de poder existente entre identidade e diferença. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes, uma vez que o poder de exclusão e inclusão da identidade e da diferença, além de serem linguísticos, como foi visto, fazem parte de uma marcação de fronteiras, que faz a distinção entre o que está dentro e o que está fora desse espaço, pois ser norte-americano não traz consigo as mesmas propriedades linguísticas e sociais de ser latino-americano. Por fim, o autor conclui que a identidade: é instável, contraditória, fragmentada e inacabada; está ligada a estruturas discursivas e narrativas; está ligada a sistemas de representação; tem estreitas conexões com as relações de poder. Essa última afirmação pode ser observada nas concepções de Novo Mundo e de América que são invenções da Europa cristã, cujos agentes foram as monarquias e, em seguida, os estados nacionais do Atlântico. A formação histórica do mundo colonial e moderno resultou nas ações e nas narrativas produzidas em quatro das seis línguas modernas imperiais: português, castelhano, francês e inglês.

Os debates em torno do significado de ser americano não possibilitaram a edificação de uma definição comum que fosse aceita e partilhada pelas três partes do continente Americano, por isso, encontramos divergências, preconceitos e estereótipos no conceito do que é ser latino-americano. Alguns autores, como Mignolo (2005), criticam o termo América Latina, pois, para ele, tal termo só existe na consciência daqueles que se identificam com a história do crescimento mundial da Europa, pois é sabido que, nos fins do século XVIII, a França passou a ser o modelo a ser seguido até mesmo para os países ibéricos que perderam as rédeas da modernidade. Para Figueiredo (2010), a bandeira América Latina era usada pelos franceses para determinar sua pretensão imperialista e, segundo Feres Jr.(2005), “enquanto o termo América Latina era usado, pelos hispano-americanos, como uma bandeira contra a expansão imperialista norte-americana, na França, o termo representava as próprias pretensões políticas da França sob esse continente” (FERES JR., 2005, p. 55). As elites locais da América espanhola aceitaram o termo América Latina, e tal aprovação se justificava pela admiração que sentiam pela cultura francesa e pelo governo francês. Sabemos que o Brasil não foi uma colônia espanhola e, portanto, a nomenclatura América espanhola que, mais tarde, será substituída por América Latina, se referirá justamente a esse

território anteriormente colonizado pelos espanhóis. Para esta Dissertação de Mestrado, o termo América Latina não será entendido como um termo que só existe na consciência daqueles que se identificam com a história do crescimento mundial da Europa, como foi defendido por Mignolo (2005), mas sim como um termo que identifica os países membros do Mercosul que, de certa forma, apresentam uma história, uma política e uma constituição de nação similar no que tange aos aspectos sociais, culturais e econômico.

Atualmente, considera-se o Brasil como parte indissociável da América Latina, mas nem sempre foi assim, como pudemos ver pelo surgimento do termo que era usado, inicialmente apenas, para se referir aos países que foram colonizados pelos espanhóis no Novo Mundo. O Brasil, segundo Ailton de Souza (2011), somente passou a fazer parte da América Latina, no momento em se concretiza a expressão *Latin America*, isto é, quando, principalmente, os Estados Unidos, a Europa e os outros países do mundo começaram a considerar o Brasil como parte desse bloco de países, durante a Segunda Guerra Mundial. Antes do século XIX, os países que constituíam a América espanhola tinham interesses exclusivos e visavam se fortalecer, a partir da criação de uma confederação ou nação única, porém as várias tentativas de reunir os governos desses países não se confirmaram e, por algum tempo, os intelectuais dos países hispânicos, a exemplo de Simón Bolívar, excluía o Brasil dessa identidade latino-americana. Para os republicanos da ex-colônia espanhola, o Brasil era "um país isolado", separado das repúblicas hispano-americanas não só pela geografia, história, língua e cultura, mas também pelo seu ponto de vista imperialista no modo de governar. Esse fato, também, separava o Brasil dos Estados Unidos. Com a Proclamação da República em 1889, o Brasil começaria a desenvolver relações mais próximas com alguns vizinhos hispano-americanos. Sobre a inclusão do Brasil na América Latina, Souza (2011) defende que tal estágio de homogeneização, após a independência da ex-colônia portuguesa, levou à expressão América Latina a ser usada pelos falantes de língua inglesa para se referirem aos habitantes das ex-colônias da Espanha e de Portugal no dito Novo Mundo.

Uma das características compartilhadas pelos países membros da América Latina é apresentada por Pizarro (2003); para a autora, a modernidade tardia é um elemento comum aos países da América Latina, uma vez que eles são tidos como periféricos, abrindo-se a modernidade nos anos 1960, momento em que, segundo a autora, a

América Latina estava inserida no âmbito internacional, mas sempre ocupando o lado periférico. Tais elementos vão ultrapassar o âmbito político e econômico, pois, também, atingirão o campo social, no que se refere à constituição do imaginário coletivo; a ideia de formar uma “equipe” da América Latina, como um bloco começou a ganhar força, na década de 1980, quando fundou-se a Associação latino-americana de Integração, que resultou na Declaração de Iguazu (um acordo econômico assinado por Brasil e Argentina), que, por sua vez, veio a ser o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento. Este último foi um acordo para firmar um mercado comum entre os dois países e que poderia ser aderido pelos vizinhos latino-americanos. Assim, podemos perceber que o Mercosul é um bloco econômico que tem por objetivo integrar a América Latina, fato que nunca aconteceu, porém, tal bloco faz parte dessa tentativa de integração econômica e política.

Já no século XX, a América Latina constrói seus próprios modelos culturais e literários com as Vanguardas. Foi nesse processo de autoafirmação, como defende Pizarro (2003), que a escrita latino-americana começou a ganhar espaço, no século XX, justamente no século em que Uruguai e Paraguai juntamente com o Brasil e Argentina assinaram o Tratado de Assunção, que facilitava a passagem de produtos, pessoas e serviços entre si. Nas áreas dos países participantes do tratado, deu-se o nome de área aduaneira. Nessas áreas, todos os países podiam cobrar uma cota única de importação. Pode-se perceber que o processo de criar um modelo próprio de literatura e de cultura latino-americana teve um importante papel até mesmo para criação dos blocos econômicos hoje formados, como é o caso do Mercosul, o que se pode caracterizar como uma identidade cultural entre esses países.

Todos os países latino-americanos foram colônias por mais de trezentos anos, ficando independentes, no início do século XIX; após a independência, esses países tiveram de enfrentar a dominação inglesa, no século XIX, e a norte-americana, no século XX. Durante esse último século, os Estados Unidos foram aumentando sua gerência na região latino-americana. Em 1823, o governo do presidente James Monroe<sup>1</sup>, devido à sua política externa, elaborou a chamada Doutrina Monroe, cuja ideia principal era evitar e repudiar qualquer intervenção europeia nos países do continente Americano; a frase América para os americanos consubstancia bem a Doutrina Monroe. Após a independência, iniciou-se o processo de formações dos estados nacionais, foi nesse momento que os setores da oligarquia, ou seja, um grupo de proprietários rurais



conseguiu se consolidar como uma classe dominante e, por isso, tornou-se a hegemonia política do momento, tentando, dessa forma, conter a participação política as classes populares. O rompimento colonial gerou um forte sentimento de liberdade para a América do Sul. Segundo Santos (2016), a forças armadas, sempre, foram importantes para manter determinados grupos no poder, não permitindo, por tanto, revoluções no Brasil. Não podemos deixar de lembrar que a formação dos Estados Nacionais da América Latina ocorreu, praticamente, concomitantemente ao processo de desenvolvimento acelerado do capitalismo na região latino-americana. Em relação ao tal processo de desenvolvimento acelerado do capitalismo, temos, em meados do século XX, uma América Latina que inicia uma nova forma de governo, o qual se chamou de populismo; esse conceito é bastante discutido e, ainda, não existe um consenso entre os estudiosos a seu respeito, uma vez que esse é utilizado para caracterizar uma série de manifestações sociais bem distintas ocorridas ao longo da história; sobre essa questão Debert (2008) defende que:

Com referência à América Latina, o termo populismo, tanto na linguagem popular como em análises científicas, é utilizado para expressar o fenômeno da emergência das classes populares na vida política dos países deste continente, a partir da década de 30. Em termos acadêmicos, a utilização da palavra não envolve uma tentativa de comparação do fenômeno, na América Latina, com as demais manifestações assim denominadas ao longo da história. Ao contrário, a utilização do termo mostra a preocupação não declarada de dar conta da especificidade do desenvolvimento político latino-americano em relação aos modelos de desenvolvimento europeu e norte-americano. Essa preocupação generalizada entre os teóricos, levou, no entanto, a práticas científicas muito diferentes, não havendo entre eles consenso quanto à referência exata do termo. (DEBERT, 2008, p. 15-16).

O populismo clássico latino-americano, referido à fase 1930-1960, mostra algumas particularidades, quando comparado com seus antecessores europeu e estadunidense. Estudos apontam que a maior distinção entre o populismo latino-americano em relação ao populismo europeu e estadunidenses está relacionada a um fenômeno típico da passagem da sociedade oligárquica para a sociedade industrial, como apresenta Ianni (1991). Segundo Mitre (2008), o regime populista da região latino-americana era essencialmente reformista e buscava, através de uma aliança de classes, diminuir ou mesmo neutralizar o poder das elites latifundiárias, ampliar o mercado interno e promover, via política protecionista, o desenvolvimento industrial, em sintonia com os pressupostos do sistema capitalista. Ainda, segundo Mitre (2008),

autores como Germani e DiTella viram o populismo na América Latina de modo diferente, como pode constatado no trecho a seguir:

Eqüidistante do fascismo e da revolução burguesa, sua feição política foi identificada por uns como decididamente autoritária (Germani), e por outros como a democracia possível nas circunstâncias da modernização acelerada das economias e sociedades da região (Di Tella). (MITRE, 2008, p. 10).

Nesse trecho, podemos observar que, para alguns teóricos, o populismo tinha um regime autoritário como os fascistas na Europa, já para outros, o populismo era a forma de democracia possível para a época em que o Brasil, por exemplo, era comandado pelas oligarquias. No caso específico do território brasileiro, Getúlio Vargas caracterizava o tipo de governo autoritário apresentado por Germani, mas, de certa forma, ele criou políticas que ajudaram tanto os pobres quanto os ricos, de tal modo que Vargas foi considerado o “o pai dos pobres e a mãe dos ricos”, uma vez que agradou as duas classes sociais emergentes (indústria e proletariado), por um lado, criou as leis trabalhistas, que vigorava até inícios de 2018 e, ainda, por outro lado, subsidiou grandes empresas. Ainda segundo Mitre (2008), as primeiras tentativas de desvincular o populismo da referência de um determinado sistema social ocorreu, expressivamente na década de 1980, quando a orientação liberal ganhou força, como podemos observar a partir da citação a seguir do mesmo Mitre (2008):

O fenômeno populista passou, então, a ser entendido como uma doença crônica que aflige sobretudo regimes de esquerda, levando-os a adotar políticas fiscais na contramão do que aconselharia a boa teoria econômica. Nessa linha exegética, os governos acometidos pelo vírus populista, com a laudável intenção de fazer crescer rapidamente suas economias e redistribuir melhor a renda, apostam em medidas macroeconômicas que estimulam o aumento do gasto público e dos salários, em detrimento de programas tendentes a elevar gradualmente a produtividade. (MITRE, 2008, p.11).

Nesse trecho, podemos observar que o populismo ia de encontro aos ideais liberais, uma vez que o Estado tinha uma participação forte na economia, como era o caso do Brasil, na Era Vargas, contrariando os interesses liberalistas, sobretudo, dos Estados Unidos. Tais fatores são importantes para a culminação do golpe militar que ocorreu com a ajuda dos Estados Unidos da América e por conta, também, da crise do regime populista, isto porque, segundo Santos (2016), a experiência populista entra em colapso, nos anos 1950, perante a sua incapacidade de superar suas contradições,

limitações e diante, também, das desconfianças de setores mais tradicionais do exército. Tal crise, ainda segundo Santos (2016), coincide com o início da Guerra Fria; nesse período, houve uma nova crise econômica que atingiu os países da América Latina; tal crise fez com que as classes dominantes repassassem suas perdas aos setores populares da sociedade; uma dessas perdas está relacionada à queda do salário dos trabalhadores, ocasionando assim a diminuição do poder de compra da maior parte da população. Devido à ausência de investimento no campo, camponeses deixam a zona rural, na tentativa de terem uma vida melhor na cidade, causando assim o êxodo rural e o amontoamento de pessoas desempregadas e marginalizadas nesse novo espaço urbano. Em meio a toda essa crise, conceitos e suas palavras como revolução, socialismo, reforma agrária, movimentos sociais começam a preocupar tanto as elites quanto o imperialismo norte-americano, segundo Santos (2016). Perante tal situação, os Estados Unidos, em meados da década de 1960, contribuíram para o acontecimento de três golpes de fundamental importância que provocaram mudanças significativas na América do Sul: na Bolívia (1964), no Brasil (1964) e na Argentina (1966). Uma das consequências desse regime está relacionada à eliminação, pela repressão, de uma parte significativa das lideranças políticas de esquerda (populista), como defende Coggiola (2001). Segundo o referido autor, os “anos de chumbo”, na América Latina, não foram uniformes, pois os golpes militares de Velasco Alvarada e Ovando Candia, ocorridos no Peru e Bolívia respectivamente, em 1968, nacionalistas e “populistas”, diferem do regime repressivo e entreguista de Costa e Silva (Brasil) e Videla (Argentina). Apesar das diferenças entre esses regimes militares, na América Latina, para Coggiola (2001):

No que pesem as enormes diferenças, alguns pontos em comum a todos os regimes militares são evidentes: dissolução das instituições representativas, falência ou crise aguda dos regimes e partidos políticos tradicionais, militarização da vida política e social em geral. Os regimes militares “progressistas”, por outro lado, foram a exceção nesses “anos de chumbo”. Um outro aspecto em comum é o crescente poderio, econômico, social e político, a partir das décadas de 1950-60 da instituição militar. (COGGIOLA, 2001, p. 11).

Ainda de acordo com Coggiola (2001), o golpe militar foi, fortemente, apoiado pelos Estados Unidos. Tomando como exemplo a política brasileira, em 1964, tínhamos João Goulart, no poder executivo, um populista que propunha a reforma agrária, entre outras mudanças. As propostas de Jango, como era conhecido João Goulart, não agradaram vários grupos sociais, como a igreja, a burguesia brasileira, os donos de

terras e os setores políticos mais conservadores que organizaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, nome dado ao evento que levou às ruas mais de um milhão de pessoas, no intuito de derrubar o presidente da época. No plano internacional, havia um temor de que o Brasil se tornasse comunista, tendo em vista que, após a Segunda Guerra Mundial (1945), vivia-se uma tensão internacional entre a União Soviética e os Estados Unidos, ou seja, comunismo *versus* “mundo livre”, respectivamente, e foi com esse álibi ideológico de “mundo livre” que os Estados Unidos tomaram uma série de medidas, na tentativa de conter uma revolução socialista na América do Sul, como ocorreu com Cuba (Caribe), como defende Coggiola (2001).

De acordo com Guazzelli (1993), os regimes militares que se instalaram na América Latina tiveram alguns compromissos básicos como a desnacionalização da economia, uma acentuada redução das obrigações do Estado quanto ao bem-estar social. Com a ajuda da cobertura e assessoria de *Central Intelligence Agency* (CIA) e de outros serviços de inteligência dos Estados Unidos, foi criada a “Operação Condor”. Segundo Goggiolo (2001), essa operação tinha três objetivos: 1) o desmantelamento, a desorganização e a destruição das organizações sociais, sindicais e políticas dos trabalhadores da América do Sul; 2) a destruição da liberdade de investigação e discussões nas universidades, na imprensa; 3) formação de uma população trabalhadora e as associações em estado de paralisia, de terror e sem defesa, diante da privatização dos bens de serviços, da redução drásticas do salário, como postula Goggiola (2001).

Mesmo com todo esse aparato opressor, governos militares sul-americanos enfrentaram uma forte oposição por meio dos movimentos populares (camponeses, estudantes, proletariados e partidos comunistas), devido a essa oposição e a outros fatores externos, nos anos 1980, tal repressão foi dando lugar a uma lenta redemocratização. Antes do período de redemocratização no Brasil, houve muitas greves sindicais, em todo o país; analistas tradicionais desconsideraram a importância do movimento operário, no processo de redemocratização brasileira, mas Goggiola (2001) reserva um capítulo em que destaca a importância dos sindicatos para a redemocratização brasileira.

A pesar de haver uma abertura política lenta, o processo de redemocratização, na América do Sul, ocorreu em meio a um quadro de direitização política, isto é, as camadas populares não foram chamadas a colaborar na formação dos novos governos

como apresenta Coggiolo (2001). O que aconteceu foi uma saída estratégica do exército, fazendo uma transição de maneira lenta, segura e gradual, passando o poder para o governo civil. Devolvia-se, assim, o caráter democrático às repúblicas da América do Sul, uma vez que havia uma crise da dominação política da própria ditadura militar devido à crise econômica mundial, como assina Coggiolo (2001). Com o enfraquecimento dos governos militares, os Estados Unidos já não tinham força, nem a necessidade de continuar apoiando os governos militares, pois o “inimigo” (o comunismo soviético) já havia sido derrotado.

O período de redemocratização política foi importante na aproximação entre países como Argentina e Brasil, pois foi, nesse período, que esses países deixaram de lado a corrida nuclear no seu nascedouro e resolveram suas divergências políticas coloniais relacionadas à água do Rio da Prata. Foi, também, nesse período, que o Brasil descobriu que tinha irmãos (todos os países latino-americanos). Após quase 500 anos de colonização, o Brasil percebeu que, mesmo não sendo fruto de um mesmo povo colonizador, ele fazia parte de um mesmo todo cultural e que poderia se unir para comercializar com os outros países vizinhos. Porém esse fato só ocorreu graças à percepção de que não só o Brasil, mas todos os países latino-americanos, necessitam se aproximar para competirem no mercado internacional de modo igualitário. Foi na euforia do capitalismo que foi assinado o Tratado de Assunção, em 1991, que deu origem ao Mercado Comum do Sul (Mercosul). Não podemos deixar de mencionar a Comunidade Andina, nascida em 1969, cujo tratado foi revisado e atualizado de acordo com as necessidades e acontecimentos regionais e mundiais, em 1997. Dessa forma, tanto a criação da Comunidade Andina, quanto do Mercosul fizeram parte de uma iniciativa integracionista, cujas raízes se encontram presentes, desde os respectivos processos de independência dos países da América do Sul, já na primeira metade do século XIX, por meio da luta do líder Simon Bolívar, como já foi mencionado.

Outrossim, os rumos que a Comunidade Andina e o Mercosul tomaram a partir da década de 1990, mostram que se por um lado, foram influenciados pelos ditames liberais do Consenso de Washington, por outro, passaram a se caracterizar como formas de resistência ao próprio Consenso de Washington e à política externa dos Estados Unidos para a América do Sul. (ZARPELÃO, 2013, p.82).

No trecho antes exposto, vimos que os países de América do Sul, mesmo sendo influenciados pelos ditames liberais, acabaram fazendo, também, resistência ao Consenso de Washington<sup>26</sup>, pois a criação de blocos econômicos como o Mercosul, na América do Sul, seguiu da ideia de que o livre comércio poderia levar os países sul-americanos para um efetivo desenvolvimento econômico e, depois, social, como preconizava o Consenso de Washington. O referido Consenso faz parte do contexto de implementação do neoliberalismo e, também, da chamada crise da dívida de alguns Estados Nacionais, como foi o caso de vários países que, durante a ditadura, tomaram dinheiro emprestado aos Estados Unidos. Diante das dívidas de certos Estados Nacionais, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, o BIRD (Banco Mundial), criaram uma carta de recomendação para esses países, na tentativa de reverter tal dívida ou de encontrar apoio para a implementação do neoliberalismo. O objetivo desses órgãos eram compor receituários de desenvolvimento e de ações que os países, tidos como parte do terceiro mundo, deveriam seguir à risca, para assim poder crescerem e superarem seus graus de subdesenvolvimento. Foi nesse período que os países sul-americanos viram a oportunidade de criarem resistências frente ao Consenso de Washington.

A criação do Mercosul é mais do que um bloco econômico, pois essa integração faz frente ao imperialismo norte-americano, isto porque havia, na América Latina, um ressentimento por conta do imperialismo de Washington, pois os países latinos viam a dominação política, cultural e econômica estrangeira, como a estadunidense, sendo a causadora da sua pobreza. Segundo Zarpelão (2013), os conservadores alegavam que esse modo de pensar impediria o desenvolvimento da América Latina e que, por isso, regiões, como a América do Sul, ficariam mais sensíveis e suscetíveis ao populismo e ideias ditatoriais. Segundo Zarpelão (2013), foi, nesse período, que a esquerda passou a ser chamada de conservadora, por ser contrária a tais ideias do Consenso de Washington, ou seja, esses governos foram acusados de se oporem em direção inevitável da história, isto é, da democracia e do capitalismo, por outro lado, os liberais eram tidos como progressistas; é dessa ideia que surge uma forte oposição aos governos populistas que têm como uma de suas marcas o protecionismo e a forte influência do Estado na economia.

---

<sup>26</sup>O Consenso de Washington foi uma recomendação internacional elaborada, em 1989, que visava a propalar a conduta econômica neoliberal com a intenção de combater as crises e misérias dos países subdesenvolvidos, sobretudo, os da América Latina.

O populismo, como já vimos, surgiu de um movimento de transições políticas e econômicas surgidas, no século XX, na América Latina, momento em que, na década de 1930, os partidos oligárquicos, incapazes de canalizar a movimentação política do proletariado emergente, acabaram perdendo força. Já o ressurgimento do populismo, segundo Roberts (2008), começa a ganhar força outra vez em decorrência da crise da dívida, em 1982, e com as reformas de livre mercado que se ampliaram a todas as regiões da América Latina.

Durante os governos do presidente Fernando Afonso Collor de Melo (1990-1992) e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), ambos no Brasil e, também, na Argentina durante o governo do presidente Carlos Saul Menem (1989-1999), houve uma euforia capitalista e democrática que atingiu os países sul-americanos, na década de 1980, e, principalmente, na década de 1990. Nesses governos, falaram-se muito de privatizações, concessões, Estado mínimo, Estado máximo; todos esses conceitos estiveram presentes por meio de palavras, no vocabulário dos discursos dos governos de países como Peru, Argentina e Brasil.

Para Roberts (2008), o novo populismo começou como um movimento popular, mas manteve contradições internas e vícios políticos tradicionais; nesse caso, Roberts (2008) cita Fernando Collor de Mello, como um exemplo de líder com estilo populista, principalmente, no que tange à figura carismática, porém o autor não deixa de mencionar que, apesar de Collor apresentar um estilo populista, ele seguia uma plataforma neoliberal, contrariando o que entendemos como uma das características principais do governo populista. Dessa forma, acreditamos que Collor não é um exemplo prototípico de líder populista, mas que, no momento político mencionado, talvez, tenha sido o estilo populista possível de se realizar.

O termo populismo, tanto na linguagem popular como em análises científicas, é utilizado para expressar o fenômeno da emergência de classes populares na vida política. Segundo Baquero (2010), porém existem divergências em relação à interpretação do papel das massas no cenário político, pois, de acordo com Baquero (2010), autores, como Smith (1978) e Saes (1976), defendem que o populismo é um mecanismo simultâneo de integração e manipulação da classe operária, no qual seu caráter manipulativo é mais característico do que o caráter de integração “efetiva” das massas no processo decisório do Estado. Segundo Baquero (2010), em uma perspectiva

histórica, se verifica que o populismo não incentivava a formação de partidos, visto que se considerava como um movimento apolítico, cuja tarefa essencial era a de restaurar a economia, através de um fervoroso nacionalismo. Por outro lado, ainda segundo Baquero (2010), no presente, o neopopulismo opera cooptando os membros do Legislativo para alterar a Constituição com o objetivo a se manter no poder. Como exemplos desse populismo mais recente na América Latina, ele cita Hugo Chávez, na Venezuela; Evo Morales, na Bolívia; Rafael Correa, no Equador, e Cristina Fernández de Kirchner, na Argentina. Mesmo depois de anos sem governos populistas, como no período da ditadura, após o período ditatorial, as classes ou setores subalternos continuam a ser os mesmos que historicamente foram excluídos das políticas públicas, o que constituiu em massa de manobra de líderes que buscam o poder político, como defende Baquero (2010).

Baquero (2010) apresenta algumas diferenças entre o populismo nos Estados Unidos e na Europa em relação ao Brasil, assim, segundo o referido autor:

Ao contrário do que ocorreu na Europa e nos Estados Unidos, comenta Di Tella (1974), na América Latina não se produziram movimentos de mudança social com base nas classes médias através de um partido liberal, ou por um movimento operário com base em sindicato, mas surgiu uma variedade de movimentos políticos que, na ausência de um melhor termo, foi denominada “populismo”. (BAQUERO, 2010, p. 183).

Ao contrário do que aconteceu na Europa e nos Estados Unidos, em que o populismo se apoiou nas classes médias, na América Latina, pode-se dizer

o populismo e o neopopulismo são movimentos sem base firme em nenhuma classe social específica, mas dependem, para a sua sustentação política, do apoio de vários setores das mais variadas classes, sendo a classe popular urbana atualmente sua espinha dorsal. (BAQUERO, 2010, p.184).

Baquero (2010) cita que um dos elementos favoráveis a emergência de movimentos populistas na América Latina está relacionado às precárias condições de ordem econômica e social; dessa forma, ainda segundo o autor, os líderes populistas se valeram das crises econômicas, para desenvolver um discurso político que “sensibilizava” as massas, empregando, inclusive, alguns dos símbolos e retóricas usados pelos fascistas, durante os anos 1930. Sobre o neopopulismo, Baquero (2010), ainda, acrescenta:



o neopopulismo trabalha com um clientelismo de massas via políticas públicas de caráter assistencialista. O apoio da população continua a se centrar nos chamados setores subalternos e/ou nas classes populares. (BAQUERO, 2010, p. 183).

Como a situação social e econômica da América Latina não sofreu alterações, acabou por manter as condições necessárias para que o discurso popular se consolidasse. Segundo Baquero (2010), um dos fatores que contribuíram para o ressurgimento do populismo foi a incapacidade ou a falta de desejo dos partidos políticos tradicionais de fazerem ajustes para uma nova realidade econômica em evolução. Baquero (2010) defende que a presença de um líder é importante no neopopulismo, pois é esse líder que permite a identificação dos cidadãos em termos emocionais, sendo esse líder uma figura carismática. Dessa forma, segundo o referido autor, temos uma política personalizada que não é mediada por nenhuma instituição. Baquero (2010), ao citar Lechner (1984), argumenta que essa personalização política, na América Latina, é proporcionada por falta de uma política que possibilite um senso de identidade coletiva para os setores populares. Por fim, Baquero (2010) conclui que:

pode-se concluir que o legado populista não foi a implantação de governos democráticos caracterizados por partidos políticos, mas uma nova modalidade de neopopulismo comandada pela capacidade de os líderes contemporâneos utilizarem os recursos do Estado para se manterem no poder. (BAQUERO, 2010, p. 190).

Apesar de todos os pontos negativos do neopopulismo ressaltados por Baquero (2010), ele identifica que o populismo atual continua a ser, mesmo com todos os seus vícios, a maior experiência de participação política popular, no processo de construção democrática da América Latina.

Nesta seção, fizemos uma breve exposição dos aspectos políticos, sociais, históricos e econômicos que unem os países da América do Sul, países esses caracterizados como membros da América Latina, sendo alguns deles pertencentes ao bloco econômico Mercosul. Nas duas próximas subseções, procuraremos apresentar alguns aspectos sociais, políticos, econômicos e históricos que contribuíram para a conceptualização da destituição da ex-presidenta do Brasil, ora como golpe de Estado, (contra-impeachment) ora impeachment (pró-impeachment). Para isso, nos valem de aspectos mais específicos do Brasil, uma vez que esse fenômeno ocorreu na sociedade brasileira sendo repercutido em vários países do mundo.

### 3.1 O QUE É UM GOLPE DE ESTADO?

Nesta seção, pretendemos fazer uma breve explanação acerca do conceito de golpe de Estado, uma vez que, no nosso corpus, foram encontradas conceptualizações do afastamento de Dilma Rousseff do poder executivo sendo compreendido como um golpe de Estado, por isso, acreditamos na relevância desse esclarecimento. De acordo com Bobbio (2008), para Naudé, o golpe de Estado tem variadas acepções chegando até a se confundir com a "razão do Estado". Nesse caso, por exemplo, o ato de Catarina del Medici de eliminar os huguenotes na noite de São Bartolomeu, e, também, a proibição do imperador Tibério à sua cunhada viúva de contrair novas núpcias, para evitar o perigo de que os eventuais filhos dela pudessem disputar a sucessão imperial com seus próprios filhos, são considerados golpes de Estado. Nesse sentido, Bianchi (2016) nos diz que o livro de Naudé já nos oferece um caminho para uma definição de golpe de estado; então, um conceito eficaz de golpe de estado, para Bianchi (2016), deve levar em conta seu sujeito e os meios excepcionais que esse utiliza para conquistar o poder.

Ainda conforme Bainchi (2016), houve uma mudança conceitual significativa, no século XIX, em relação ao que é um golpe de Estado, pois o autor nos mostra que um golpe não tem por sujeito, exclusivamente, o soberano e os golpes retratados não têm seu lugar, apenas, nos palácios de reinos e impérios. Segundo Bobbio (2008), o termo golpe de Estado foi ampliado, com o advento do constitucionalismo, pois, durante a sua vigência, foram feitas mudanças pelo Governo, na base da violação da Constituição legal do Estado. Para exemplificar esse caso, o autor nos mostra o golpe de Estado realizado por Bonaparte, em 1851, quando ele conseguiu se proclamar o novo Imperador da França.

No início dos anos 1970, ainda segundo Bobbio (2008), mais da metade dos países do mundo tinha governos saídos por meio de golpes de Estado, tornando-se esse mecanismo uma forma habitual, um método de sucessão governamental mais comum, inclusive, do que as eleições e a sucessão monárquica. A diferença, segundo Bobbio (2008), encontra-se nos atores do golpe de Estado, pois eles mudaram, uma vez que eles são os titulares da burocracia estatal, por exemplo, os chefes militares. O golpe militar, no século XX, tornou-se a forma mais frequente do Golpe de Estado. No século XXI,

para Bobbio (2008), o conceito de golpe de Estado não poderia mais ficar restrito às concepções anteriores; sobre esse tema, o referido autor assegura:

A EVOLUÇÃO DO SIGNIFICADO. — O significado da expressão Golpe de Estado mudou no tempo. O fenômeno em nossos dias manifesta notáveis diferenças em relação ao que, com a mesma palavra, se fazia referência três séculos atrás. As diferenças vão, desde a mudança substancial dos atores (quem o faz), até a própria forma do ato (como se faz). Apenas um elemento se manteve invariável, apresentando-se como o traço de união (*trait d'union*) entre estas diversas configurações: o Golpe de Estado é um ato realizado por órgãos do próprio Estado. Uma breve síntese histórica esclarecerá melhor as citadas diferenças quanto à permanência deste último elemento. (BOBBIO, 2008, p. 545).

Sobre esse assunto, Bianchi (2016) converge com o que foi apresentado por Bobbio, pois, para ele, o conceito de golpe de Estado necessita ser repensando, pois, até o século XX, tempo de ditaduras militares, tivemos, como protagonistas, facções do exército; a atuação desse golpe era descrita como uma derrubada repentina e violenta de um governo, quase invariavelmente, por militares ou com a ajuda de militares, como ocorreu no Brasil, em 1964, quando a mobilização militar, com a ajuda do Senado, declarou vago o cargo da presidência da República ocupado por João Goulart. O Supremo Tribunal Federal, também, contribuiu com o golpe, ao realizar uma sessão, na madrugada do dia 3 de abril daquele ano, para empossar Ranieri Mazzili, na presidência. Porém, no século XXI, o autor já nos chama a atenção para o fato de que essa definição de golpe é limitada, não nos permitindo considerar a hipótese de golpes promovidos por grupos do poder Legislativo ou do poder Judiciário ou por uma combinação de vários grupos e facções. Dessa forma, o autor cita casos recentes de retirada do poder de alguns ex-mandatários que, segundo Bianchi (2016), foram golpes e derrubaram Manuel Zelaya, em Honduras, no ano de 2009, e Fernando Lugo, no Paraguai, em 2012. Ainda, segundo Bianchi (2016), esses referidos golpes tiveram como protagonistas facções do poder Legislativo. Dessa forma, ele ressalta que o conceito de golpe precisa, portanto, ser ampliado e, para isso, segundo ele, a ideia inicial de Naudé pode ser retomada com esse objetivo, mas como um ponto de partida, pois o conceito deve deixar claro quem é o protagonista daquilo que se chama *golpe de Estado*, bem como quais são os meios que caracterizam a ação e quais são os fins desejados (BIANCHI, 2016). Em relação ao que seria um golpe de Estado na contemporaneidade, Bianchi (2016) escreve:

O golpe de estado não é um golpe no Estado ou contra o Estado. Seu protagonista se encontra no interior do próprio Estado, podendo ser, inclusive, o próprio governante. Os *meios* são excepcionais, ou seja, não são característicos do funcionamento regular das instituições políticas. Tais meios se caracterizam pela excepcionalidade dos procedimentos e dos recursos mobilizados. O *fim* é a mudança institucional, uma alteração radical na distribuição de poder entre as instituições políticas, podendo ou não haver a troca dos governantes. Sinteticamente, golpe de estado é uma mudança institucional promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que utiliza para tal de medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político.<sup>27</sup> (BIANCHI, 2016).

Nesse novo conceito, proposto por Bianchi (2016), compreende-se o impedimento de Dilma Rousseff como golpe, uma vez que a presidenta foi condenada por protagonistas de dentro do próprio Estado e os meios que levaram ao seu afastamento são excepcionais tendo por finalidade uma mudança institucional, promovida por uma fração do aparelho do Estado que se valeu de um recurso excepcional que não faz parte das regras usuais do jogo político, como defende o próprio Bianchi (2016). Oliveira (2016), também, defende que:

Ainda que o processo que motivou o impeachment de Dilma Rousseff nada tivesse a ver com atos de corrupção ou com as investigações da Operação Lava Jato, a mobilização popular se deu em torno da moralidade e do combate à corrupção, enquanto, juridicamente, a peça que motivou o impeachment se restringia a operações contábeis apelidadas de “pedaladas fiscais”, prática recorrente de diversos governantes do país para adequar os gastos com o orçamento, a começar pelo próprio relator do processo no senado, o ex-governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia, do PSDB-MG, aliado de linha de frente do presidenciável derrotado Aécio Neves. Seu relatório não se constrangeu em imputar a Dilma Rousseff a única condenação na história republicana brasileira pelas usuais “pedaladas”. Única, porque uma das primeiras leis do governo não mais provisório de Michel Temer, a Lei 13.332/2016, foi exatamente a decretação de que tais práticas não seriam passíveis de caracterização como “crime de responsabilidade.” (OLIVEIRA, 2016, p. 206).

Como foi explicado por Oliveira (2016), as “pedaladas fiscais” fazem parte do “jogo político”, mas, no caso da ex-presidenta, ela foi a única a perder o mandato por tal prática. Por isso, para Oliveira (2016), “a aprovação pelo Congresso do impeachment sem crime de responsabilidade, em desacordo com o disposto na Constituição Federal de 1988, sob o olhar conivente do Supremo Tribunal Federal

---

<sup>27</sup>BIANCHI, Álvaro. O que é um golpe de Estado? Blog Junho, 26 mar. 2016. Disponível em <<http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/>>. Acesso em 12 fev. 2018.

(STF), consistiu na materialização do golpe de Estado”(OLIVEIRA, 2016, p. 206). Manifestantes que foram às ruas a favor do impeachment alegavam querer limpar o Brasil da corrupção, porém o motivo que pesava sobre a ex-mandatária nada tinha a ver com esse fato. Conversas gravadas<sup>28</sup>, em março de 2015, entre dois investigados pela Operação Lava Jato<sup>29</sup>, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) e Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, nos mostram os possíveis motivos que levaram à destituição de Dilma Rousseff. A partir dos áudios divulgados, pode-se saber que Romero Jucá temia que as apurações contra ele fossem enviadas de Brasília, onde tramitaria no Supremo Tribunal Federal, para a vara do Juiz Sérgio Moro, em Curitiba. Na interpretação dos áudios, tudo indicava que o impeachment da ex-presidenta era a melhor saída para estancar a Lava Jato e, assim, livrá-lo da condenação. Nos referidos áudios, Jucá explicou a Machado que, para haver um eventual governo Temer, deveria ser construído um pacto nacional, envolvendo o Supremo e Machado o apoiava. Ainda, nos áudios, o senador relatou que havia mantido conversas com alguns ministros e que, segundo Jucá, teriam dito que não havia como parar a Lava Jato com a Dilma no poder, pois, segundo Jucá, os ministros alegavam que a imprensa não iria parar de pressionar as investigações, se Dilma Rousseff continuasse na presidência<sup>30</sup>. Dessa necessidade de parar a Lava Jato, Jucá nos leva a concluir que o objetivo do impeachment de 2016 era frear as investigações da Lava Jato. Nos diálogos divulgados, vimos que Jucá fala da importância da mídia no processo do impeachment da ex-mandatária, por isso, trouxemos a visão de Bobbio (2008) sobre a importância da mídia como sendo um dos protagonistas de um golpe de Estado:

Curzio Malaparte já colocara em destaque em 1931, em seu livro *Tecnica del copo di Stato*, que atacar as sedes do Parlamento ou dos ministérios nos dias de hoje é uma ingenuidade. Embora isso possa ser considerado um objetivo final, mais do que simbólico, o primeiro objetivo, para coroar de êxito o Golpe de Estado, é ocupar e controlar os centros de poder tecnológico do Estado, tais como as redes de telecomunicações, o rádio, a TV, as centrais elétricas, os entroncamentos ferroviários e rodoviários. Isso permitirá o controle dos órgãos do poder político. É esta característica indiscutível do Golpe de Estado que nos coloca diante da pergunta: quais podem ser

<sup>28</sup> Ver áudios em: <http://painelpolitico.com/leia-transcricao-na-integra-da-conversa-entre-juca-e-sergio-machado/#.WtA8q9TwbIU>. Acesso em: 13 abr. 2018.

<sup>29</sup> A operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras, maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia.

<sup>30</sup> Ver notícia em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml> Acesso em: 20.04.2018.

possíveis protagonistas do fenômeno hoje em dia? (BOBBIO, 2008, p.546).

No trecho anteriormente citado, percebemos que os golpes de Estado, que tem por objetivo um ataque direto à sede do Parlamento, são considerados ingênuos, uma vez que o Parlamento é o objetivo final, mas, para que tal golpe obtenha êxito, faz-se necessário controlar os meios de comunicação, isto dialoga com o que nos foi apresentado na conversa entre Jucá e Machado, como já vimos nesta subseção. Ainda, sobre a intervenção da imprensa no processo de impeachment de Dilma Rousseff, Oliveira (2016) escreve, em seu artigo, que:

O comportamento seletivo por parte dos investigadores ocorreria não só nos indiciamentos propriamente ditos, mas também nos vazamentos de informações sobre os rumos das investigações, que permitem tanto o acesso pela grande mídia a trechos de depoimentos sob sigilo de Justiça que mencionam apenas os nomes de petistas, quanto a presença antecipada de repórteres nas residências de indivíduos que serão presos sob o olhar vigilante das câmeras de televisão. E esta é uma questão importante para a lógica de quem compreende ser esta uma articulação golpista, uma vez que é através dessa interação, considerada promíscua, entre agentes públicos e oligopólios midiáticos, que os sentidos e significados em torno do caso tomam forma. (OLIVEIRA, 2016, p. 201).

Para o autor, essa permanente articulação entre os investigadores e a grande mídia forma uma engrenagem fundamental para o processo do golpe. Destarte, podemos dizer que a grande mídia, também, foi um dos atores do que se entende pelo golpe de 2015.

O governo populista de Lula, no caso brasileiro, teve uma tentativa notória de proporcionar melhorias na condição de vida da classe trabalhadora, para que isso ocorresse, foram criadas políticas de caráter de assistência emergencial como: concessão de crédito facilitado e valorização real do salário mínimo e de seu poder de compra. O Partido dos Trabalhadores (PT) contrariou a previsão contra o governo desse partido propagada pelos setores mais exaltados que se colocavam como sua oposição, pois essas novas orientações não ofereciam ameaças estruturais ao capitalismo e à sociedade de classes, mas, ao contrário, tendiam a tornar viável uma política de conciliação de classes, através da inserção da classe trabalhadora no mercado consumidor e, ao mesmo tempo, permitiu vultuosos lucros ao grande capital, como defende Oliveira (2016).

Sírio Possenti (2016), em consonância com Oliveira (2016), assegura que o impeachment de Dilma Rousseff não tenha começado em abril de 2015, quando o ex-

presidente da Câmara aceitou um dos muitos pedidos de impedimento, dando início ao processo legislativo para a avaliação do caso, pois, de acordo com esse autor:

Talvez se possa dizer que começou no dia da reeleição (26/10/2014), porque o resultado foi de certa forma, inesperado, especialmente porque, até a abertura das urnas do Norte do país, a vitória do outro candidato era dada como certa. A derrota não foi aceita com a naturalidade desejada nas democracias. Foi contestada em diversas instâncias, das jornalísticas às judiciárias. A reação foi reforçada pelas medidas econômicas tomadas no começo do segundo mandato, que fizeram com que muitos eleitores de Dilma se frustrassem. (POSSENTI, 2016, p. 1076).

Ele ainda vai além, ao citar Ab'Saber (2015) que defende a ideia de que, talvez, o processo tenha sido iniciado em abril de 2012, quando o setor bancário manifestou, claramente, que não aceitava a política de juros que a Presidenta implementava, pois, segundo eles, muitos não acreditavam na independência do Banco Central. Por conseguinte, ainda, de acordo com Possenti (2016), os poderosos do governo, juntamente, com a mídia e com uma certa classe média não aceitavam outros efeitos dos governos Lula e Dilma, como conquistas populares, posição que se materializava ora mais clara, ora mais difusamente. Não vamos explanar todos os casos que Possenti (2016) apresenta assim como Oliveira (2016), pois não é objetivo desta Dissertação esgotar todos motivos históricos, políticos, econômicos e sociais que podem ter desencadeado o impedimento da ex-presidenta. Nosso objetivo é mostrar caminhos que levam os opositores do impeachment a considerarem que houve, em 2016, um golpe de estado.

Diante do que foi exposto, vemos motivos que levaram os manifestantes contra-impeachment a irem às ruas gritar que a ex-presidenta do Brasil estaria sofrendo um golpe de Estado. Apesar de não ter ocorrido a ajuda de forças armadas para executar a retirada de ex-presidenta, como ocorria nos golpes do século XX, nem uma violência brutal a ponto de fechar o Congresso para assim destituir um presidente como já ocorreu na história do Brasil.

Nas próximas linhas dessa subseção, apresentaremos momentos da História do Brasil que nos mostram que o golpe de Estado não deveria ser uma regra, mas, por meio das histórias, podemos perceber que, no Brasil, tivemos mais instabilidade política do que estabilidade, uma vez que vivemos em um Estado, cujos golpes são quase institucionalizados. Começando a nossa leitura dos golpes de Estado ocorridos

no Período da Independência do Brasil para os dias de hoje, no mínimo, podemos constatar oito golpes de Estado.

A independência do Brasil não aconteceu através da mobilização das classes populares ou pela maioria da população brasileira. Mas sim, pelos membros da elite que desejavam manter a escravidão, a grande propriedade e a exportação de produtos agrícolas. Por outras palavras, fizemos uma independência “pelo rei” e não uma independência “contra o rei”. Nesse período, havia a necessidade de uma constituição, pois ela era de suma importância para as leis que organizariam o poder político, o papel das autoridades e os direitos a serem desfrutados pelo cidadão. Existia, em 1822, discussões feitas que deram origem ao projeto da constituição que foi apresentado, no ano de 1823. Essa primeira constituição, antes que fosse efetivamente aprovada, passou pela apreciação do imperador Dom Pedro I, mas ele não aprovou o projeto da constituição, pois ela limitava o seu poder e dava muita autonomia para as províncias. Por isso, o imperador convocou os militares e dissolveu a Assembleia Constituinte de 1823; tal dissolução ocorreu na madrugada do dia 12 de novembro de 1823, o que deixou esse momento conhecido como “Noite da agonia”. Muitos dos presentes resistiram à investida do imperador e acabaram presos e, depois, exilados. Em 25 de março de 1824, o imperador aprovou a Constituição Imperial sem que essa fosse apreciada por uma Assembleia. Nessa nova constituição, o imperador tinha plenos poderes sobre o Império. Esse seria um claro exemplo de golpe de Estado que ocorreu em um momento que a sociedade brasileira necessitava de profundas mudanças sociais, econômicas, políticas, mas o golpe foi de encontro a essas mudanças, com o objetivo de manter o poder nas mãos de quem estava no poder.

Já em 1840, houve o Golpe da Maioridade, cujo objetivo era manter o filho do imperador no poder. Esse golpe aconteceu, no Período Regencial, um modo de governo formado após a Abdicação de D. Pedro I, em 1831. O herdeiro do trono, o futuro D. Pedro II, era uma criança de seis anos de idade e, portanto, tinha de atingir a maioridade, para poder governar. A maior idade, naquela época, assim como hoje, era atingida aos 18 anos, por isso, enquanto D. Pedro II não tivesse essa idade, a chefia do país era confiada a regentes, que tinham o respaldo legal da Constituição Imperial de 1824, para exercer sua função. Muitas complicações políticas marcaram esse período. Nessa época, existia, no Brasil Imperial, o espectro do haitinismo, uma espécie de comunismo da época; a oligarquia latifundiária do Império temia uma revolução escrava



seguido aos moldes do Haiti<sup>31</sup>, em terras brasileiras. Para evitar a desagregação imperial, a ordem escravocrata e o poder nas mãos dos de sempre, o Senado do Império aprovou, por ampla maioria, a mudança da idade necessária para o infante imperador assumir a monarquia, e assim D. Pedro II, com 15 anos incompletos, foi aclamado imperador. Nesse caso, houve uma atitude oportunista do Senado que manipulou a legislação, para evitar uma revolução.

50 anos depois do Golpe da Maioridade, em 1891, o Marechal Deodoro da Fonseca, o monarquista que derrubou a monarquia, acabou sendo o chefe interino da República até que esta tivesse uma Constituição. Mesmo o Brasil sendo o último país da América a abolir a escravatura, esse fator foi fundamental para a queda da Monarquia, uma vez que os fazendeiros não receberam indenizações, deixando, portanto, os latifundiários clamando por uma República. Por esses motivos, a Proclamação da República foi um eufemismo para nos referimos a uma movimentação de militares com a influência de uma pequena elite brasileira, tomando o poder pelas forças das armas. Em seu primeiro ano como presidente eleito, indiretamente, Deodoro da Fonseca, para resolver o problema da pressão que os opositoristas exerciam sobre o seu governo, dissolveu, via decreto, o Congresso Nacional, em 1891. Em seguida, para completar o golpe, instaurou, com outro decreto, o Estado de Sítio, no Brasil, o que autorizou o exército a cercar a Câmara e o Senado e a prender políticos opositoristas. Mais uma vez, temos a Constituição sendo infligida para beneficiar pessoas que estavam no poder e, ainda, se valendo da força militar para dar o golpe de Estado.

Após a Proclamação da República, em 1890, vivemos uma década que foi chamada de “Década do Caos”, pois houve algumas tentativas de golpes, crise econômica, guerra civil, em vários lugares do Brasil, revoltas religiosas e vários levantes militares. Mesmo Deodoro almejando dar um novo golpe, na tentativa de dissolver o parlamento, acaba renunciando. No lugar do Marechal Deodoro da Fonseca, assumiu o vice, Marechal Floriano Peixoto, em 1892. Como não havia um ano, ainda, de mandato do Marechal Deodoro, o que a Constituição previa era a convocação de novas eleições presidenciais. No entanto, o Marechal Floriano não convocou as novas eleições com a justificativa de que a Constituição de 1891 tinha dispositivos que

---

<sup>31</sup>A *Revolução Haitiana* (1791-1803) corresponde a um período de conflitos violentos ocorridos na colônia francesa de Saint-Domingue; esses conflitos levaram à eliminação da escravatura e ao estabelecimento do *Haiti* como a primeira república governada por um descendente africano. O Haiti é conhecido como a primeira nação independente da América Latina; a primeira nação independente no período pós-colonial do mundo a ser liderada por um negro e a única nação cuja independência foi obtida como parte de uma rebelião de escravos que foi bem-sucedida.

determinavam a convocação de novas eleições só se o presidente tivesse sido eleito diretamente pelo povo, o que não ocorreu no caso de Deodoro da Fonseca. Esse impasse constitucional manteve Floriano Peixoto no poder, que teve que enfrentar a Segunda Revolta Armada e uma série de outros levantes contra o seu governo “mão de ferro”.

Em 1930, Getúlio Vargas, com a ajuda de militares e com o apoio da Aliança Liberal, deu um golpe de Estado em Júlio Prestes, uma vez que Getúlio Vargas perdeu as eleições, mas não aceitou a derrota. Nesse momento, o governador da Paraíba, João Pessoa foi assassinado, por conta de uma briga entre famílias rivais, agravada por um escândalo sexual. O grupo perdedor das eleições se apropriou dessa morte para revoltar-se contra os paulistas; nesse ano, havia indício de que o Brasil pudesse viver uma guerra civil, mas isso foi evitado devido aos militares de alto escalão que controlaram a situação e empossaram Getúlio Vargas no poder, dando início a Era Vargas; esse golpe foi o primeiro golpe de Estado dado por Vargas. Não é difícil ouvir ou ler que, na década 30, houve uma revolução, chamada de “Revolução de 30”, pois o Brasil deixava de ser uma República Oligárquica, havendo, portanto, pequenas mudanças na sociedade. Nós seguimos o conceito de Revolução apresentado por Bobbio (2008) e segundo esse autor:

A Revolução se distingue do golpe de Estado, porque este se configura apenas como uma tentativa de substituição das autoridades políticas existentes dentro do quadro institucional, sem nada ou quase nada mudar dos mecanismos políticos e sócioeconômicos. Além disso, enquanto a rebelião ou revolta é essencialmente um movimento popular, o golpe de Estado é tipicamente levado a efeito por escasso número de homens já pertencentes à elite, sendo, por conseguinte, de caráter essencialmente cimeiro. A tomada do poder pelos revolucionários pode, de resto, acontecer mediante um golpe de Estado (assim se pode considerar a tomada do poder formal pelos bolcheviques, em 25 de outubro de 1917), mas a Revolução só se completa com a introdução de profundas mudanças nos sistemas político, social e econômico. (BOBBIO, 2008, p. 1121).

Nesse sentido, podemos perceber, então, que a tomada de poder na “Revolução de 30” não provocou profundas mudanças no sistema político, social e econômico da época, uma vez que, mesmo as oligarquias perdendo a hegemonia no comando do país, setores da elite teriam tomado o poder e, assim, mantido os privilégios das elites em detrimento das classes mais baixas da sociedade. A maioria dos estudiosos acredita não ter ocorrido uma ascensão imediata dos setores industriais que queriam modernizar o país, uma vez que a modernização ocorreu de forma conservadora: setores modernos,

ligados ao começo do processo de industrialização nacional, se uniriam a setores arcaicos da sociedade, ainda ligados à agroexportação. Por isso, nesta Dissertação, nos valem dessa teoria de que a Revolução de 1930, na verdade, foi um golpe que levou Vargas ao poder, dando início a Era Vargas, ou seja, foi uma mudança de governantes de modo inconstitucional, pois Vargas teria perdido as eleições e tal mudança não provocou grandes mudanças econômicas, sociais e políticas na sociedade. Em 1934, Vargas, por meio de votação indireta, foi eleito novo presidente do Brasil e, no poder, elaborou uma nova Constituição. Nesse período, ele teve que lidar com diversos problemas como a Intentona Comunista e a Ação Libertadora Nacional.

Em 1937, ainda na Era Vargas, foi descoberto um suposto plano de uma revolução comunista a ser executado no Brasil; surgiu, então, o chamado Plano Cohen, que teria sido forjado pelo capitão Olímpio Mourão Filho com o objetivo de provocar alarde na opinião pública e justificar um golpe de Estado e a formação do Estado Novo. O ministro de guerra de Vargas, Eurico Gaspar Dutra, leu o Plano Cohen para o público do rádio no programa Voz do Brasil. Devido a esse fato, em 1937, foram suspensos os direitos constitucionais e, por meio de um pronunciamento público, Vargas decretou o fechamento do Congresso Nacional e cancelou as eleições presidenciais que seriam realizadas, em janeiro de 1938. Por meio desse golpe, a ditadura varguista durou até 1945. Praticamente, os mesmos militares que apoiaram o golpe de 1937 tiraram Vargas do cargo de chefe de Estado, em 1945.

O contexto do golpe que depôs Vargas do cargo de presidente, em 29 de outubro de 1945, foi o do fim da Segunda Guerra Mundial. Como vimos, Vargas foi, de 1937 a 1945, um ditador nos moldes do fascismo europeu, tendo, inclusive, se aproximado da Alemanha nazista, no início do Estado Novo. Mas, no meio do segundo conflito mundial, Vargas rompeu com a Alemanha e passou a apoiar as potências aliadas, como Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética, que saíram vencedoras da guerra. Sendo assim, havia, na época, uma contradição no governo de Vargas, pois era incoerente continuar um regime nos moldes do Estado Novo, mesmo depois de ter ido lutar contra o nazifascismo na Europa. A partir desse momento, Vargas deu início a um processo de abertura democrática, que possibilitou a criação de novos partidos políticos, como a UDN (União Democrática Nacional), o PCB (Partido Comunista Brasileiro), que voltou à legalidade, e o PSD (Partido Social Democrático), e perspectiva de novas eleições gerais. Houve, ainda, nesse período, um certo fanatismo da classe trabalhadora pelo autoritário governo Vargas que resultou em um movimento social chamado

de “queremismo”, um movimento popular que queria a permanência de Vargas no poder e exigia a formação de uma nova Assembleia Nacional Constituinte. Vargas, em meio a esse momento tumultuado, colocou seu irmão Benjamin Vargas, conhecido por sua truculência, na chefia de polícia do Distrito Federal. Gaspar Dutra e outros militares, procurando evitar conflitos e com a ajuda dos Estados Unidos, propuseram a Vargas que assinasse um documento de renúncia ao cargo. O político gaúcho assim o fez e pôde refugiar-se em sua cidade natal. Os Militares, com receio de sofrerem um novo golpe de Estado vindo de Vargas, deram um golpe de Estado no próprio Vargas. Mais uma vez, estamos diante de um novo golpe de Estado.

O golpe militar de 1964, talvez seja o mais conhecido entre os golpes, ou melhor, o mais conhecido dos golpes da história do Brasil, isso pode se dever a variados motivos: pela sua longa duração, sua forte repressão, pelas suas sequelas presentes pela força de civis que foram às ruas pedir a intervenção militar, pela importância da mídia nesse processo, pela influência de forças exteriores ao Brasil, forças essas que acabaram abrangendo a ditadura para quase toda América Latina, como já vimos.

Como resultado do golpe civil-militar, tivemos: 20 anos de regime autoritário, tortura institucionalizada, atraso educacional, crise econômica e perda de liberdade. Também como já vimos, o mundo estava polarizado entre o bloco econômico capitalista e socialista; na época do golpe civil-militar, quem ocupava o poder executivo era o ex-presidente João Goulart, que foi deposto pelos militares por significar uma ameaça comunista, pois o ex-presidente dessa época tinha como objetivo fazer as reformas de base, o que o aproximava das ideias comunistas que poderiam levar o Brasil a uma possível Revolução Cubana. Dessa forma, os militares dão um golpe civil-militar, ao alegarem que o João Goulart não estava no Brasil, e, por isso, o cargo da presidência estava vago, mas o fato é que o João Goulart estava no sul do Brasil.

Podemos perceber que, até o presente momento, o Brasil teve diferentes regimes autoritários a começar pelo regime implantado pelo Imperador D. Pedro I que era considerado um monarca autoritário, sendo esse autoritarismo, um dos motivos que o fez abdicar do trono. Mais tarde, Floriano Peixoto governou com “mãos de ferro”, com o intuito de não desintegrar o Brasil. No Estado Novo com Vargas, também, houve muito autoritarismo, com o intuito de manter a ordem vigente. Em 1964, milhares de pessoas foram às ruas pedir o regime militar. Observamos que toda vez que há uma desordem, no Brasil, recorre-se a golpes de Estado, regimes autoritários para conter as mudanças que poderiam surgir. Talvez, por isso, as nossas revoltas, no Brasil, sempre,

foram muito reprimidas e localizadas, não sendo permitidas revoluções, ou seja, profundas mudanças sociais, econômicas etc.

Em relação aos diferentes tipos de golpes de Estado que aconteceram no Brasil, nos valeremos do que foi apresentado no texto de Possenti (2016). Ao analisar os diferentes tipos de golpe de Estado, o referido autor apresenta os mais prototípicos. Sobre o golpe mais prototípico, ele observa:

Provavelmente, tende-se a considerar que um golpe prototípico é promovido por militares, envolve alguma violência, quebra de aspectos da Constituição, censura e eliminação de alguns direitos básicos, como o de reunião e de livre manifestação. Neste caso, um golpe precisa de golpistas identificáveis (mas eles nunca aceitarão esta designação). (POSSENTI, 2016, p. 1087).

Nesse caso, o golpe civil-militar seria um exemplo prototípico de golpe, pois envolveu violência, quebra de aspecto da Constituição, censura etc., mesmo os ditadores não reconhecendo tal golpe, pois, durante muito tempo, o período que inicia em 31 de março de 1964 e abrange até 15 de março de 1985 foi chamado de Revolução por aqueles que apoiaram a tomada do poder pelos militares. O mesmo podemos perceber nos dois golpes de Estado realizados por Vargas que, também, são exemplos prototípicos de golpe, pois Getúlio Vargas se amparou dos muitos elementos antes mencionados, como a força armada, fechamento do congresso, mudanças na constituição etc. Assim, Possenti (2016) nos revela que o afastamento definitivo da ex-presidenta, por não apresentar muitas dessas características do golpe prototípico, é considerado mais periférico, mas que nem por isso pode ser deixado de ser chamado de golpe. Sobre esse aspecto ele escreve:

O fato de que se diga “golpe militar” implica que outra adjetivação é possível – daí uma certa proliferação de adjetivações, cada uma dando conta de determinado aspecto do golpe: golpe parlamentar, político e branco indicam, no primeiro caso, quem são os agentes do golpe (os parlamentares), no segundo, sua natureza (“político” é mais vago do que parlamentar, mas não o exclui; em geral, significa que os agentes são mais numerosos, talvez mais difusos [a mídia, o capital etc.]), e “branco” indica que o golpe não foi violento ou sangrento. (POSSENTI, 2016, p. 1089).

No trecho anteriormente exposto, vemos que o afastamento da ex-presidenta do Brasil é um exemplo periférico de golpe, por não se enquadrar de modo semelhante aos golpes de Estado realizados por Getúlio Vargas e ao golpe de 1964, mas que, ao contrário, envolve outras características, sendo uma delas a ausência de violência física,

como a violência sangrenta que ocorreu no Estado de Sítio e na Ditadura Militar. A isso acrescentamos que cada momento histórico é único e que, por mais que façamos analogias com o passado, na tentativa de compreendermos o presente ou o futuro, tais momentos serão únicos, pois são distintos. Obviamente, existem elementos que encontramos entre um e outro golpe, assim como alguns personagens, mas o momento histórico é único, não podendo, portanto, ser repetido, apesar de haver elementos que distanciam e outros que aproximam os momentos históricos, assim como os golpes.

Depois de termos contato com todas essas histórias de golpes, podemos perceber que o Brasil, sempre, teve uma democracia frágil, e, de tempos em tempos, surge um governo usurpador que desrespeita a Constituição, com o intuito de se manter no poder, ou de manter a ordem do expresso “progresso” destacado na nossa bandeira, ou até mesmo, para manter as coisas como elas, sempre, foram. Os golpes de Estado já vivenciados conseguiram conter as revoluções que se anunciavam, então, por isso, surgiam esses golpes para manter o *status quo* da nossa sociedade.

Em relação à influência externa, os contra-impeachment apresentam algumas evidências em relação à sua existência, assim há quem mencione notícias divulgadas em 2015 de que os Estados Unidos, presidenciado, na época, por Barack Obama<sup>32</sup>, grampearam a ex-presidenta, alguns ex-ministros e avião presidencial. Esse fato, no entanto, até o presente momento, não passa de suposição, inclusive, não encontramos esse tipo de conceptualização nos trechos interpretados. Além da citada suposição, os contra-impeachment mencionam interferências internacionais como a do leilão do pré-sal para países estrangeiros que ocorreu, após o afastamento da ex-presidenta<sup>33</sup> e a ameaça à reserva da floresta amazônica para ampliar a exploração mineral<sup>34</sup>.

Tecidas estas breves considerações sobre a história dos golpes vivenciados no Brasil, passamos, a seguir, a comentar, ainda que sucintamente, o que se entende por impeachment na história.

---

<sup>32</sup> Ver em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/lista-revela-29-integrantes-do-governo-dilma-espionados-pelos-eua.html> Acesso em: jan. 2018.

<sup>33</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/28/politica/1509142655\\_389499.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/28/politica/1509142655_389499.html) Acesso em: jan. 2018.

<sup>34</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2017/08/1912465-temer-extingue-reserva-na-amazonia-para-ampliar-exploracao-mineral.shtml> Acesso em: jan. 2018.

### 3.2 O QUE É UM IMPEACHMENT?

Nesta subsecção, iremos fazer uma breve explanação sobre a história do primeiro processo de impeachment ocorrido no Brasil, na tentativa de situar e comparar os motivos históricos, econômicos e sociais comuns ou divergentes desses dois processos de afastamentos presidenciais que ocorreram por meio de votação no Senado, como prescreve a Constituição no caso de crime de responsabilidade. Antes de tecer os comentários sobre os casos brasileiros, faremos algumas considerações mais gerais sobre o impeachment, abarcando a sua origem e as suas características em distintos países.

Segundo Góes e Medeiros (2011), a primeira exteriorização fática de um impeachment ocorreu na Inglaterra, porém suas origens estão baseadas em costumes presentes desde os tempos longínquos, uma vez que os crimes praticados eram julgados por grupos de membros das tribos e dos Estados através de reuniões. Após as criações dos tribunais, os crimes mais relevantes para a sociedade eram submetidos ao veredicto de todos os cidadãos. Em Roma, por exemplo, os responsáveis pelos julgamentos dos crimes eram os próprios cidadãos, uma vez que, praticado o fato delituoso, o criminoso era levado à praça pública, onde era julgado e condenado a castigos físicos ou até mesmo à morte. Por outro lado, em Atenas, segundo Riccitelli (2006), julgavam-se os criminosos através do ostracismo, ou seja, votações secretas que os atenienses faziam em assembleia popular e condenavam os delatores à exclusão, ou seja, ao exílio político.

Sobre o surgimento do processo de impeachment na Inglaterra, Góes e Medeiros (2011) escrevem:

Foi na Inglaterra onde o processo de impeachment tomou forma, por volta do século XII e XIV, ou seja, no Berço do Parlamentarismo, o impeachment surgiu como uma forma alternativa de punir os detentores do poder, ou seja, os nobres e os frequentadores da corte, dos quais eram acusados pelo clamor popular de praticarem crimes. Esses crimes ficavam sobre responsabilidade de uma das casas do parlamento para apurar todos os fatos e realizar as investigações necessárias. (GÓES, MEDEIROS, 2011, p. 6).

Desse modo, percebemos que a origem do impeachment na Inglaterra teve seu nascimento para garantir punição, geralmente, de nobres, sendo eles submetidos à investigação, depois de terem sido acusados pela população, como defende, também,

Riccitelli (2006). Ao analisar a origem do impeachment, percebemos que era um processo de duas modalidades: uma criminal e outra política, pois o impeachment submetia o acusado a diversas penas que variavam, de acordo com a gravidade de seus crimes, sendo essas penas desde a perda do cargo, multa, castigos corporais, e até mesmo a morte. Segundo Góes e Medeiros (2011), os crimes eram julgados pela Câmara dos Lordes, e, somente a partir do reinado de Eduardo III, passaram a ser de competência da Câmara dos Comuns que funcionava como tribunal principal para acusar os ministros do rei. O processo de impeachment se tornou pouco frequente, deixando de ser utilizado em 1459, porém, em 1620, retornou com características políticas e não mais criminais como anteriormente. Mais tarde, as sanções aplicadas deixaram de ser castigos físicos ou patrimoniais e passaram a ser a perda do cargo e dos direitos políticos, como cita Riccitelli, (2006). Em relação a esses casos, Góes e Medeiros (2011) comentam:

Alguns casos tiveram grande importância na origem do impeachment como fatos propulsores de sua existência em especial o caso de David, conhecido como “irmãos Llewellyn”, ocorrido em 1822, o do Conde Lancaster em 1322, o de Roger Mortener, o de Simon de Beresford, em 1330, a acusação do Arcebispo da Cantuária, e o de Jonh Stratford, perante o parlamento em 1341, com base em denúncias difamatórias, fatos que praticamente marcaram o nascimento do instituto. (GÓES, MEDEIROS, p. 8, 2011).

Nos Estados Unidos, o impeachment teve suas origens no processo inglês, devido às experiências nas colônias com o modelo adotado pelo Estado, e acabou resultando da Constituição, assim como no direito inglês. Porém, existem algumas diferenças entre um e o outro. Sobre essas diferenças, Góes e Medeiros (2011) consideram que:

No cenário americano a instauração do processo do impeachment será feito mediante votação de dois terços dos membros presentes, podendo implicar penas de cunho político. Já no cenário britânico em que há a existência da figura da câmara dos Lordes, sendo o Tribunal Judiciário mais alto do reino, onde incidiria o processo mediante votação de maioria simples, e poderia cominar qualquer tipo de pena desde a mais branda até as mais graves como a pena de morte. (GÓES; MEDEIROS, p. 11, 2011).

A partir da citação, percebemos que uma das grandes diferenças está relacionada ao fato de que, no processo dos Estados Unidos, a natureza do impeachment é somente política, sendo, portanto, permitida a destituição do cargo, podendo variar entre a habilitação ou não a outro cargo, porém deixando o cidadão imune de penas jurídicas e livre como qualquer outro. Não vamos nos ater a explicar todas as diferenças entre o



impeachment nos Estados Unidos e no Reino Unido, citaremos, tão somente, os exemplos de processo de impeachment ocorridos nos Estados Unidos que foram dados por Góes e Medeiros (2011):

Outros casos também vieram a ocorrer nos Estados Unidos mais não com tamanha relevância como o de Nixon, entretanto merece destaque os casos de Andrew Johnson presidente que foi absolvido pelo senado, o do senador William Blount do Tennessee em 1797, que não sofreu impeachment mais simplesmente foi expulso do senado, o do juiz John Pickering e outras figuras do cenário político e jurídico.(GÓES, MEDEIROS, 2011, p. 15).

Agora, vamos tratar um pouco do processo de impeachment no Brasil, visto que o nosso corpus compreende fragmentos de textos que tratam do impeachment brasileiro e o nosso objetivo é entender as conceptualizações do afastamento da ex-presidenta que, de acordo com o STF, ocorreu devido ao crime de responsabilidade cometido por Dilma Rousseff. De acordo com a Lei nº 1.079/50, poderão ser agentes do crime de responsabilidade os Ministros do STF, os Ministros do Estado, o Presidente da República, o Vice-Presidente da República, os Comandantes das Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica, o Procurador Geral da República, o Advogado Geral da União, os Governadores e secretários, sendo esses últimos regulados pela Lei nº 7.106/1983 que dispõe sobre o governador do Distrito Federal, Governadores do Estado e seus secretários.

Um das diferenças entre o impeachment no Brasil e nos Estados Unidos, segundo Ricitelli (2006), está no seguinte fato:

A pena nos crimes de responsabilidade não excederá a destituição da função e a incapacidade para exercer qualquer função pública, honorífica ou remunerada, nos Estados Unidos. O condenado estará sujeito, no entanto, a ser processado e julgado de acordo com a lei. (RICITELLI, 2006, p. 83).

Segundo Góes e Medeiros (2011), a doutrina brasileira em relação ao impeachment nos aponta a possibilidade de haver duas espécies, sendo uma de natureza política e outra mista. Em relação à natureza política do impeachment, Góes e Medeiros (2011) declaram:

Objetivando a destituição do cargo daquele que por más condutas decaiu da confiança do povo, e não a sua condenação propriamente dita, a maior parte da doutrina entende ser o impeachment um instituto de natureza política uma vez que como já dito visa principalmente

afastar o acusado do poder e não a sua condenação.(GÓES, MEDEIROS, 2011, p. 29).

No trecho antes exposto, vemos que a natureza política do impeachment é o mais presente, pois o objetivo do impeachment é a destituição do cargo daquele que, por ter más condutas, não tem mais a credibilidade da população. Há, segundo Góes e Medeiros (2011), autores, como Paulo Brossard, que defendem o impeachment no Brasil como sendo de natureza diversa, pois, para esse autor, o tribunal é de natureza política e a condenação é de natureza penal, pois baseia-se o seu entendimento no fato de haver uma lei de responsabilidade que define tais crimes que prescrevem penas; daí ser a condenação de natureza penal. Existem divergências quanto à natureza do impeachment, mas discuti-las não é o nosso objetivo, pois, apenas, estamos fazendo breves explanações sobre o processo do impeachment para podermos entender os fatores que levaram à conceptualização do impeachment da ex-presidenta.

Assim como o impeachment, as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) tiveram o seu nascimento do clamor da população que necessitava e exigia uma comissão especial para que se fizesse uma investigação. Para que haja investigação de um presidente da República, é necessário que haja denúncia e assim tal denúncia será investigada e apurada, devendo passar pela votação da Casa do Congresso Nacional, sendo somente realizada mediante votação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Tendo a favor o *quórum* de no mínimo um terço de uma das casas, poderá ocorrer a Comissão Parlamentar de Inquérito mista que será realizada pelas duas casas ao mesmo tempo, e caso isso venha a ocorrer, o *quórum* mínimo será também de um terço, porém não mais somente de uma das casas e sim das duas. Concluídas a instauração e apuração de denúncia, através de investigações feitas pelas CPI's, tais resultados das investigações serão encaminhados para Câmara dos Deputados que as analisará e determinará a procedência ou não do relatório enviado. Mediante aprovação de dois terços de seus membros é que o pedido será submetido ao Senado Federal para respectivo julgamento. Cabe à Câmara dos Deputados aprovar as denúncias para que assim o Senado seja autorizado a instaurar o processo de impeachment; caso ela vote improcedente a denúncia, ela será arquivada, se procedente, ela será encaminhada ao Senado Federal, iniciando-se assim o instituto do impeachment, podendo culminar penas condenatórias previstas na Lei de Crimes de Responsabilidade. Como dispõe o artigo 85 da Constituição Federal:

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

I - a existência da União;

II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;

III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV - a segurança interna do País;

V - a probidade na administração;

VI - a lei orçamentária;

VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

No tocante ao julgamento, cabe a um tribunal especial a competência de processar e julgar os crimes de responsabilidade e o Senado Federal terá caráter de tribunal competente e juiz natural do impeachment.

Em relação às penas, temos duas previstas, em nossa Carta Magna e na Lei 1.079/1950: a perda do cargo e a inabilitação para exercer qualquer outro cargo público, isso engloba tanto os concursos públicos, mandatos eletivos e cargos de confiança. Góes e Medeiros (2011) mostram que tais penas, até a edição da Lei nº1.079/1950, eram aplicadas de modo separado, tendo como pena principal a perda do cargo, e a inabilitação dos oito anos com o caráter de pena acessória, sendo aplicada com o intuito de agravar a pena dependendo da gravidade do crime cometido. Porém, o autor ressalta que:

Após a edição da referida lei de crimes de responsabilidade esse caráter de pena principal e acessória deixou de vigorar, pois o novo dispositivo legal trouxe em seu texto a sua unificação e passou a tratar a pena para o condenado por crime de responsabilidade com a perda do cargo e a inabilitação de exercer outro cargo, posteriormente a edição da nova Constituição Federal de 1988 reforçou mais ainda o transcrito na Lei nº1.079/1950. (GÓES, MEDEIROS, 2011, p. 29).

Esse fator é importante, pois, no impeachment de 2016, ocorrido no Brasil, houve o fatiamento da votação, ou seja, houve uma votação para perda do mandato e outra para inabilidade da ex-mandatária. De acordo com tais votações, a ex-presidenta perdeu o mandato, mas continuou habilitada para ocupar qualquer cargo público. Tal decisão foi tomada ao ser alegado, no Senado Nacional, que, no processo de impeachment de Collor, houve fatiamento, também. O fato é que não houve o impeachment de Collor, pois ele, ao ver a iminência do seu afastamento, decidiu renunciar ao cargo; tal decisão

foi tomada por ele, com o intuito de não ficar inelegível por oito anos, porém o Senado decidiu por manter a votação, o que o levou a renunciar ao mandato e a ficar inelegível. Esse fato deu margem ao fracionamento da votação do impeachment da ex-presidenta, fato que poderemos observar nas conceptualizações a serem apresentadas, na seção destinada ao estudo do corpus.

No Brasil, houve a possibilidade do impeachment de Fernando Collor de Mello (PRN)<sup>35</sup>, eleito para presidente da república nas eleições de 1989, que foram as primeiras eleições diretas para presidente, desde 1960. Em meados de 1990, Collor foi acusado de ter contratado agências publicitárias sem licitação para trabalhar em sua campanha. Mais tarde, o seu governo foi acusado de fraudes em compras, e o seu irmão, Pedro Collor, lançou denúncias contra Paulo César Farias, ex-tesoureiro da campanha do ex-presidente Collor, afirmando serem ilícitas suas riquezas<sup>36</sup>. No começo de 1992, o governo Collor enfrentou novas crises e denúncias que culminariam no processo de seu afastamento. Em junho de 1992, o Congresso instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) só para tratar das atividades do seu tesoureiro. Com o desenrolar dos trabalhos da comissão, as acusações de Pedro Collor foram ganhando substância, com provas de transações ilícitas<sup>37</sup>, ligando ao Paulo César Farias e a Collor de Melo.

Foi nesse contexto que surgiram os caras-pintadas, um movimento, essencialmente, estudantil, promovido, principalmente, pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pela União Brasileira dos Secundaristas (UBES). O movimento tinha um objetivo remover o presidente do poder. Em agosto de 1992, começaram a ser feitas grandes passeatas que aumentavam exponencialmente. Em setembro de 1992, um pedido de impeachment foi elaborado e entregue à Câmara dos Deputados, sendo aprovado por essa Câmara, por ampla maioria, no dia 29 desse mês e ano. Naquele dia, estima-se que milhões de pessoas haviam aderido ao movimento dos caras pintadas, saindo às ruas com o rosto pintado de verde e amarelo para pedir a saída do então presidente. Após a abertura do processo de impeachment autorizado pela Câmara, Collor foi afastado do cargo dias depois. Em seu lugar, assumiu o vice-presidente, Itamar Franco. Enquanto isso, o Senado apurava se Collor havia cometido

---

<sup>35</sup>Partido da Reconstrução Nacional.

<sup>36</sup>Entrevista do irmão de Collor, disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/a-entrevista-que-pedro-concedeu-a-veja-ha-20-anos-e-que-esta-na-raiz-do-odio-que-fernando-collor-tem-da-revista/> Acesso em: jan. 2018.

<sup>37</sup>Disponível em: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/impeachment-de-collor--20-anos-corrupcao-e-plano-economico-derrubaram-presidente.htm> Acesso em: jan. 2018.

ou não um crime de responsabilidade. O processo durou três meses (esse processo pode durar até 180 dias com o presidente afastado ou até mais tempo). Com a condenação iminente no Senado, em 29 de dezembro de 1992, Collor, como aqui já mencionado, resolveu renunciar ao cargo, para evitar a inelegibilidade nos oito anos seguintes. Após 22 anos do afastamento de Collor, o STF o absolve das acusações de peculato, corrupção passiva e falsidade ideológica<sup>38</sup>. Desde 2007, Collor de Mello é senador em Alagoas.

Citamos o caso do Fernando Collor de Mello, pois pessoas favoráveis ao impeachment de 2016 defendem que Dilma Rousseff, assim como Collor foram destituídos pelo mesmo instrumento constitucional, o impeachment. As similaridades entre o momento histórico, político e econômico do afastamento de Collor, em 1992, e o de Dilma Rousseff, em 2016, são encontrados nas conceptualizações constantes do corpus desta Dissertação como sendo os possíveis motivos que levaram Dilma Rousseff a ser destituída. Destarte, escreveremos sobre algumas semelhanças que encontramos relativas à ambos processos de afastamento, observamos similaridades como: situação econômica do país, popularidade, apoio no Congresso, sociedade civil organizada e as acusações.

Em relação à situação econômica no governo Collor, o Brasil começou a década de 1990, ainda, sem ter superado as inúmeras crises da década anterior (conhecida como década perdida); nessa década, ainda, havia um alto nível de inflação em meio à estagnação econômica, além de problemas enormes com a dívida externa, e do fracasso nos planos econômicos criados para tentar frear a inflação e trazer estabilidade à moeda nacional. É diante desse cenário que Collor tomou uma decisão de confiscar a poupança de praticamente toda a população. Tal mediada se revelou ineficaz, já que a inflação continuou a subir da mesma maneira, mas agora com a diferença de que o povo não tinha acesso a suas economias.

No caso de Dilma Rousseff, não houve nenhum ato que tenha chocado os brasileiros como o confisco da poupança realizado por Collor, mas, do mesmo modo, segundo os pró-impeachment, a economia brasileira não estava indo bem, em seu governo; medidas tomadas no governo Dilma foram duramente criticadas, a exemplo

---

<sup>38</sup> Ver notícia em: <https://oglobo.globo.com/brasil/stf-absolve-collor-por-crimes-de-corrupcao-da-epoca-em-que-era-presidente-12281213>. Acesso em: jan. 2018.

de: manter as taxas de juros artificialmente baixas<sup>39</sup> no início do governo; a redução das tarifas de energia<sup>40</sup>; a política de desoneração das indústrias; prejuízo na aquisição da refinaria nos Estados Unidos<sup>41</sup>; empréstimos subsidiados a grandes empresas via o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES); essas medidas teriam pressionado as contas públicas, levando à necessidade de criar um ajuste fiscal e retirando a confiança dos investidores e consumidores no país. De acordo com os apoiadores do impeachment, esses fatores contribuíram na culminação da recessão, acompanhada de inflação, dólar alto, desemprego crescente e dificuldades em fechar o superávit primário. Dessa forma, percebemos que a gestão econômica do governo Collor e do governo Dilma, para os pró-impeachment, pesou em ambos os casos para o pleito da destituição.

Em relação ao fator popularidade, no governo Collor, as medidas econômicas impopulares e fracassadas contribuíram de modo significativo para que o apoio expressado nas urnas se dissipasse. O presidente viu crescer sua rejeição entre eleitores, ao longo de seu mandato, sem que houvesse uma contrapartida de apoiadores. No Governo Dilma, também, houve o convívio com manifestações contra o seu governo, desde o início do seu segundo mandato. A grande diferença em relação ao caso de Collor, porém, é que Dilma recebeu um apoio significativo das ruas. Fenômeno semelhante não foi observado no governo Collor. O que se mostra, aqui, é que a saída de Dilma Rousseff não foi aceita com unanimidade, como foi no caso de Collor. Outro fator é o índice de apoio no Congresso, pois o governo Collor contou com alguns aliados no Congresso dentro de partidos relevantes como PFL<sup>42</sup>, PDS<sup>43</sup>, PTB<sup>44</sup> e PL<sup>45</sup>. Porém, quando a ideia de seu impeachment surgiu, em meio à comoção popular causada pela revelação de fatos comprometedores, poucos parlamentares se opuseram, isso pode ser comprovado com a derrota na votação na Câmara: 440 votos a favor do

---

<sup>39</sup> Dilma deu empurrão nos juros e bancos entenderam o recado. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-deu-empurrao-nos-juros-e-bancos-entenderam-o-recado,132968e>. Acesso em: abr. 2018.

<sup>40</sup> Notícia: Crise do setor elétrico criada por Dilma já custou R\$ 105 bilhões, mais do que o quádruplo do apagão de 2001. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/crise-do-setor-eletrico-criada-por-dilma-ja-custou-r-105-bilhoes-mais-do-que-o-quadruplo-do-apagao-de-2001/>. Acesso em: abr. 2018.

<sup>41</sup> Ver em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/dilma-assinou-compra-que-rendeu-prejuizo-de-us-1-bilhao-a-petrobras-1yy0rvpo2atgld13ez87sgaxa> Acesso em: abr.2018.

<sup>42</sup> Partido da Frente Liberal.

<sup>43</sup> Partido Democrático social.

<sup>44</sup> Partido Trabalhista Brasileiro.

<sup>45</sup> Partido Liberal.

impeachment, e apenas, 38 contra e mais 23 ausências<sup>46</sup>. No caso do governo Dilma, o PT é o partido que possui a segunda maior bancada no Congresso<sup>47</sup>, entretanto, com a aproximação do impeachment na plenária da Câmara, tal apoio foi declinando, e partidos como PMDB<sup>48</sup>, PP<sup>49</sup> e o PSD<sup>50</sup> foram se retirando da base apoiadora ao seu governo Dilma. A ex-mandatária teve condições para negociar apoio no Congresso, apesar das projeções favoráveis ao impeachment, e até dias antes da votação, havia um certo suspense em relação ao resultado final.

No que concerne à sociedade organizada, no governo Collor, houve plena aceitação do processo, de modo que ele não encontrou apoio nos movimentos sociais; as entidades de classe viraram as costas para o presidente, nos momentos decisivos daquele processo. Por outro lado, o governo Dilma possuía maior respaldo dos movimentos sociais que, historicamente, estão ligadas ao PT, como a Central Única de Trabalhadores (CUT)<sup>51</sup>; encontrou apoio, também, de uma parte da classe de artistas<sup>52</sup>, intelectuais, estudantes, e de uma parcela do eleitorado que votou na Dilma. Se na época de Collor, a UNE se colocou contra o presidente, pedindo seu impeachment, desta vez, ela e outras entidades importantes, assim, como a Central Única de Trabalhadores se articularam para defender o governo Dilma nas ruas. Entretanto, Dilma Rousseff, também, enfrentou oposição de entidades importantes, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)<sup>53</sup>, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)<sup>54</sup> e apoio nas ruas de uma parcela significativa da classe média<sup>55</sup>.

---

<sup>46</sup>Notícia: PT, PSDB e PMDB votaram fechados contra Collor. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/pt-psdb-e-pmdb-votaram-fechados-contracollor/>. Acesso em: abr. 2018.

<sup>47</sup> Banca dos partidos- Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bancada.asp>. Acesso em: abr. 2018

<sup>48</sup> Partido do Movimento Democrático Brasileiro

<sup>49</sup> Partido Progressista

<sup>50</sup> Partido Social Democrático

<sup>51</sup> Notícia: Em BH, movimentos fazem ato contra impeachment da presidente Dilma. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/05/em-bh-movimentos-fazem-ato-contraimpeachment-da-presidente-dilma.html>. Acesso em: jan 2018.

<sup>52</sup>Notícia: Relembre os famosos que forma pro e contra impeachment Dilma. Disponível em: <https://www.noticiasaminuto.com.br/fama/209748/conheca-os-artistas-que-sao-pro-e-contraimpeachment-de-dilma>. Acesso em: abr. 2018

<sup>53</sup> Notícia: Fiesp e Firjan defendem impeachment de Dilma. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/fiesp-firjan-defendem-impeachment-de-dilma-18902113>. Acesso em: jan 2018

<sup>54</sup> Notícia: Pedido de impeachment da OAB contra Dilma é por 'conjunto da obra', diz presidente da ordem. Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160322\\_oab\\_impeachment\\_ms](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160322_oab_impeachment_ms). Acesso em: jan 2018.

Como um último fator comum entre ambos governos, temos as acusações, pois, sem elas não haveria abertura da CPI. No governo Collor, em maio de 1992, o próprio irmão do Collor dá uma reportagem da revista *Veja*; nessa entrevista, Pedro Collor de Mello revelava a suposta participação do ex-presidente em um esquema que contava com a ajuda de Paulo César Farias, seu tesoureiro de campanha. A Comissão Parlamentar de Inquérito, que investigava o caso, também, comprovou que um Fiat Elba havia sido comprado para ex-primeira dama com um cheque de uma conta fantasma de Paulo César Farias. Tais acusações aceleraram a saída de Collor do poder. Já neste último processo, diferentemente do ocorrido no governo Collor, a ex-presidenta Dilma não estava implicada diretamente em nenhuma denúncia de corrupção em benefício pessoal. Os crimes de responsabilidade que constam de seu pedido de impeachment são de natureza orçamentária, como as pedaladas fiscais e os decretos que abrem crédito suplementar, sem ter pedido aprovação prévia do Congresso. Além disso, o processo de impeachment de Dilma Rousseff durou 9 meses<sup>56</sup>, diferentemente do processo de Collor de Mello que durou apenas 31 dias<sup>57</sup>.

Apresentamos essa comparação, pois, a partir delas, pudemos mostrar, de modo geral, espaços sócio-históricos nos quais as conceptualizações do afastamento de Dilma Rousseff foram geradas por aqueles que a julgaram e por aqueles que apoiaram o impeachment da ex-mandatária. A partir do que foi apresentado, percebemos que, para alguns, o impeachment de Dilma Rousseff foi o resultado de sua má administração, pois segundo os pró-impeachment, a ex-mandatária fez um rombo nas contas públicas<sup>58</sup>. Segundo os favoráveis ao impeachment, o governo Dilma editou decretos para créditos suplementares sem autorização prévia do Congresso Nacional e que não poderia criar essa despesa extra, porque, na ocasião, já estava claro que a meta de superávit estabelecida em lei (dinheiro destinado a pagar juros da dívida) não seria alcançada. Em relação às pedaladas fiscais, os apoiadores do impeachment defendem que os empréstimos dos bancos públicos ao Tesouro da União são ilegais, pois são operações de crédito que se confundem com aquilo que pode se chamar de fluxo de caixa e que

55

Ver

em:

[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150317\\_manifestacoes\\_dilma\\_analise\\_regioes\\_rm](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150317_manifestacoes_dilma_analise_regioes_rm)  
Acesso em: jan 2018

<sup>56</sup>Ver notícia: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/processo-de-impeachment-de-dilma-chega-etapa-final-apos-9-meses.html> Acesso em: jan. 2018.

<sup>57</sup> Ver notícia: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/09/entre-denuncia-e-senado-processo-de-collor-foi-6x-mais-veloz-que-de-dilma.htm> Acesso em: jan. 2018.

<sup>58</sup> Ver notícia: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/05/rombo-deixado-pelo-governo-dilma-pode-ultrapassar-r-160-bilhoes.html> Acesso em: jan. 2018.



podem ter ocorrido, no governo Fernando Henrique e no governo Luiz Inácio Lula da Silva, mas que, no governo Dilma, tanto em 2014, quanto em 2015, alcançaram volumes extraordinários por longo tempo. Outro fator que pesaria sobre o governo Dilma relaciona-se à corrupção indicada na Operação Lava Jato; segundo os pró-impeachment, a ex-mandatária não tomou medidas necessárias para evitar desvios de dinheiro público na Petrobras, visto que os envolvidos eram pessoas próximas a ela. Segundo os pró-impeachment, a presidenta foi omissa a um esquema de corrupção. Enfim, vimos que diversos motivos contribuíram para que os pró-impeachment fossem às ruas pedir a saída da ex-mandatária.

Trataremos, na próxima seção, a respeito das escolhas metodológicas tomadas para a execução da nossa investigação e do caminho percorrido no trato dos trechos das notícias selecionadas e interpretadas. Dessa forma, explicitaremos os procedimentos metodológicos utilizados para fazer um estudo científico das conceptualizações do afastamento da presidenta Dilma Vana Rousseff que foram identificadas no corpus. Ademais, daremos informações sobre esse mesmo corpus, tecendo alguns comentários acerca da história dos jornais que foram acessados para a sua constituição e apresentaremos, também, as dificuldades encontradas ao longo da sua formação e organização e no devir da interpretação dos fragmentos de notícias selecionadas como corpus desta Dissertação.

#### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pensar em uma metodologia que nos ajudasse a compreender as conceptualizações do afastamento da ex-presidenta do Brasil, Dilma Vana Rousseff, não foi uma tarefa tão simples, pois o arcabouço teórico da LC traz consigo uma nova forma de interpretar elementos linguísticos, sobretudo, no que tange à semântica dos elementos em foco, uma vez que, como já foi apresentado na seção teórica, o arcabouço da LC envolve diversas questões no tocante à compreensão do corpus; questões essas que a metodologia da teoria estruturalista, por exemplo, não poderia dar conta, por isso, procuramos, aqui, propor uma metodologia que nos ajude a fazer o exercício de interpretação do corpus. Nosso estudo, por se pautar em uma teoria sociocognitivista como já foi dito na seção teórica, leva em conta uma série de questões extralinguísticas, a exemplo das questões culturais, sociais e individuais, como defende Silva:

As unidades e as estruturas da linguagem são estudadas, não como se fossem entidades autónomas, mas como manifestações de capacidades cognitivas gerais, da organização conceptual, de princípios de categorização, de mecanismos de processamento e da experiência cultural, social e individual. (SILVA, 1997, p.59).

A partir do que foi apresentado por Silva (1997), podemos perceber que o arcabouço teórico da LC, e em particular da SC, como já foi visto no referencial teórico, considera uma série de questões extralinguísticas como a cultura, o social e o individual. Assim sendo, tal arcabouço teórico necessita de novos artifícios metodológicos específicos para que aspectos extralinguísticos possam integrar o fazer científico dos estudos sócio-cognitivistas. O viés teórico da SC nos remete à reformulação do fazer metodológico das ciências humanas, de modo geral:

Então, as ciências tidas como factuais culturais, como a Psicologia Social, a Sociologia, a Economia, a História e as ciências humanas de modo geral, passam por um período de reflexão e reformulação de metodologias e práticas de pesquisa, combinando uma tradição de conhecimento fragmentado e analítico com uma nova realidade humana e social. Essa reformulação pretende na contemporaneidade um fazer científico holístico, interpretativo, sistêmico, subjetivo e, ao mesmo tempo, orientado para uma racionalidade complexa e integrativa. (CARDOSO, 2013, p. 147).

No fragmento antes exposto, percebemos que as ciências humanas, em geral, tiveram de passar por um processo de reformulação metodológica e de prática da

pesquisa, pois a abordagem analítica<sup>59</sup> e fragmentada, que vigorava anteriormente, teve de ser reformulada na perspectiva holística<sup>60</sup>, interpretativa, subjetiva, sem deixar de ser orientada por uma racionalidade metodológica. Nesta Dissertação de Mestrado, nos valeremos de uma perspectiva holística, na interpretação das conceptualizações metafóricas, metonímicas e metaftonímicas, uma vez que o processo conceptual considera tanto o aspecto linguístico quanto o enciclopédico do falante/escrevente na construção dos sentidos realizados no processo de conceptualização.

Além de nos valermos da abordagem holística para interpretação do corpus desta Dissertação, também, adotaremos a perspectiva qualitativa do fazer científico; um entre os motivos que nos guiaram para essa e não para outra abordagem relaciona-se ao fato de a pesquisa qualitativa, geralmente, não se preocupar com uma coleta robusta de ocorrências, pois a seleção de dados pertinentes é uma característica básica desse tipo de pesquisa e, para ela, o seu valor não reside nela mesma, mas nos produtivos resultados que, ao desenvolvê-la, podemos obter. Um outro motivo que nos levou à abordagem da pesquisa qualitativa está no fato de a pesquisa empreendida, além de não ser medida por comprovações estatísticas, ampliar a pertinência das explicações e dos usos teóricos que usamos para a interpretação do corpus, mesmo tais interpretações não sendo definitivas e generalizantes.

Além dos aspectos antes comentados, também, refletiremos sobre o comparativo apresentado por Fonseca (2012), no qual enfoca cinco aspectos relevantes acerca da natureza da pesquisa qualitativa e, também, da quantitativa; com isto, situaremos o nosso estudo no seio da perspectiva qualitativa, devido às suas características. Os aspectos relevantes são os seguintes: (1) o enfoque na interpretação do objeto é maior na qualitativa do que na quantitativa, (2) a importância do contexto do objeto pesquisado, também, é mais relevante na qualitativa do que na quantitativa; (3) a proximidade do pesquisador em relação aos fenômenos estudados é mais presente na qualitativa do que

---

<sup>59</sup>O estruturalismo, segundo Demo (1985), é profundamente analítico por: “em primeiro lugar, começa-se pelo esforço de decomposição analítica, não de síntese, já que, para entender um fenômeno, é mister desmontá-lo em suas partes; e isto é precisamente análise. Em segundo lugar, a decomposição analítica mostra que a complexidade do fenômeno é uma percepção superficial; na sua profundidade todo fenômeno é simples, porque a possível variação complexa gira em torno de estruturas invariantes. Em terceiro lugar, explicar é escavar a subjacência, por quanto a superfície varia, não o fundo, que varia. Em quarto lugar, o fenômeno é simplificável em modelos estruturais, revelando a ordem interna subjacente, ao contrário da visão de superfície.” (DEMO, 1985, p. 106).

<sup>60</sup>“O paradigma holístico emerge de uma crise da ciência, de uma crise do paradigma cartesiano-newtoniano, que postula a racionalidade, a objetividade e a quantificação como únicos meios de se chegar ao conhecimento. Esse paradigma busca uma nova visão, que deverá ser responsável em dissolver toda espécie de reducionismo. A holística força um novo debate no âmbito das diversas ciências e promove novas construções e atitudes”. (TEIXEIRA, 1996, p. 286).

na quantitativa, (4) a quantidade de fonte dos dados na qualitativa é variada, já na quantitativa é única; (5) o quadro teórico e hipotético é menos estruturado na natureza qualitativa do que na natureza quantitativa.

Em relação ao aspecto (1), a interpretação dos trechos a serem analisados é o nosso foco mais importante, porém, nas interpretações das conceptualizações encontradas, sempre, serão levados em conta os contextos linguístico-extralinguístico, presentes no aspecto (2), pois ambos são fundamentais, para a nossa compreensão das conceptualizações. Como o que está sendo estudado nesta Dissertação é a compreensão da destituição da ex-presidenta, um fato histórico que ocorreu no Brasil e em um ano muito próximo ao que estamos, consideramos que o aspecto (3), também, está presente na pesquisa que empreendemos. Nós nos valemos de cinco jornais *on-line* o que faz com que nosso estudo aborde o aspecto (4), ou seja, o de ter várias fontes de dados. Por fim, o aspecto (5) é contemplado pelo nosso quadro teórico que não é fechado, pois fizemos uso da SC, de estudos sobre História da América Latina e enfocamos a importância do *filtro da cultural*, para a interpretação dos fragmentos do corpus; quando nos referimos ao *filtro da cultural*, estamos tratando dos fatores socioculturais, como pode ser visto no capítulo teórico deste trabalho. Além de nos valermos das estruturas mentais que conformam nosso modo de ver o mundo, aquilo que Lakoff (2007 [1980]) nos apresenta como sendo frames, uma vez que estamos lidando com um tema político e, para o referido autor, na política, nossos frames conformam nossas políticas sociais e as instituições que criamos para poder realizar essas políticas.

#### 4.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O CORPUS E DIFICULDADES NO ÂMBITO DO SEU ESTUDO

Selecionamos cinco jornais *on-line* de cinco diferentes países, sendo esses países, como já mencionado, membros do bloco econômico Mercosul (Brasil, Venezuela, Argentina, Uruguai e Paraguai). Elegemos esse bloco econômico, pois, também, como já ressaltamos, acreditamos na proximidade econômica, política e histórica que esses países possuem entre si, por isso, dedicamos uma seção desta Dissertação para escrevermos sobre o surgimento da América Latina e, consecutivamente, sobre a importância do surgimento do Mercosul como um modo de integração dos países da América do Sul, assim como uma forma de resistência desses países frente ao Consenso de Washington. Ao delimitarmos o corpus deste estudo desenvolvido, procuramos,

sobretudo, nos certificar de que os jornais selecionados divulgaram notícias sobre o afastamento definitivo da ex-presidenta do Brasil e, em um segundo momento, procuramos nos certificar da importância desses jornais nos seus respectivos países, pois só assim poderíamos ter uma visão mais próxima do que se foi veiculado, nesses países, sobre o último dia do evento que levou ao afastamento definitivo da ex-presidenta do Brasil.

Atualmente, com exceção da Venezuela, todos os outros países fazem parte do bloco econômico do Mercosul; a Venezuela, por não seguir acordos e tratados do protocolo de adesão ao bloco, deixou de integrá-lo; os tratados que não foram cumpridos e considerados essenciais estão relacionados ao primeiro artigo que trata da vigência das instituições democráticas e do respeito aos direitos humanos e da liberdade, tidos como direitos fundamentais para a vigência e evolução do processo de integração entre as Partes<sup>61</sup>. Apesar disso, usamos o jornal da Venezuela, pois, no período do afastamento de Dilma Rousseff, o referido país, ainda, fazia parte do mencionado bloco econômico.

Tivemos algumas dificuldades para delimitação do nosso corpus, como a seleção da data dos textos que iríamos usar na constituição do corpus; a variedade de jornais a serem usados e, sobretudo, a diversidade ideológica de cada jornal; a equidade de notícias encontradas em cada jornal; variedade de vozes do gênero notícia; a relevância de cada jornal em seus respectivos países. Sobre especificamente a constituição do corpus, as notícias foram selecionadas pelo localizador *on-line*, a partir da data da sua publicação, depois arquivávamos as notícias selecionadas, caso elas fossem referentes ao momento pós-impeachment.

Encontramos dificuldade, também, ao delimitar se iríamos usar notícias de todo o processo do afastamento ou se iríamos usar as notícias, apenas, do dia 31 de agosto de 2016 e, decidimos, então, por focar nos jornais publicados no dia do afastamento definitivo da ex-presidenta, uma vez que nossa pesquisa não era de cunho quantitativo, por isso procuramos os jornais que tinham notícias com essa data, pois o nosso objetivo era saber quais foram as conceptualizações realizadas no que se refere propriamente ao afastamento definitivo da primeira mulher eleita presidenta do Brasil.

---

<sup>61</sup> Ver em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/mercosul-suspende-venezuela-por-nao-cumprir-normas-do-bloco-dizem-agencias.ghtml>

Além dessa dificuldade relacionada à datação do corpus, também, tivemos dificuldade relacionada à equidade de jornais; inicialmente, pensamos que seria interessante haver dois jornais de cada país; jornais esses que tivessem ideologias diferentes, mas, quando fomos buscar informações sobre tais ideologias, não era possível encontrar essas simetrias de diferenças ideológicas nos jornais *on-line*. Dessa forma, optamos por selecionar, apenas, um jornal de cada país que apresentasse notícias do dia 31 de agosto de 2016, sobre o impeachment, independente da ideologia de tais jornais, uma vez que algumas vezes encontramos jornais que não apresentaram notícias relacionadas ao afastamento de Dilma Rousseff, no dia 31 de agosto de 2016.

Ao procurarmos informações sobre os jornais cujos fragmentos de notícias constituem o nosso corpus, percebemos que enquanto uns disponibilizavam muitas informações outros nem sempre apresentavam maiores detalhes ou maiores informes sobre a questão. Para situarmos geo-sócio-historicamente o nosso corpus, procuramos, na medida do possível, saber informações sobre a relevância dos jornais usados nos seus respectivos países, para isso, além de pesquisarmos a trajetória dos periódicos nos seus respectivos *sites*, buscamos, em outros jornais, informações que nos ajudassem a entender a trajetória desses periódicos *on-line*.

A quantidade de notícia, também, foi algo que nos causou preocupação, pois enquanto havia jornais com ampla cobertura do evento, outros, ofereciam poucas informações em poucos textos; assim, por exemplo, no jornal nacional *Folha de São Paulo*, encontramos vinte e nove notícias, mas, no jornal *El País*, foram publicadas, tão somente, cinco notícias, enquanto o jornal *Clarín* publicou duas, unicamente, assim como o periódico *HOY*, e a plataforma *on-line El Mundo*, por sua parte, publicou, exclusivamente, uma notícia. Como pudemos ver, no total, foram estudadas trinta e nove notícias, mesmo não havendo uma quantidade simétrica entre o número de notícias encontradas nos jornais de cada país; acreditamos que isso não seja um problema, pois não temos a pretensão de quantificar as conceptualizações, pois nossa metodologia é qualitativa, como já foi apresentado na subseção anterior.

Ao lidarmos com o gênero notícia, encontramos transições de falas de pessoas que são de partidos de oposição à ex-presidenta ou, ao contrário, localizamos falas de seus apoiadores; de artistas, advogados, além do seu discurso final em que ela afirma ter sido vítima de um golpe de Estado. Também, podemos ter acesso às vozes de trabalhadores,

entre outros cidadãos civis; por isso, sempre, mencionaremos quando não é uma conceptualização do jornal, mas sim a conceptualização de um cidadão civil ou até mesmo jurídico. Nosso objetivo não é fazer uma análise discursiva, seguindo as orientações da Análise do Discurso, mas sim apresentar quem conceptualizou os trechos estudados, mostrando, sempre, os prováveis motivos para tais conceptualizações e, sobretudo, deixando explícito que o significado é perspectivista, dinâmico, flexível e enciclopédico, como postulado na SC.

#### 4.2 O CORPUS: PROCEDIMENTOS PARA O SEU ESTUDO

Com a finalidade de fundamentarmos as decisões metodológicas tomadas no presente estudo, aduziremos, na sequência, os passos metodológicos que demos para executarmos o estudo ora apresentado:

- Primeiro: delimitamos o nosso corpus, que foi constituído, a partir de leituras de notícias de carácter público, que versam sobre o último dia do afastamento definitivo da ex-presidenta do Brasil. Todas as notícias utilizadas estão disponíveis na versão *on-line*;
- Segundo: as notícias foram lidas na íntegra, totalizando 39 notícias;
- Terceiro: após a leitura, seleccionamos e coletamos fragmentos dessas notícias nos quais havia expressões linguísticas das conceptualizações, quer metafóricas, quer metonímicas, quer, ainda, metaftonímicas, do afastamento definitivo da ex-presidenta;
- Quarto: criamos quadros para nos ajudar a organizar as conceptualizações, os conceptualizadores e os jornais;
- Quinto: excluímos trechos em que houve a mesma conceptualização, sendo realizada pelo mesmo conceptualizador no mesmo jornal;
- Sexto: destacamos as expressões linguísticas das conceptualizações metafóricas, metonímicas e metaftonímicas estudadas;
- Sétimo: enumeramos cada conjunto de expressões, fossem elas metafóricas ou metonímicas ou metaftonímicas, com letras e números, pois, dessa forma, acreditamos estar contribuindo para uma melhor localização dos trechos a serem interpretados;

- Oitavo: apresentamos os possíveis fatores históricos, políticos e sociais que podem ter contribuído para cada conceptualização;
- Nono: criamos um quadro posto no fim de cada subseção da interpretação do corpus.
- Décimo: escrevemos esta Dissertação, para a apresentação dos resultados alcançados.

A seguir, apresentaremos informações relevantes sobre os cinco jornais *on-line* que usamos na constituição do nosso corpus, informando as suas respectivas datas de criações tanto *on-line* quanto impressa. Além disso, indicaremos os fundadores desses jornais e a importância deles na política do país onde circulam; também, apontaremos para existência de algumas polêmicas que envolvem jornais cujos fragmentos de notícias constituem o nosso corpus.

#### 4.3 *EL PAÍS* (URUGUAI)<sup>62</sup>

*El País* é um jornal do Uruguai, fundado na capital do país, Montevidéu; esse jornal teve a sua primeira publicação, em 14 de setembro de 1918. Originalmente, os seus editores foram: Leonel Aguirre, Eduardo Rodríguez Larreta e Washington Beltrán Barbat; a sua fundação esteve associada ao Partido Nacional ou Partido Blanco<sup>63</sup>, mas, com o tempo, se desenvolveu como um periódico de interesses gerais, tendo como foco notícias sociais, políticas e econômicas do Uruguai, bem como notícias sobre a aliança comercial regional do Mercosul. A história do jornal foi marcada pela morte de um dos seus editores, já que Washington Beltrán (Partido Nacional) foi assassinado, após publicar o artigo *Qué Toupet*, em 1920; o citado texto foi entendido como uma ofensa ao ex-presidente José Batlle, líder do Partido Colorado<sup>64</sup>, originando, assim, um duelo

---

<sup>62</sup> Site: <https://elpais.com/tag/uruguay/a>

<sup>63</sup> O Partido Nacional ou Partido Blanco é um partido político do Uruguai de inspiração conservadora, ligado ao interior e à cadeia de produção primária. Atualmente, assume uma postura tendendo a centro-direita.

<sup>64</sup> O Partido Colorado é um partido político uruguaio que abarca o espectro político centro-esquerda, menos socialista e centro ao centro-direita. Entre seus integrantes, podem ser encontradas posturas que vão desde a social-democrata até a liberalista.



de pistola<sup>65</sup> que provocou a morte do editor Washington Beltrán, pertencente à oposição.

Em 1945, *El País* foi o primeiro jornal da América do Sul a utilizar a imprensa colorida<sup>66</sup> e, em 1996, o periódico ganhou uma versão digital e, sempre, caracterizou-se como um jornal que buscou uma nova imagem, no que diz respeito ao seu formato, seus tipos de letras etc. Esse diário já pertenceu ao mesmo grupo econômico familiar do canal 12, um dos canais de televisão mais importantes daquele país.

#### 4.4 FOLHA DE SÃO PAULO (BRASIL)<sup>67</sup>

O *Folha de São Paulo* é um periódico brasileiro, editado na cidade de São Paulo, criado por Olival Costa e seu sócio Pedro Cunha, que noticiava com prioridade as deficiências dos serviços públicos. Em 1921, foi fundado com o nome de *Folha da Noite*. Com seu sucesso, criaram-se os periódicos *Folha da Manhã* e *Folha da Tarde*; os três se fundiram e, em 1 de janeiro de 1960, surgiu o *Folha de São Paulo*. Foi criado para fazer oposição ao principal jornal da cidade, *O Estado de S. Paulo*, que representava as elites rurais e assumia uma posição mais conservadora, tradicional e rígida. É o segundo maior jornal de circulação do Brasil, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), sendo, portanto, um dos periódicos mais influentes do país. O referido jornal já foi comprado e vendido inúmeras vezes, ao longo de aproximadamente cinco décadas, estabilizando-se, quando Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho adquiriram a empresa, em 1962. O jornal passou, assim, a assumir uma característica própria e mais marcante do que aquela que viria a se consolidar futuramente.

Frias e Caldeira Filho, sendo do ramo empresarial, dedicaram-se, em um primeiro momento, a reorganizar e a modernizar o jornal enquanto empresa capitalista. Nesse período, segundo Dias (2012), em sua Dissertação de Mestrado, o *Folha de São Paulo*

---

<sup>65</sup> O duelo originado está diretamente relacionado à tensão política entre os dois partidos dominantes: os blancos (Partido Nacional), partido com ideias tradicionais e conservadoras, liderado por Manuel Oribe e apoiado pelo ditador argentino Juan Manuel Rosas, constituído por estancieros do interior; e os colorados, partido com ideias liberais, liderado por Frutuoso Rivera, apoiado pelo Brasil e por Justo José de Urquiza, opositor argentino de Juan Manuel Rosas, constituído por comerciantes de Montevideú. O bipartidarismo entre o Partido Blanco e Partido Colorado durou até o princípio do século XXI.

<sup>66</sup> O termo imprensa colorida está sendo usado como o oposto de imprensa preta e branca.

<sup>67</sup> Site: <https://www.folha.uol.com.br/>

se favoreceu do Golpe de 1964 de duas formas: financeiramente e ideologicamente. Em relação à questão financeira, o favorecimento está ligado ao fato de o *Folha* depender muito do dinheiro externo para se estabilizar e, no plano ideológico, não exista muita discordância entre o empresariado e o governo militar que tomou posse, em 1964. Segundo o mesmo Dias (2012), não foi, apenas, esse periódico que apoiou o regime, mas praticamente toda grande imprensa. Esse apoio se consolidou pelo combate à “radicalização” dos ideais comunistas que, obviamente, não interessavam a uma empresa capitalista. Com o Milagre Econômico, o Brasil sofreu o boom levando esse jornal, também, ao desenvolvimento econômico. Assim, podemos ver que a memória do citado jornal foi passiva, não provocou o regime ditatorial, mas, ao contrário, caminhou com seu apoio, obtendo, assim, benefícios do regime da época.

No início da década de 1970, o jornal foi acusado de organizar luta armada e de emprestar carros para a repressão da ditadura, por isso, passou a ser alvo de guerrilheiros. Como represália, o editorial categorizou as atuações dos grupos de guerrilheiros como banditismo, categorizando-os como inimigos do país. O antagonismo entre o jornal e os grupos de esquerda se aprofundou e culminou no editorial *Presos Políticos?*, publicado, em junho de 1972, em que se questionava a existência de pessoas presas por causa de suas posições políticas. O editorial era, também, uma resposta ao concorrente, *Estado de São Paulo*, que defendeu o tratamento especial aos presos políticos. Foi desse modo que o *Folha* ganhou espaço, nas camadas médias.

Na década de 80, o referido jornal assumiu a liderança em circulação no país; em 1983, foi o primeiro jornal da América do Sul a informatizar a sua redação. Em 1989, foi o primeiro jornal a adotar a função de *ombudsman*, cuja função é criticar a própria publicação em seus aspectos técnicos, éticos e editoriais, a fim de garantir a opinião pública e plural no jornalismo que faz. Já na década de 1990, foi o primeiro veículo de imprensa a pedir o impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello. Em 1992, Octávio Frias passou a ser o proprietário unitário da empresa *Folha*. Em setembro de 2010, a *ombudsman* do *Folha de S. Paulo*, Suzana Singer, criticou duramente o periódico. Segundo ela, no editorial intitulado *O ataque dos pássaros*<sup>68</sup>, o jornal estaria

---

<sup>68</sup>Editorial publicado por Suzana Singer. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsma/om1209201001.htm>. Publicado em: 12 set. 2010. Acesso em: fevereiro de 2018.

se dedicando a revirar vida e obra da candidata à presidência Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) e noticiando informações sobre a candidata de forma parcial. Comentou, ainda, a reação de leitores no *Twitter*, na qual a *hashtag* #DilmaFactsByFolha gerou uma série de piadas e críticas ao *Folha*.

No século XXI, o jornal *Folha de São Paulo* já foi condenado algumas vezes como, por exemplo, em 2008, quando indenizou um advogado, por tê-lo retratado em uma fotografia na qual existe a insinuação de que ele era homossexual. Em março de 2010, a jornalista Eliane Cantanhêde e o *Folha de S.Paulo* foram condenados a indenizar, por danos morais, o juiz Luiz Roberto Ayub; a ação foi iniciada, em 2008, após a publicação do artigo *O lado podre da hipocrisia brasileira*<sup>69</sup>, em que a jornalista reproduziu uma afirmação pejorativa em que se referia ao julgamento do citado juiz, no caso *Varig*, como sendo de quinta categoria. Em abril de 2010, o jornal foi condenado a pagar indenização ao blogueiro Luis Favre, isto porque, publicou um anúncio cujo título era *Um trotskista enrolão*<sup>70</sup> e, no informe, havia ataques pessoais a Favre, que, em 2003, viria a se casar com a ex-prefeita de São Paulo, Marta Suplicy. Em junho de 2010, o jornal foi condenado a pagar indenização a Dulce Maria citada em um artigo do jornalista Élio Gaspari, publicado em março de 2008, como participante do atentado a bomba contra o consulado dos Estados Unidos, em São Paulo, ocorrido em março de 1968.

#### 4.5 EL MUNDO (VENEZUELA)<sup>71</sup>

*El Mundo* é uma plataforma informativa que produz conteúdos especializados, através de sua versão impressa, *web*, móvel, televisão, rádio e eventos. Em 23 de janeiro de 1958, depois do fim da ditadura, os presos políticos começaram a sair da cadeia, dentre eles, encontrava-se Miguel Ángel Capriles Ayala, um empresário venezuelano da indústria têxtil, que tinha adquirido, em 1947, a maior parte das ações do diário *Últimas Noticias*. Ele começou a trabalhar na criação de um vespertino e, assim, em 3 de fevereiro de 1958, surgiu o primeiro exemplar de *El Mundo*, ainda, em preto e branco. Em fevereiro de 2009, *El Mundo* deixa de circular como vespertino e inicia-se sua

<sup>69</sup> Ver em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1006200804.htm> Acesso em: fevereiro de 2018.

<sup>70</sup> Ver em: <https://www.conjur.com.br/2010-abr-01/folha-paulo-condenada-publicar-anuncio-ofensas>

<sup>71</sup> Site: <http://www.elmundo.com.ve/> Acesso em: fevereiro de 2018.

ampla transformação, convertendo-se em um diário matutino especializado em economia e negócios.

Em 2009, Omar Lugo se tornou diretor e começou a elaborar uma proposta editorial de plataforma múltipla que, atualmente, se compõe de um diário impresso que circula de segunda a sexta, uma página *web*, um programa de televisão, micro rádios, eventos temáticos e serviços móveis. Nos últimos anos, o governo venezuelano, ou adquiriu, ou associou-se, ou fechou, praticamente, todos os veículos de comunicação independentes, fazendo-os migrarem para outras variedades de meios digitais alternativos, dos mais convencionais, como portais de notícias e canais no *YouTube*, para os menos convencionais, como grupos de *WhatsApp*, páginas no *Instagram*, *Twitter* e *Facebook*. Em 2013, a empresa *El Mundo* foi vendida, mas não se sabe exatamente para quem. Sabe-se que o dirigente chavista Tarek El Aissami, então governador de Aragua, atualmente, vice-presidente da República, passou a telefonar e a exigir mudanças editoriais no jornal, como conta Lugo, em entrevista ao *Exame Abril*<sup>72</sup>; após resistir aos pedidos do vice-presidente, o diretor do *El Mundo* foi demitido. Apesar da fuga dos meios de comunicação para os meios digitais, ele conta que há, também, um ambiente de hostilidade contra os jornalistas, estimulado pelas autoridades.

#### 4.6 CLARÍN (ARGENTINA)<sup>73</sup>

*Clarín* é um jornal matutino da Argentina, publicado na capital do país, Buenos Aires; foi fundado, em agosto de 1945, e dirigido por Roberto Noble. Ele teve uma trajetória política como deputado do Partido Socialista Independiente e como Ministro de Governo de Manuel Fresco. Após o falecimento do fundador e acionista do *Grupo Clarín*, empresa proprietária da publicação, sua esposa Ernestina Herrera assumiu a direção do jornal.

O referido jornal tem orientação política-ideológica de extrema-direita e, desde a sua fundação, estava ligada e financiada pela Alemanha nazista. Em 1955, deu apoio ao golpe contra o presidente Juan Domingo Perón e, mais recentemente, foi umas das maiores plataformas de oposição ao governo da presidente Cristina Kirchner. O *Grupo*

---

<sup>72</sup> Entrevista de Lugo ao Exame Abril. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/a-dura-rotina-do-jornalismo-independente-na-venezuela/> >. Publicada em: 1 ago 2017. Acesso em: janeiro de 2018.

<sup>73</sup> Site: <https://www.clarin.com/> Acesso em: janeiro de 2018.

*Clarín* é, atualmente, o maior grupo de mídia da Argentina. A sua história se parece com a das organizações *Globo* no Brasil. A partir da década de 1970, o *Clarín* teve um grande crescimento, foi nesse tempo que, favorecido pelas ditaduras, conseguiu o controle das fábricas de papel e de tintas, inclusive, nesse período, houve o escândalo da empresa Papel Prensa. Tal empresa é a única fabricante de papel-jornal na Argentina e responsável pelo abastecimento de 75% do mercado interno do país. Essa empresa foi inaugurada, em 1971, funcionou até 1975, sob o controle do banqueiro David Graiver. Porém, após a morte do banqueiro, em 1976, o governo militar obrigou a viúva, Lidia Papaleo, a vender as ações para as empresas proprietárias dos jornais *Clarín*, *La Nación* y *La Razón*, reservando uma parte para o Estado. Esse é o escândalo que envolve a empresa de Papel Prensa. O seu grande crescimento se deu, a partir dos anos 1990, quando ingressou no circuito de rádio e televisão, internet, produtoras e cinema. Em 1999, Goldman Sachs, um dos maiores bancos de investimentos do planeta, adquiriu 18% do grupo, ao qual ingressou, também, a Disney e a Telefônica, entre outras. Hoje, integram esse grupo cerca de 30 empresas dos mais diversos ramos.

#### 4.7 HOY (PARAGUAI)<sup>74</sup>

O diário *HOY*, em sua versão digital, teve início na web, em 20 de agosto de 2012. A sua forma impressa ressurgiu da antiga marca do periódico impresso desaparecido, em 1995. A marca impressa surgiu, no dia 12 de junho de 1977; tal formato impresso deixou de circular, em 1995, cumprindo, assim, aproximadamente 18 anos de vigência. A versão web foi resultado de um projeto do empresário Juan Carlos Wasmosy, como uma inovadora forma de informar internautas. Esse jornal apresenta uma imagem de imprensa séria que é membro do *Grupo Multimídia*.

Apresentados os jornais dos quais foram coletados os fragmentos das notícias constituintes do corpus estudado, na próxima seção, apresentaremos as conceptualizações metafóricas, metonímicas e metaftonímicas encontradas nos cinco periódicos. Faremos a exposição de cada conceptualização, demonstrando como os pró-impeachment e os contra-impeachment conceptualizaram o afastamento da ex-presidente do Brasil.

---

<sup>74</sup> Site: <http://www.hoy.com.py/> Acesso em: janeiro de 2018.

## 5 ESTUDO DO CORPUS

Nesta seção, apresentaremos e discutiremos as conceptualizações encontradas para a destituição da ex-presidenta do Brasil, Dilma Vana Rousseff. Para isso, iniciaremos esta seção comentando a importância do conceptualizador no processo de conceptualização do referido impeachment. Como já pudemos observar no âmbito da SC, os sentidos são elaborados pelos conceptualizadores, por isso tal significado não está pronto no mundo e encerrado fora de quem conceptualiza. Na SC, como já observamos, entende-se que o significado é dinâmico, sobretudo, acredita-se que esse significado está relacionado às nossas experiências corpóreas, ao uso e que possui uma dimensão geo-sócio-histórico-cultural. Silva (2010) resume conceptualização do seguinte modo:

A única via para sair deste impasse implica abandonar a generalizada concepção reificada do significado e interpretar correctamente a flexibilidade e contextualidade do significado. Assim, saber quantos significados distintos tem uma palavra ou outra expressão é colocar mal a questão. Em primeiro lugar, os significados não são entidades fixas e perfeitamente determináveis, mas processos flexíveis. Em vez de significados como coisas, o que temos é o significado como um processo de criação de sentido. O significado não é estático mas dinâmico, não é dado mas construído no conhecimento enciclopédico e configurado em feixes de conhecimento ou domínios, não é platónico mas corporizado (“embodied”) nas necessidades, nos interesses e nas experiências dos indivíduos e das culturas. [...]. (SILVA, 2010, p.358-359).

Por fim, Silva (2010) segue defendendo que o significado é o resultado da conceptualização e, ainda, ressalta que a linguagem e o pensamento existem na mente humana, no plano individual, mas não podemos esquecer que tais significados são elaborados em processo de interações sociais. Desse modo, ainda, segundo Silva (2010), os significados e as realidades humanas são produtos das mentes individuais criativas, em interação entre o eu (individual) e os variados contextos. Nesse sentido, não podemos deixar de mencionar a importância do conceptualizador no processo de significação, uma vez que o carácter experiencialista é de fundamental importância no processo de conceptualização. Sobre as diferentes perspectivas que uma dada realidade pode apresentar, Teixeira (2011) defende:

E o significado das palavras reflete isto mesmo. Por isso é que na perspectiva cognitiva se defende que o significado não obedece às condições de verdade ou apenas à lógica, mas é essencialmente perspectivístico, na medida em que envolve uma perspectiva sobre a realidade. (TEIXEIRA, 2011, p. 121).

Na citação de Teixeira (2011), podemos perceber que uma mesma realidade pode ser interpretada por diferentes perspectivas e, por serem tão distintas, podem até ser antagônicas. Sobre a destituição da ex-mandatária do Brasil, houve muitas perspectivas em relação à sua exoneração, tal como veremos, a seguir, em trechos retirados do corpus desta Dissertação.

Para tratar dessa divergência de perspectivas, Lakoff (2007 [1980]) traz o conceito de frames, que, para o referido autor, pode ser entendido, conforme transcrito a seguir:

Todas as palavras se definem em relação aos frames conceituais. Quando se escuta uma palavra, ativa no cérebro seu frame (ou seu conjunto de frames). Mudar de frame é mudar o modo que as pessoas têm de ver o mundo. É mudar o que se entende por sentido comum, uma vez que a linguagem ativa os frames, os novos frames requerem uma nova linguagem. Pensar de modo diferente requer falar de modo diferente.<sup>75</sup> (LAKOFF, 2007 [1980], p.4).

Ainda segundo Lakoff (2007 [1980]), os frames não podem nem ser vistos nem escutados, pois formam parte do que os cientistas cognitivos chamam de “inconsciente cognitivo”. Para Lakoff (2007 [1980]), todas as palavras se definem em relação aos frames conceituais, como podemos constatar no trecho a seguir:

Os frames são estruturas mentais que conformam nosso modo de ver o mundo. Como consequência, eles conformam as metas que nos propomos, aos planos que fazemos, mostra nossa maneira de atuar e aquilo que conta como resultado bom ou ruim de nossas ações. Na política, nossos frames conformam nossas políticas sociais e as instituições que criamos para poder realizar essas políticas.<sup>76</sup> (LAKOFF, 2007 [1980], p.4).

---

<sup>75</sup> Tradução nossa: Todas las palabras se definen en relación a marcos conceptuales. Cuando se oye una palabra, se activa en el cerebro su marco (o su colección de marcos). Cambiar de marco es cambiar el modo que tiene la gente de ver el mundo. Es cambiar lo que se entiende por sentido común. Puesto que el lenguaje activa los marcos, los nuevos marcos requieren un nuevo lenguaje. Pensar de modo diferente requiere hablar de modo diferente. (LAKOFF, 2007 [1980], p.4).

<sup>76</sup> Tradução nossa: Los marcos son estructuras mentales que conforman nuestro modo de ver el mundo. Como consecuencia de ello, conforman las metas que nos proponemos, los planes que hacemos, nuestra manera de actuar y aquello que cuenta como el resultado bueno o malo de nuestras acciones. En política nuestros marcos conforman nuestras políticas sociales y las instituciones que creamos para llevar a cabo dichas políticas.” (LAKOFF, 2007 [1980], p.4).

Dessa forma, acreditamos que a divergência de perspectiva, diante do evento impeachment, foi o que proporcionou conceptualizações antagônicas e essas ocorreram devido aos frames acionados pelos conceptualizadores pró-impeachment e pelos contra-impeachment.

Nos trechos a serem apresentados, poderemos observar que a destituição presidencial de 2016, ocorrida no Brasil, provocou uma polarização política que proporcionou conceptualizações antagônicas do mesmo evento, ou seja, podemos perceber que tal afastamento foi compreendido tanto como golpe de Estado quanto impeachment. Quando houve a avaliação da destituição da ex-presidenta como impeachment, projetou-se no domínio-alvo (impeachment) o que prescreve a Constituição de 1988, apoiando-se no julgamento do Supremo Tribunal Federal de que a acusada foi condenada pelo crime de responsabilidade. Já quando houve o entendimento da destituição da ex-presidenta como um golpe de Estado, projetaram-se no domínio-alvo (impeachment) conhecimentos enciclopédicos acerca do domínio-fonte golpe que são atrelados aos fatores históricos e políticos ocorridos no Brasil, em outros momentos da nossa história, como o golpe Militar em 1964, além da compreensão de golpe como sendo parte constitutiva da nossa experiência física, como o ato de golpear alguém e o resultado de ser golpeado, além de haver uma descrença na legitimidade do processo de impedimento, o que acaba dando margem a uma interpretação do impeachment como um golpe disfarçado de legitimidade, uma farsa, uma tentativa da direita de tomar o poder de modo forçado.

Considerando o que até aqui expomos, a seguir, apresentaremos os resultados do estudo que empreendemos, como já observamos, a partir do corpus constituído por fragmentos de notícias, bem como demonstraremos essas avaliações antagônicas sobre a destituição da ex-presidenta do Brasil.

Em algumas notícias, identificamos a conceptualização do afastamento definitivo da presidenta Dilma Rousseff como impeachment:

(1) Pese a que se preveía que su destitución la condenaba automáticamente a la pérdida de los derechos políticos por un período de ocho años, como ocurrió en 1992 cuando Fernando Collor fue sometido a un juicio político semejante, un recurso presentado a última hora por el Partido de los Trabajadores (PT) salvó a Rousseff de la inhabilitación política. (HOY, 2016, p. 2).



(2) Marina Silva - Vejo com tristeza e, ao mesmo tempo, tenho a clareza de que houve, sim, crime de responsabilidade. Impeachment não é golpe. (Marina Silva) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1).

(3) Cunha diz que impeachment é prova de que agiu com lisura no processo (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 2).

No trecho (1), o afastamento da ex-presidenta do Brasil está sendo entendido como impeachment, pois o jornal Uruguiano *Hoy* compara o processo político que destituiu a ex-presidenta ao processo de impeachment do ex-presidente Fernando Collor. Como já dissemos, as acusações que se abateram contra Collor foram distintas daquelas que levaram à destituição da ex-presidenta, uma vez que Fernando Collor de Mello sofreu acusações de enriquecimento ilícito, diferentemente de Dilma Rousseff que foi acusada de ter feito pedaladas e decretos no seu governo. Ainda sobre ambos processos, no caso da ex-presidenta, há dúvidas quanto à sua ação; se de fato cometeu crime de responsabilidade, uma vez que as ditas pedaladas dividiram opiniões dos juristas, mas o mesmo não ocorreu, no caso de Fernando Collor de Mello. No trecho (2), temos a conceptualização de Marina Silva (Rede Sustentável) sobre o impedimento; para ela, foi um ato legítimo, pois houve crime de responsabilidade e, por tanto, deveria ser punido como manda a Constituição. No trecho (3), temos a conceptualização do ex-presidente da Câmara (Eduardo Cunha) que defende a sua própria lisura; sendo assim, para ele, a cassação do mandato da ex-presidenta é prova de que ele, o ex-presidente da Câmara dos Deputados, agiu de modo correto ao aceitar o pedido de impeachment.

Já em outras notícias, localizamos a conceptualização do mesmo afastamento definitivo da primeira chefe do Estado Brasileiro como golpe de Estado:

(4) Mujica es el orador principal en un acto que el PitCnt realiza "en apoyo a la presidenta de Brasil, Dilma Rousseff, que fuera electa por más de 54 millones de brasileros en 2014 y que será destituída hoy producto de maniobras que viene efectuando la derecha en Brasil". (EL PAÍS, 2016, p. 2).

(5) Venezuela Bolivia, Ecuador y Nicaragua, que integran la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (Alba), denunciaron este miércoles en la OEA un "golpe de Estado" contra Dilma Rousseff después de que fuera destituida de la presidencia de Brasil. (EL MUNDO, 2016, p. 2).

(6) Embora mais contido, o inglês "Guardian" vai por aí. "É difícil ignorar o grau de injustiça nesta queda brutal: Dilma nunca foi acusada de se beneficiar pessoalmente de corrupção, ao contrário de

dezenas de políticos brasileiros, muitos dos quais votaram por sua remoção", afirma. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 4).

No trecho (4), podemos observar que o afastamento da ex-presidenta foi conceptualizado pelo ex-presidente uruguaiano como uma manobra que tem sido realizada pela direita no Brasil. Nesse caso, temos a compreensão do afastamento de Dilma Rousseff como golpe, pois manobra política não condiz com um ato legal, legítimo, justo e democrático como prevê a Constituição, por isso, não conceptualizado como um acontecimento positivo para uma nação democrática como o Brasil. No trecho (5), percebemos que países como Venezuela Bolívia, Equador e Nicarágua denunciaram e categorizaram o impedimento da ex-mandatária do Brasil como um golpe de Estado. Já no trecho de número (6), temos a declaração o jornal inglês *Guardian* que defende que Dilma Rousseff nunca foi acusada de enriquecimento ilícito, ao contrário de outros políticos que votaram contra pela sua destituição, como era o caso de Eduardo Cunha. Além disso, o jornal *Guardian* usou o item lexical injustiça para se referir ao impeachment de 2016. Nesses três casos, podemos observar que o impedimento não foi compreendido como algo positivo, uma vez que vai contra à democracia.

Se nas notícias apresentadas na subseção *O que é impeachment?*, o processo de impeachment de Fernando Collor de Mello, em 1992, foi exposto um consenso em relação ao entendimento desse como um processo legítimo, democrático, o mesmo não ocorreu na conceptualização do impeachment de Dilma Vana Rousseff, como podemos observar no seguinte trecho: “Para o ‘Washington Post’, foi ‘a culminação de um processo arrastado que dividiu o país’”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 5); percebemos, então, que o afastamento de Dilma Rousseff dividiu opiniões, não havendo um consenso nacional e, muito menos, internacional. Além desse trecho que nos mostra que houve uma divisão no país em relação à conceptualização desse evento histórico, podemos observar, mais claramente, como se deu tal divisão, porque uma parte da população comemorou o impedimento como demonstrado no exemplo, a seguir: “Na Vila Madalena, fogos de artifício foram soltos. No Mercadão, no centro, pessoas comemoraram a cassação”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 2) e, porque outra parte da população protestou contra o resultado do afastamento como podemos ver em: “Manifestantes pró-Dilma Rousseff reuniram-se em um protesto contra a destituição da presidente na noite desta quarta-feira (31) no centro do Rio.”(FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 2).

Podemos verificar que, em cada discurso em relação ao evento do impeachment de Dilma Vana Rousseff, são envolvidos valores e sentimentos daqueles que se valem da linguagem para expressar seu modo de pensar em relação ao evento mencionado, mesmo sendo esses frames inconscientes, como defende Lakoff (2007 [1980]). E é essa linguagem bem articulada com suas implicações morais e emocionais que têm o poder de definir as realidades, uma vez que, introduzidas e reiteradas nos meios de comunicação, essas conceptualizações, por meio da linguagem, se tornam muito eficazes no convencimento e aceitação de uma ideia ou de outra.

É a partir desses pressupostos e perspectivas sobre o impedimento de Dilma Vana Rousseff que pretendemos interpretar as expressões linguísticas que instanciam as conceptualizações metafóricas, metonímicas e metaftonímicas que apresentaremos na sequência desta Dissertação.

## 5.1 CONCEPTUALIZAÇÕES METAFÓRICAS

Os fragmentos a serem expostos, nesta subseção, são considerados metafóricos, pois se tratam de expressões linguísticas cujos domínio-alvo e domínio-fonte são distintos. Apresentaremos as metáforas específicas reativas aos conjuntos de expressões metafóricas, além de ofereceremos uma tabela explicativa com cada conceptualização, contendo: domínio-fonte, domínio-alvo, jornal e conceptualizador que fez uso das expressões metafóricas que instanciam essas metáforas, além dos contextos de uso.

Iniciaremos as discussões, tratando da conceptualização metafórica IMPEACHMENT É QUEDA/É PARA BAIXO. Nos trechos de (1a) a (6a), retirados dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Clarín*, perceberemos que o domínio-alvo (impeachment) está sendo compreendido em termos do domínio-fonte (queda), uma vez que foram projetados, no domínio-alvo, conhecimentos sobre derrubadas, quedas, derrocadas, que se atrelam a um direcionamento para baixo, como podemos constatar a seguir:

(1a) Na Argentina, tanto "Clarín" como "La Nación", os dois principais jornais, abriram suas manchetes on-line pela mesma linha de derrocada petista. No primeiro, "Termina uma era no Brasil". (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 5).

(2a) En el caso de Rousseff, las razones para derribar su segundo mandato, iniciado el 1º de enero de 2015, se basan en presuntas

irregularidades fiscales, que de acuerdo a su defensa no fueron probadas. (CLARÍN, 2016, p. 5).

(3a) Embora mais contido, o inglês "Guardian" vai por aí. "É difícil ignorar o grau de injustiça nesta queda brutal: (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1).

(4a) Essa é a segunda vez na história que um processo de impeachment resulta na queda do chefe do Executivo. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 5).

(5a) Acabam de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment. (Discurso de Dilma Rousseff) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1).

(6a) a reportagem, o jornal destacou que a decisão é "a pedra angular de uma luta pelo poder que consumiu a nação durante meses e derrubou um dos mais poderosos partidos políticos do hemisfério" ocidental, as Américas. (New York Times) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1-5).

Como já foi discutido na seção teórica, entendemos que estar para baixo significa algo ruim, na nossa experiência física, pois, quando estamos tristes, nosso corpo se direciona ao chão, ficamos cabisbaixos etc. Dessa forma, compreendemos que queda é algo ruim na nossa experiência física. Também, pudemos observar que o substantivo queda aparece tanto sozinho quanto acompanhado do adjetivo brutal; assim, inferimos que a destituição de Dilma Rousseff não foi qualquer queda, mas sim uma queda violenta, uma queda cruel. Tanto o domínio-fonte quanto o domínio-alvo têm uma base experiencial física e tais expressões metafóricas instanciam, segundo prelecionam Lakoff e Johnson (2002 [1980]), uma metáfora orientacional, pois essas expressões estão relacionadas à orientação espacial PARA BAIXO que é ruim, ou seja, o afastamento de Dilma Rousseff foi conceptualizado com algo ruim. Trata-se, inclusive, neste último caso, de uma metáfora primária e convencional.

Nos trechos (1a) e (3a), observamos que o jornal *Folha de São Paulo* cita outros jornais internacionais: *Clarín* (Argentina), *La Nación* (Argentina), *Guardian* (Reino Unido) e *New York Times* (Estados Unidos), mostrando que o afastamento da ex-presidenta foi compreendido e divulgado, nesses periódicos, como queda. No trecho (2a), o jornal *Clarín*, constituinte do nosso corpus, apresentou um texto, informando que a defesa da ex-presidenta declarou não haver provas contra ela, em relação ao que estava sendo acusada. No trecho (5a), temos a fala da ex-mandatária que, mais uma vez, se defende, dizendo não ter cometido crime de responsabilidade e ressalta que ela, a

primeira mulher presidenta do Brasil, foi derrubada. Podemos concluir que jornais internacionais, como *Guardian*, *New York Times* e *La Nación* – que, inclusive, não fazem parte do nosso corpus, mas são referenciados em textos constituintes desse corpus – conceptualizaram o afastamento, também, como queda.

Além da metáfora IMPEACHMNT É QUEDA/IMPEACHMENT É PARA BAIXO, encontramos a metáfora IMPEACHMENT É GOLPE, sendo que essas três metáforas estão diretamente ligadas às nossas experiências físicas, uma vez que um golpe é um impacto que podemos sofrer com dores muito fortes, a depender da força com o qual formos atingidos; um golpe pode até mesmo nos levar ao chão e/ou à morte. Não é comum associarmos à conceptualização de golpe de Estado com os conceitos presentes em impeachment, até porque, se, por um lado, o processo do impeachment é democrático, legal e previsto na Constituição, por outro lado, o golpe de Estado é antagônico ao previsto na Constituição, mas, como já ressaltamos, o caso do afastamento definitivo da ex-presidenta Dilma Rousseff pode ser entendido como um caso de golpe categorizado como não prototípico.

A seguir, apresentaremos as expressões metafóricas relativas à metáfora IMPEACHMENT É GOLPE, uma vez que se projetaram no domínio-alvo (impeachment) conceitos do domínio-fonte (golpe), considerando, como já explicitamos, que a nossa experiência física de golpe envolve uma pancada forte, um ferimento ou marca deixada por uma pancada. Tal metáfora, segundo a classificação realizada por Lakoff e Johnson (2002 [1980]), é estrutural, pois o conceito de golpe está estruturando o conceito de impeachment, como podemos ver a seguir:

(1b) Apropriam-se do poder por meio de um golpe de Estado. É o segundo golpe de estado que enfrento na vida. (Discurso de Dilma Rousseff) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1).

(2b) O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo. (Discurso de Dilma Rousseff) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 3).

(3b) A professora Andrea Vizeu, veterana em protestos novaiorquinos contra o que considera ser um golpe tramado pelo novo governo, especulava se conseguiria voltar a seu país natal sem maiores problemas. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 4).

(4b) "Eu penso igual a eles. Acho que foi um golpe. Acredito no que ela está falando", disse o vendedor, referindo-se à ex-presidente. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 4).

(5b) Por volta de 19h40, os manifestantes saíram em direção à Assembleia Legislativa do Rio e fizeram uma parada na sede da Firjan, onde houve um ato contra o que chamam de "apoio da federação ao golpe". (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 3).

(6b) Pese a los alertas realizados por la actual oposición, de que se está frente a un "golpe parlamentario", 61 senadores votaron a favor de su salida. (CLARÍN, 2016, p. 4).

(7b) La decisión supone el fin de un trámite que comenzó en diciembre pasado en el Parlamento y fue supervisado en cada uno de sus pasos por la Corte Suprema, como garante constitucional de un juicio que Rousseff, condenada por graves irregularidades fiscales, califica de "golpe". (HOY, 2016, p. 1).

(8b) O espanhol "El País" publica o editorial mais agressivo, com o título "Golpe baixo no Brasil" e destacando no subtítulo o "dano imenso às instituições brasileiras". (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1-5).

(9b) Minutos más tarde Rousseff emitió un discurso en el que opina una vez más que el Senado de Brasil consumó "un golpe de Estado" [...]. (EL PAÍS, 2016, p. 2).

(10b) Países del Alba condenan en OEA "golpe de Estado" contra Rousseff. (EL MUNDO, 2016, p. 2).

(11b) Venezuela Bolivia, Ecuador y Nicaragua, que integran la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (Alba), denunciaron este miércoles en la OEA un "golpe de Estado" contra Dilma Rousseff después de que fuera destituida de la presidencia de Brasil. (EL MUNDO, 2016, p. 1).

(12b) Mujica sobre Brasil: fue "un golpe de Estado anunciado desde hacía rato". (EL PAÍS, 2016, p. 1).

Sobre os fragmentos anteriormente expostos, no trecho (1b), a presidenta afastada do cargo afirma ter sido vítima do segundo golpe de Estado. O primeiro seria uma referência que ela faz ao golpe civil-militar de 1964. No período concernente à ditadura, ela foi presa e torturada. Como podemos observar na subseção *O que é um golpe de Estado?*, o golpe civil-militar é um golpe de Estado mais prototípico do que o parlamentar que a ex-mandatária assegura ter, agora, sofrido, uma vez que esse último está relacionando ao fato de parlamentares terem votado em prol do seu impeachment, uma vez que ela perdeu apoio desses parlamentares.

Já no trecho (8b), temos o jornal *Folha de S. Paulo*, apresentando a conceitualização do jornal espanhol *El País* que categorizou o afastamento da ex-mandatária como golpe baixo. No nosso cotidiano, a palavra golpe seguida do adjetivo baixo é usada para nos remeter a uma atitude que, em outro domínio da experiência,

como no boxe, é considerada uma falta grave, tratando-se de um golpe contra o adversário nas regiões abaixo da cintura. Fora do boxe, a expressão mencionada é usada para nos referirmos a uma artimanha desleal para se obterem resultados em detrimento dos direitos de outrem. A partir desses três exemplos de golpe, podemos entender que o afastamento da ex-presidenta foi conceptualizado como diferentes categorias de golpes, sendo o golpe civil-militar o mais prototípico entre os três. Ainda no trecho (8b), encontramos a metáfora IMPEACHMENT É DANO; nesse caso, o impedimento está sendo compreendido como um dano à Constituição, uma vez que o golpe de Estado vai contra as leis constitucionais. Assim, foram acionados conhecimentos sobre os prejuízos que se pode ter na vida cotidiana e parte desses saberes foram projetados no domínio-alvo, de modo que pudemos compreender como algo negativo o processo que destituiu a primeira mulher a governar o Brasil.

Nos trechos (3b) e (4b), coletados do jornal *Folha de S. Paulo*, transcreve-se a fala de cidadãos que não são políticos: um vendedor e uma professora que acreditam que Dilma Rousseff foi vítima de um golpe de Estado. Já no trecho (5b), temos o mesmo jornal, mencionando a manifestação contra-impeachment, sendo o afastamento definitivo compreendido pelos manifestantes dos grupos Frente Brasil Popular e Povo Sem Medo como o Golpe. A partir dessas vozes, pudemos perceber que o jornal *Folha de São Paulo*, apesar de mencionar as vozes daqueles que qualificam o afastamento de Dilma como golpe, não conceptualizou a destituição como golpe, mas apenas apresentou vozes de pessoas que acreditam na existência de um golpe de Estado. Já no trecho (6b), o *Clarín* mostra a existência de um alarde em que se propaga que Dilma Rousseff estava sendo vítima de um golpe parlamentar. No trecho (7b), vemos o jornal *HOY* usar uma expressão que instancia a conceptualização do afastamento definitivo de Dilma Rousseff como golpe de Estado, assim como fez o periódico *El Mundo*, em (10b); esse último jornal, também, apresentou vozes do grupo Alba que denunciaram o afastamento de Dilma como um golpe, na Organização dos Estados Americanos. No trecho (12b), o jornal uruguaio, por sua vez, trouxe a conceptualização de golpe de Estado feita por Mujica, ex-presidente do Uruguai.

Apesar de ser recorrente a conceptualização de afastamento como golpe; tal compreensão foi mais frequente em transcrições do último discurso da ex-presidenta; alguns jornais, portanto, repetiram o discurso da ex-mandatária. Concluímos que todos os jornais do nosso corpus apresentaram a conceptualização da destituição de Dilma

Rousseff como golpe de Estado. Desse modo, nos jornais, aqui, citados, a conceptualização metafórica IMPEDIMENTO É GOLPE está, fortemente, presente, na fala da ex-presidenta. Nos dias atuais, essa conceptualização tem se difundido em diferentes esferas discursivas sociais, uma vez que a história vai se constituindo por meio dessas propagações. Inclusive, tal divulgação pode ser lida em livros como: *A resistência internacional ao golpe de 2016, Porque Gritamos Golpe?- Para Entender o Impeachment e a Crise Política no Brasil; A Classe Trabalhadora e a Resistência ao Golpe de 2016; A resistência ao golpe de 2016; A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado; Democracia, direitos humanos e mídia e Golpe 16*, além de se fazer presente em disciplinas que estão sendo ministradas em várias Universidades Federais do Brasil como *O Golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil* e, ainda, se propaga pelo documentário intitulado *O Processo*, dirigido por Maria Augusta Ramos.

A seguir, teremos as expressões metafóricas que vão de (1c) a (3c), correspondentes à metáfora estrutural IMPEACHMANT É FRAUDE, uma vez que se projetaram, no domínio-alvo (impeachment), conhecimentos enciclopédicos acerca do domínio-fonte (fraude). Os nossos conhecimentos de mundo que envolvem o conceito de fraude nos remetem a uma ação desonesta realizada com o propósito de enganar alguém ou de burlar regras e leis vigentes, apresentando-se como algo falso, não verdadeiro com o intuito de enganar as pessoas:

(1c) "[...] es el golpe parlamentario realizado hoy por medio de una farsa jurídica, me derrumba del cargo para el cual fui electa por el pueblo", aseguró. "Es un fraude", opinó la exmandataria. (EL PAÍS, 2016, p. 1).

(2c) E finaliza: "Estamos diante de uma fraude legal que lança uma séria sombra sobre o futuro imediato do Brasil". (Jornal espanhol El País). (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 5).

(3c) "61 senadores sustituyeron la voluntad expresa de 54,5 millones de votos. Es un fraude contra el que vamos a luchar en todas las instancias posibles", afirmó Rousseff. (Discurso de Dilma Rousseff) (EL PAÍS, 2016, p. 3).

Nos exemplos que vão de (1c) a (3c), podemos perceber que o impeachment foi compreendido como uma ação desonesta, inventada para favorecer um grupo político. No fragmento (2c), observamos o substantivo fraude seguido do adjetivo legal, nos



levando a inferir que tal fraude foi maquiada para parecer uma ação legítima. Tal conceptualização foi encontrada nos jornais *El País* e *Folha*, mas a conceptualização do impeachment como fraude foi identificada no discurso da ex-presidenta. O jornal espanhol, *El País*, também, foi citado no *Folha de São Paulo*, mostrando que o impedimento pode ter sido, do mesmo modo, conceptualizado por redatores do jornal como fraude. Nesses casos, entendemos que o impedimento foi compreendido desse modo, pois as pessoas contra-impeachment alegam que Dilma Rousseff não cometeu crime e que todo esse processo foi uma fraude para tirá-la do poder.

No trecho (1c), também, encontramos a metáfora estrutural IMPEACHMENT É FARSA; o referido fragmento foi apresentado pelo jornal *El País* e a conceptualização que traz exposta foi feita por Dilma Rousseff, em seu último pronunciamento, logo após o seu afastamento definitivo. Ao termos o impeachment sendo conceptualizado como farsa, observamos que se projetaram, no domínio-alvo (impeachment), conhecimentos enciclopédicos que constituímos sobre as comédias ruins, burlescas; recorre-se, então, aos saberes que temos sobre farsa, gênero teatral, de modo a entender que o impeachment foi uma encenação com ações burlescas, com situações cômicas e ridículas; assim sendo, pode-se compreender que o impeachment visou a enganar as pessoas por meio de tal representação cômica.

Nas expressões metafóricas que vão de (1d) a (3d), instancia-se a metáfora IMPEACHMENT É INJUSTIÇA, pois, veremos que se projetaram no domínio-alvo (impeachment) conhecimentos enciclopédicos acerca do domínio-fonte (injustiça), considerando que os nossos conhecimentos sobre injustiça envolvem a condenação de um inocente, isto é, trata-se do resultado de um ato contra a justiça, indo contra o direito do outro:

(1d) Hoje, o Senado Federal tomou uma decisão que entra para a história das grandes injustiças. Os senadores que votaram pelo impeachment escolheram rasgar a Constituição Federal. Decidiram pela interrupção do mandato de uma Presidenta que não cometeu crime de responsabilidade. Condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar.(Discurso de Dilma Rousseff) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1).

(2d)"O povo brasileiro está de luto pelo atentado à democracia e inominável injustiça", diz o texto. (Carta aberta da Frente popular Brasil)(FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 2).

(3d) Os senadores que votaram pelo impeachment escolheram rasgar a Constituição Federal. Decidiram pela interrupção do mandato de uma

Presidenta que não cometeu crime de responsabilidade. Condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar. (Discurso de Dilma Rousseff) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 5).

Todos os trechos relacionados ao impeachment como injustiça foram encontrados no jornal *Folha de S. Paulo*, sendo que, nos trechos (1d) e (3d), apresentam-se reproduções do que foi discursado por Dilma Rousseff. Já no trecho (2d), temos conceptualizações do afastamento definitivo em termos de injustiça realizadas pela Frente popular Brasil, um grupo de manifestantes contra o impeachment de 2016, que escreveu uma carta aberta em defesa da ex-mandatária. Já no trecho (3d), apesar de não haver o termo injustiça, percebemos que a conceptualização do impeachment como injustiça está presente, uma vez que os contra-impeachment alegaram que a ex-mandatária não era culpada. Acreditamos que tais conceptualizações ocorreram na sociedade, porque os crimes pelos quais Dilma Rousseff foi condenada, segundo os contra-impeachment e a própria condenada, eram comuns no “jogo político”, porém ela foi a única a ser destituída do cargo por tais crimes, criando, por isso, uma excepcionalidade, como já discutimos a subseção *O que é golpe de Estado?*

No trecho (1d), além da metáfora estrutural IMPEACHMENT É INJUSTIÇA, encontramos uma outra metáfora estrutural IMPEACHMENT É ESCOLHA, uma vez que se projetou, no domínio-alvo (impeachment), conhecimento enciclopédico do domínio-fonte (escolha), levando em consideração que tal domínio envolve nossa compreensão de que o impeachment de Dilma Rousseff foi uma ação ou resultado de uma seleção entre possíveis opções ou, até mesmo, a preferência dada a determinadas coisas ou pessoas. Dessa forma, mais uma vez, inferimos que tal conceptualização está relacionada ao fato de que o impedimento, para a ex-presidenta, foi uma opção para a maior parte dos senadores.

Já no exemplo (2d), além da metáfora IMPEACHMENT É INJUSTIÇA, localizamos a metáfora estrutural IMPEACHMENT É ATENTADO, uma vez que se projetaram, no domínio-alvo (impeachment), conhecimentos enciclopédicos do domínio-fonte (atentado), considerando que tal domínio envolve nossa compreensão de que o impeachment de Dilma Rousseff foi a execução de um crime contra a instituição democrática do Brasil, uma vez que, como já foi dito, destituir um presidente sem que ele tenha cometido um crime não faz parte das leis democráticas do Brasil. Ainda que,

se provado crime de responsabilidade, o impeachment é aplicado, como um mecanismo legítimo, para afastar um presidente que não siga as regras constitucionais do país, como já mencionado, na subseção *O que é impeachment?*, contudo, as pessoas que eram contra o impeachment acionaram saberes do domínio da experiência com atentados, por considerarem que a ex-presidenta não cometeu qualquer crime de responsabilidade, apesar das acusações que lhe eram imputadas.

A seguir, apresentaremos a metáfora estrutural IMPEACHMENT É FRUTO; o item lexical fruto pode ser compreendido como um alimento ou, também, como as vantagens que podemos obter ao fazermos algo ou, ainda, pode estar relacionado à nossa base experiencial que envolve a geração de um filho, um rebento etc. No trecho (1e), veremos que se projetaram, no domínio-alvo (impeachment), conhecimentos enciclopédicos acerca do domínio-fonte (fruto), os quais envolvem a consequência de um trabalho ou de uma ação que podemos realizar ou até mesmo das vantagens, proveitos que podemos ter, ao fazer algo:

(1e) Luiza Erundina, deputada e candidata do PSOL à Prefeitura de São Paulo, afirmou em nota que o impeachment foi fruto de chantagem do deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) [...] (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 5).

No trecho (1e) anteriormente mencionado, podemos observar uma expressão metafórica que nos induz à compreensão do impedimento como sendo o resultado de ameaças, de represálias feitas pelo então deputado Eduardo Cunha. Acreditamos que tal compreensão esteja atrelada ao que apresentamos na subseção *O que é um Golpe de Estado?*, pois, na referida subseção, mostramos que o deputado aceitou um dos pedidos de impeachment contra Dilma Rousseff, pois, segundo os contra-impeachment, o PT não votaria a favor dele no Conselho de Ética, que, na época, estava investigando-o. A conceptualização de Luiza Erundina, deputada do PSOL, no trecho (1e), é a de que a ex-presidenta foi vítima da chantagem do ex-presidente da Câmara dos Deputados; conceptualização essa encontrada no jornal *Folha de São Paulo*. Assim, em (1e), o impeachment é compreendido em termos do que foi gerado pela ameaça exercida por Eduardo Cunha, na época, presidente da Câmara dos Deputados, e, hoje, um presidiário.

Encontramos a metáfora estrutural IMPEACHMENT É TRAIÇÃO, no trecho (1f), uma vez que se projetaram, no domínio-alvo (impeachment), conhecimentos

enciclopédicos acerca do domínio-fonte (traição), que envolvem saberes como a quebra de lealdade:

(1f) Rafael Correa dijo en su cuenta de Twitter que lo que ocurrió en la votación fue "una apología del abuso y la traición", manifestó su solidaridad para con Rousseff y Lula da Silva y anunció que retirará al embajador ecuatoriano de la nación norteña. (EL PAÍS, 2016, p. 2).

No trecho antes exposto, temos a declaração de Rafael Correa (ex-presidente do Equador), ex-membro do partido Alianza País<sup>77</sup>; para ele, a ex-presidenta do Brasil foi traída, isto porque a base aliada que contribuiu para reeleger Dilma Rousseff foi responsável por metade dos votos pró-impeachment<sup>78</sup>. A coligação que reeleger Dilma Rousseff à presidência era composta por nove partidos: PT, PMDB, PSD, PP, PR, PROS, PDT, PCdoB e PRB. Dos deputados pertencentes a esses partidos, contudo, apenas, 40% (122 congressistas) mantiveram-se fiel à presidenta Dilma Rousseff e votaram contra seu afastamento definitivo. Os outros 60% dos deputados, que, antes, faziam parte da base de apoio ao governo, votaram pelo impeachment. Com base nessas informações, podemos perceber que a conceptualização de traição tenha sido possível por causa dessa perda de base aliada.

Além da metáfora IMPEACHMENT É TRAIÇÃO, encontramos, também, no trecho (1f), a metáfora estrutural IMPEACHMENT É APOLOGIA DO ABUSO, uma vez que foram projetados, no domínio-alvo (impeachment), conhecimentos enciclopédicos do domínio-fonte (apologia do abuso), compreendendo que fazer apologia do abuso é ter uma atitude que visa a defender, apaixonadamente, alguém ou alguma coisa, mas sem bom-senso, sendo contrário às regras ou às condições pré-estabelecidas, socialmente. No trecho (1e), publicado no jornal *El País*, temos, mais uma vez, a conceptualização do afastamento de Dilma Rousseff feita pelo presidente equatoriano da época, Rafael Correa.

Nos exemplos que vão de (1g) e (2g), a metáfora estrutural IMPEACHMENT É TRAUMA aparece instanciada, uma vez que estão sendo projetados no domínio-alvo (impeachment) conhecimentos de mundo que envolvem o domínio-fonte (trauma). A nossa compreensão de trauma nos leva a entendê-lo como um acontecimento indesejável que, de forma mais ou menos violenta, atinge indivíduos nele envolvido,

<sup>77</sup>Partido de esquerda do Equador.

<sup>78</sup>Ver em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/18/base-que-elegeu-dilma-e-responsavel-por-metade-dos-votos-pro-impeachment.htm> Acesso: fevereiro de 2018.

produzindo-lhes, de alguma forma, lesão ou dano. Desse modo, podemos entender que o impeachment foi conceptualizado como algo que causou dor e sofrimentos para as pessoas envolvidas. Tal metáfora é classificada como estrutural, pois os nossos conhecimentos de trauma estão estruturando a nossa compreensão de impeachment:

(1g) O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), disse que "o impeachment, não há como negar, é traumático", mas "consolida o processo democrático". (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 4).

(2g) Ele diz lamentar que "uma democracia jovem como a nossa tenha que passar pelo trauma de mais um afastamento de um presidente da República". (Eduardo Cunha) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 4).

As referidas conceptualizações foram encontradas no jornal *Folha de S. Paulo*, mas elas aparecem nas falas de Eduardo Cunha (PMDB) e do então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB). Tais conceptualizações metafóricas estão relacionadas ao fato da nossa compreensão de haver um trauma não físico, isto é, uma experiência emocional desagradável de intensidade, que deixa uma marca duradoura na mente do indivíduo. Assim sendo, tanto a conceptualização de Eduardo Cunha quanto a conceptualização de Geraldo Alckmin não apresentam divergências, pois, para ambos, apesar do sofrimento e dos danos que o impeachment pode provocar, ele era necessário.

Ainda, no trecho (1g), encontramos a conceptualização por meio da metáfora estrutural IMPEACHMENT É CONSOLIDAÇÃO, uma vez que o conceptualizador compreende que o impedimento é um processo que fortalece a democracia, mostrando ao povo brasileiro que as instituições democráticas do país funcionam. Tal conceptualização foi realizada por Geraldo Alckmin, pertencente ao partido de oposição ao PT da ex-presidenta Dilma Rousseff; daí, apesar de assumir a negatividade do evento, considerá-lo importante para a tomada de poder que ele considera uma consolidação do estado democrático, indo contra ao que pensa Dilma Rousseff e todos os seus apoiadores.

Entendemos que a metáfora estrutural IMPEACHMENT É CONSTRUÇÃO instancia a expressão metafórica constante do número (1h), uma vez que o domínio-fonte de pedra angular está sendo projetado no domínio-alvo impeachment. Nesse caso, temos uma metáfora estrutural, uma vez que temos um domínio experiencial sendo compreendido em termos de outro, como podemos ver a seguir:

(1h) Na reportagem, o jornal destacou que a decisão é "a pedra angular de uma luta pelo poder que consumiu a nação durante meses e

derrubou um dos mais poderosos partidos políticos do hemisfério" ocidental, as Américas. (*New York Times*) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 4).

No trecho (1h), a conceptualização apresentada advém da redação do jornal *New York Times* (Estados Unidos) e foi encontrada no jornal *Folha de S. Paulo*. Essa expressão metafórica nos leva a inferir que o impeachment foi conceptualizado como algo concreto, uma pedra que é adjetivada como angular; a expressão pedra angular é utilizada para nos referirmos a algo que é fundamental, aquilo sobre o que uma ideia é apoiada, ou o que apoia uma instituição, a política etc. Originalmente, a expressão pedra angular era utilizada como uma pedra fundamental usada nas antigas construções, caracterizada por ser a primeira pedra assentada na esquina de um edifício e era a partir dessa pedra angular que se definia a colocação das outras pedras, alinhando toda a construção. Nesse caso, podemos entender que o impeachment foi a primeira pedra, a mais importante, no processo político dos últimos tempos, e, por ela ser a pedra fundamental, todas as outras serão alinhadas de acordo com ela.

Nos trechos de (1i), (2i) e (3i), temos uma personificação do impeachment, uma vez que o impedimento ganha características humanas como dividir o país, nos levando a concluir a metáfora ontológica IMPEACHMENT É SER HUMANO. A divisão apresentada nos trechos está relacionada à divergência de opiniões que o impeachment causou no Brasil, provocando controvérsia, dividindo o país entre aqueles que são pró-impeachment e aqueles que são contra-impeachment. Se, por um lado, as expressões metafóricas (1i) a (3i) estão relacionadas à divisão do país entre as pessoas que são contra e as que são a favor do afastamento definitivo da presidenta, por outro lado, a expressão metafórica (3i) está relacionada à controvérsia que as diferentes opiniões causaram, como podemos constatar a seguir:

(1i) [...] o jornal afirma que agora “o desafio é fechar as feridas e limpar os costumes políticos”, o que não será nada fácil “após um processo que, em vez de unir, dividiu”. (Jornal colombiano *El Tiempo*) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 4).

(2i) Para o "Washington Post", foi "a culminação de um processo arrastado que dividiu o país". (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 5).

(3i) Para o francês "Le Monde", o impeachment finalizou "um procedimento jurídico-político altamente controverso". (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 5).

Concluimos que o domínio-fonte acionado foi o da humanidade, porque pensamos que as ações de dividir e finalizar expostas nessas expressões linguísticas só podem ser feitas por seres animados e possuidores de razão, quando a ação se liga a um ato processual, como é o impeachment. Além da referida metáfora, encontramos, no trecho (3i), IMPEACHMENT É PROCEDIMENTO, uma vez que o domínio-alvo (impeachment) está recebendo projeções do domínio-fonte (procedimento), pois tal domínio-fonte envolve o nosso conhecimento de mundo relacionado ao modo como agimos sempre de uma mesma maneira, quando realizamos uma dada ação, como um processo de impeachment.

Nas expressões metafóricas antes apresentadas, fica claro o quanto o afastamento da ex-presidenta causou divergência. Tal conceptualização foi difundida, principalmente, nos jornais internacionais, como foi apresentado no periódico colombiano *El Tiempo*, no francês *Le Monde*, nos jornais estadunidenses *Wall Street Journal* e *Washington Post*.

Pudemos observar que algumas metáforas são mais criativas do que outras e que algumas, embora criativas, como IMPEACHMENT É CONSTRUÇÃO, estão associadas a outras mais convencionais, como EVENTO É CONSTRUÇÃO, assim como outras que, mesmo mais convencionais, como IMPEACHMENT É PARA BAIXO, atrelam-se a metáforas primárias como RUIM É PARA BAIXO. Assim, se impeachment é compreendido em termos de construção, é porque eventos são compreendidos em termos de construção e se impeachment é entendido em termos orientacionais, é porque ruim é entendido em termos de orientação para baixo.

Para finalizarmos esta subseção, trouxemos uma tabela em que sistematizamos as conceptualizações metafóricas encontradas, de modo que informaremos a metáfora, o seu domínio-fonte, o domínio-alvo, a classificação quanto à sua tipologia, o jornal de onde coletamos a expressão metafórica e o conceptualizador, conforme expresso a seguir:

Quadro 2- Sistematização das conceptualizações metafóricas encontradas no corpus

<b>Fragmentos</b>	<b>Conceptualização Metafórica</b>	<b>Domínio- alvo</b>	<b>Domínio- fonte</b>	<b>Classificação</b>	<b>Jornal</b>	<b>Conceptualizador</b>
(1a) Na Argentina, tanto "Clarín" como "La Nación", os dois principais jornais, abriram suas manchetes on-line pela mesma linha de <u>derrocada</u> petista. No primeiro, "Termina uma era no Brasil". (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 5).	IMPEACHMENT É QUEDA	Impeachment	Queda	Metáfora Orientacional	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>Clarín e La Nación</i>
(2a) En el caso de Rousseff, las razones para <u>derribar</u> su segundo mandato, iniciado el 1º de enero de 2015, se basan en presuntas irregularidades fiscales, que de acuerdo a su defensa no fueron probadas. (CLARÍN, 2016, p. 5).	IMPEACHMENT É QUEDA	Impeachment	Queda	Metáfora Orientacional	<i>Clarín</i>	<i>Clarín</i>
(3a) Embora mais contido, o inglês "Guardian" vai por aí. "É difícil ignorar o grau de injustiça nesta <u>queda brutal</u> ": (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1).	IMPEACHMENT É QUEDA	Impeachment	Queda brutal	Metáfora Orientacional	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>Guardian</i>
(5a) Acabam de <u>derrubar</u> a primeira mulher presidenta do Brasil, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment. (Discurso de Dilma Rousseff) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1).	IMPEACHMENT É QUEDA	Impeachment	Queda	Metáfora Orientacional	<i>Folha de S. Paulo</i>	Dilma Rousseff
(4a) Essa é a segunda vez na história que um processo de impeachment resulta na <u>queda</u> do chefe do Executivo. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 5).	IMPEACHMENT É QUEDA	Impeachment	Queda	Metáfora Orientacional	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>Folha de S. Paulo</i>
(6a) a reportagem, o jornal destacou que a decisão é "a pedra angular de uma luta pelo	IMPEACHMENT É QUEDA	Impeachment	Queda	Metáfora Orientacional	<i>Folha de S.</i>	<i>New York Times</i>



poder que consumiu a nação durante meses e derrubou um dos mais poderosos partidos políticos do hemisfério" ocidental, as Américas. (New York Times) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1-5).					<i>Paulo</i>	
(1b) Apropriam-se do poder por meio de um <u>golpe de Estado</u> . É o segundo golpe de estado que enfrento na vida. (Discurso de Dilma Rousseff) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1).  (2b) O segundo, o <u>golpe parlamentar</u> desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo. (Discurso de Dilma Rousseff) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 3).	IMPEACHMENT É GOLPE	Impeachment	Golpe de Estado e golpe Parlamentar	Metáfora Estrutural	<i>Folha de S. Paulo</i>	Dilma Rousseff
(3b) A professora Andrea Vizeu, veterana em protestos nova-iorquinos contra o que considera ser <u>um golpe</u> tramado pelo novo governo, especulava se conseguiria voltar a seu país natal sem maiores problemas. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 4).	IMPEACHMENT É GOLPE	Impeachment	Golpe	Metáfora Estrutural	<i>Folha de S. Paulo</i>	Professora Andrea Vizeu
(4b) "Eu penso igual a eles. Acho que foi um <u>golpe</u> . Acredito no que ela está falando", disse o vendedor, referindo-se à ex-presidente. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 4).	IMPEACHMENT É GOLPE	Impeachment	Golpe	Metáfora Estrutural	<i>Folha de S. Paulo</i>	Vendedor
(5b) Por volta de 19h40, os manifestantes saíram em direção à Assembleia Legislativa do Rio e fizeram uma parada na sede da Firjan, onde houve um ato contra o que chamam de " <u>apoio da federação ao golpe</u> ". (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 3).	IMPEACHMENT É GOLPE	Impeachment	Golpe	Metáfora Estrutural	<i>Folha de S. Paulo</i>	Manifestantes contra-impeachment

(8b) O espanhol "El País" publica o editorial mais agressivo, com o título " <u>Golpe baixo no Brasil</u> " e destacando no subtítulo o " <u>dano</u> imenso às instituições brasileiras". (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1-5).	IMPEACHMENT É e GOLPE IMPEACHMENT É DANO	Impeachment	Golpe baixo e dano	Metáfora Estrutural	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>El País</i> , jornal espanhol
(11b) Venezuela Bolivia, Ecuador y Nicaragua, que integran la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (Alba), denunciaron este miércoles en la OEA un " <u>golpe de Estado</u> " contra Dilma Rousseff después de que fuera destituida de la presidencia de Brasil. (EL MUNDO, 2016, p. 1).	IMPEACHMENT É GOLPE	Impeachment	Golpe de Estado	Metáfora Estrutural	<i>El Mundo</i>	Venezuela, Bolívia, Ecuador, Nicarágua
(12b) Mujica sobre Brasil: fue " <u>un golpe de Estado</u> anunciado desde hacía rato". (EL PAÍS, 2016, p. 1).	IMPEACHMENT É GOLPE	Impeachment	Golpe de Estado	Metáfora Estrutural	<i>El País</i>	Mujica
(9b) Minutos más tarde Rousseff emitió un discurso en el que opina una vez más que el Senado de Brasil consumó " <u>un golpe de Estado</u> " [...]. (EL PAÍS, 2016, p. 2).	IMPEACHMENT É GOLPE	Impeachment	Golpe	Metáfora Estrutural	<i>El País</i>	Dilma Rousseff
(7b) La decisión supone el fin de un trámite que comenzó en diciembre pasado en el Parlamento y fue supervisado en cada uno de sus pasos por la Corte Suprema, como garante constitucional de un juicio que Rousseff, condenada por graves irregularidades fiscales, califica de " <u>golpe</u> ".(HOY, 2016, p. 1).	IMPEACHMENT É GOLPE	Impeachment	Golpe	Metáfora Estrutural	<i>HOY</i>	Dilma Rousseff
(6b) Pese a los alertas realizados por la actual oposición, de que se está frente a un " <u>golpe parlamentario</u> ", 61 senadores votaron a favor de su salida. (CLARÍN, 2016, p. 4).	IMPEACHMENT É GOLPE	Impeachment	Golpe Parlamentar	Metáfora Estrutural	<i>Clarín</i>	<i>Clarín</i>
(10b) Países del Alba condenan en OEA " <u>golpe de Estado</u> " contra Rousseff. (EL	IMPEACHMENT É GOLPE	Impeachment	Golpe	Metáfora Estrutural	<i>El Mundo</i>	País de Alba

MUNDO, 2016, p. 2).						
(1c) "[...] es el golpe parlamentario realizado hoy por medio de una <u>farsa jurídica</u> , me derrumba del cargo para el cual fui electa por el pueblo", aseguró. " <u>Es un fraude</u> ", opinó la exmandataria. (EL PAÍS, 2016, p. 1).	IMPEACHMENT É FRAUDE e IMPEACHMENT É FARSA	Impeachment	Fraude e farsa jurídica	Metáfora Estructural	<i>El País</i>	Dilma Rousseff
(3c) "61 senadores sustituyeron la voluntad expresa de 54,5 millones de votos. Es un <u>fraude</u> contra el que vamos a luchar en todas las instancias posibles", afirmó Rousseff. (Discurso de Dilma Rousseff) (EL PAÍS, 2016, p. 3).	IMPEACHMENT É FRAUDE	Impeachment	Fraude	Metáfora Estructural	<i>El País</i>	Dilma Rousseff
(2c) E finaliza: "Estamos diante de uma <u>fraude legal</u> que lança uma séria sombra sobre o futuro imediato do Brasil". (Jornal espanhol El País). (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 5).	IMPEACHMENT É FRAUDE	Impeachment	Fraude legal	Metáfora Estructural	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>El País</i>
(2d) "O povo brasileiro está de luto pelo <u>atentado</u> à democracia e inominável <u>injustiça</u> ", diz o texto. (Carta aberta da Frente popular Brasil)(FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 2).	IMPEACHMENT É INJUSTIÇA e IMPEACHMENT É DANO	Impeachment	Injustiça e atentado	Metáfora Estructural	<i>Folha de S. Paulo</i>	Frente popular Brasil
(1d) Hoje, o Senado Federal tomou uma decisão que entra para a <u>história das grandes injustiças</u> . Os senadores que votaram pelo impeachment <u>escolheram</u> rasgar a Constituição Federal. Decidiram pela interrupção do mandato de uma Presidenta que não cometeu crime de responsabilidade. <u>Condenaram uma inocente</u> e consumaram um golpe parlamentar.(Discurso de Dilma Rousseff) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1).	IMPEACHMENT É INJUSTIÇA e IMPEACHMENT e ESCOLHA	Impeachment	Injustiça e escolha	Metáfora Estructural	<i>Folha de S. Paulo</i>	Dilma Rousseff

<p>(3d) Os senadores que votaram pelo impeachment escolheram rasgar a Constituição Federal. Decidiram pela interrupção do mandato de uma Presidenta que não cometeu crime de responsabilidade. <u>Condenaram uma inocente</u> e consumaram um golpe parlamentar. (Discurso de Dilma Rousseff) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 5)</p>	<p>IMPEACHMENT É INJUSTIÇA</p>	<p>Impeachment</p>	<p>Condenar uma inocente</p>	<p>Metáfora Estrutural</p>	<p><i>Folha de S. Paulo</i></p>	<p>Dilma Rousseff</p>
<p>1g) O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), disse que "o impeachment, não há como negar, <u>é traumático</u>", mas "<u>consolida o processo democrático</u>". (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 4).</p>	<p>IMPEACHMENT É CONSOLIDAÇÃO e IMPEACHMENT É TRAUMA</p>	<p>Impeachment</p>	<p>Consolidação e trauma</p>	<p>Metáfora Estrutural</p>	<p><i>Folha de S. Paulo</i></p>	<p>Geraldo Alckmin</p>
<p>(1e) Luiza Erundina, deputada e candidata do PSOL à Prefeitura de São Paulo, afirmou em nota que <u>o impeachment foi fruto de chantagem do deputado afastado</u> Eduardo Cunha (PMDB-RJ) [...] (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 5).</p>	<p>IMPEACHMENT É FRUTO</p>	<p>Impeachment</p>	<p>Fruto</p>	<p>Metáfora Estrutural</p>	<p><i>Folha de S. Paulo</i></p>	<p>Luiza Erundina, deputada do PSOL</p>
<p>(1f) Rafael Correa dijo en su cuenta de Twitter que lo que ocurrió en la votación fue "<u>una apología del abuso y la traición</u>", manifestó su solidaridad para con Rousseff y Lula da Silva y anunció que retirará al embajador ecuatoriano de la nación norteña. (EL PAÍS, 2016, p. 2).</p>	<p>IMPEACHMENT É TRAIÇÃO e IMPEACHMENT É APOLOGIA DO ABUSO</p>	<p>Impeachment</p>	<p>Traição e apologia do abuso</p>	<p>Metáfora Estrutural</p>	<p><i>El País</i></p>	<p>Rafael Correa, ex-presidente do Equador</p>
<p>(2g) Ele diz lamentar que "uma democracia jovem como a nossa tenha que passar pelo <u>trauma de mais um afastamento</u> de um presidente da República". (Eduardo Cunha) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 4).</p>	<p>IMPEACHMENT É TRAUMA</p>	<p>Impeachment</p>	<p>Trauma</p>	<p>Metáfora Estrutural</p>	<p><i>Folha de S. Paulo</i></p>	<p>Eduardo Cunha (PMDB)</p>

(1h) Na reportagem, o jornal destacou que a decisão é "a <u>pedra angular</u> de uma luta pelo poder que consumiu a nação durante meses e derrubou um dos mais poderosos partidos políticos do hemisfério" ocidental, as Américas. ( <i>New York Times</i> ) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 4).	IMPEACHMENT É CONSTRUÇÃO	Impeachment	Pedra angular	Metáfora Estrutural	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>New York Time</i>
(1i) [...] o jornal afirma que agora "o desafio é fechar as feridas e limpar os costumes políticos", o que não será nada fácil "após um <u>processo</u> que, em vez de unir, <u>dividiu</u> ". (Jornal colombiano <i>El Tiempo</i> ) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 4).	IMPEACHMENT É SER HUMANO	Impeachment	Ser Humano	Metáfora Ontológica (personificação)	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>El Tiempo</i> , jornal colombiano
(2i) Para o "Washington Post", foi "a culminação de um <u>processo</u> arrastado que <u>dividiu</u> o país". (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 5).	IMPEACHMENT É SER HUMANO	Impeachment	Ser Humano	Metáfora Ontológica (personificação)	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>The Washington Post</i> , jornal Estadunidense
(3i) Para o francês "Le Monde", o impeachment <u>finalizou</u> "um <i>procedimento</i> jurídico-político altamente controverso". (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 5).	IMPEACHMENT É PROCEDIMENTO e IMPEACHMENT É SER HUMANO	Impeachment	Procedimento e ser humano	Metáfora Estrutural	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>Le Monde</i> , jornal francês

Fonte: própria autora

## 5.2 CONCEPTUALIZAÇÕES METONÍMICAS

Os fragmentos a serem apresentados, nesta subseção, são considerados metonímicos, pois se tratam de conceptualizações cujo domínio-alvo e domínio-fonte estão em um mesmo domínio conceptual. Aqui, faremos a exposição das metonímias conceptuais específicas relativas aos conjuntos de expressões linguísticas metonímicas, além de oferecermos um quadro em que se inserem as conceptualizações, a nossa compreensão sobre essas conceptualizações, os jornais de onde foram coletadas e os seus respectivos conceptualizadores.

Nos exemplos de (1a) a (5a), podemos perceber conceptualizações metonímicas tipo CAUSA-CONSEQUÊNCIA, isso porque, nos trechos a seguir, a destituição da presidenta Dilma Rousseff foi compreendida, metonimicamente, como a consequência do processo que se inicia quando o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, aceitou o pedido de impeachment assinado pelos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal:

(1a) El Senado destituyó a Dilma pero mantuvo sus derechos políticos. (CLARÍN, 2016, p. 1).

(2a) Pese a que se preveía que su destitución la condenaba automáticamente a la pérdida de los derechos políticos por un período de ocho años, como ocurrió en 1992 cuando Fernando Collor fue sometido a un juicio político semejante, un recurso presentado a última hora por el Partido de los Trabajadores (PT) salvó a Rousseff de la inhabilitación política. (HOY, 2016, p. 2).

(3a) Luego de la destitución de Dilma Rousseff, Temer asumió oficialmente la presidencia de Brasil, tras varios meses de estar como interino. (EL PAÍS, 2016, p. 3).

(4a) Mujica es el orador principal en un acto que el PitCnt realiza "en apoyo a la presidenta de Brasil, Dilma Rousseff, que fuera electa por más de 54 millones de brasileros en 2014 y que será destituída hoy producto de maniobras que viene efectuando la derecha en Brasil". (EL PAÍS, 2016, p. 2).

(5a) Venezuela, Bolivia, Ecuador y Nicaragua, que integran la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (Alba), denunciaron este miércoles en la OEA un "golpe de Estado" contra Dilma Rousseff después de que fuera destituida de la presidencia de Brasil. (EL MUNDO, 2016, p. 2).

Nos trechos antes expostos, pudimos perceber que a destituição foi entendida como a retirada da presidenta do seu cargo; essa conceptualização foi muito recorrente,

sendo encontrada em quase todos jornais: *Clarín*, *El Mundo*, *El País*, e *HOY*. No trecho (4a), o jornal *Clarín* apresenta a conceptualização de Mujica em relação ao afastamento de Dilma Rousseff; para o ex-presidente do Uruguai, Dilma Rousseff foi destituída, por meio de um golpe de Estado elaborado pela direita do Brasil, como já explicitamos, na subseção destinada ao estudo das metáforas. No trecho (5a), encontrado no periódico *El Mundo*, temos a conceptualização do próprio jornal como destituição, assim como fazem os jornais *Clarín*, em (1a), *HOY*, em (2a) e *El País*, em (3a). Com base na contextualização feita na subseção *O que é impeachment?*, pudemos concluir que, para os pró-impeachment, a ex-mandatária foi afastada do cargo, porque cometeu crime de responsabilidade. Nesse caso, se a ex-mandatária foi condenada, logo deveria ser destituída do cargo, como já foi explicitado na mencionada subseção.

Nos trechos a seguir, ainda, temos a conceptualização metonímica CAUSA-CONSEQUÊNCIA, que se difere da anteriormente mencionada, por apresentar como consequência a interrupção do mandato da ex-presidenta, que provocou o fim de um ciclo do Partido dos Trabalhadores (PT), como pode ser visto nos trechos (1b) e (9b):

(1b) A decisão também interrompe um ciclo de 13 anos e meio de gestão do PT, iniciado com Luiz Inácio Lula da Silva em 2003. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1-6).

(2b) O espanhol "El País", sem dar manchete, destacou o fim dos 13 anos de PT. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1-5).

(3b) O editorial acentua que sua saída "marca o fim de 13 anos transformadores de governo do Partido dos Trabalhadores". (New York Time) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1-5).

(4b) Na América Latina, o colombiano "El Tiempo", ligado ao presidente Juan Manuel Santos, já saiu com seu editorial, "Dilma, fim de uma era", referência aos 13 anos de PT, capítulo histórico que "prometia uma revolução pacífica, encabeçada por Lula". (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1-5).

(5b) O primeiro destacou que a decisão "encerra quase 14 anos de governo do esquerdista Partido dos Trabalhadores". (Guardian) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1-5).

(6b) Na Argentina, tanto "Clarín" como "La Nación", os dois principais jornais, abriram suas manchetes on-line pela mesma linha de derrocada petista. No primeiro, "Termina uma era no Brasil". (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1-5).

(7b) Michel Temer asumió la presidencia de Brasil, en una ceremonia en el mismo Senado que este miércoles condenó a Dilma Rousseff y puso fin a los gobiernos de la izquierda en el gigante sudamericano. (EL PAÍS, 2016, p. 1-3).

Nos fragmentos que vão de (1b) a (7b), observamos que o impeachment teve como consequência o fim de anos do governo petista no Brasil. Dessa forma, podemos observar que o impedimento não foi, apenas, a retirada de Dilma Rousseff do poder executivo, foi, também, o fim de quase 14 anos do governo petista. Com esse entendimento da destituição, podemos concluir que o governo PT (Partido dos Trabalhadores) foi um período da história marcante que se distinguiu de outros por alguns motivos, no entanto, tal era ou ciclo chegou ao fim com afastamento de Dilma Rousseff. Como vimos, o impeachment teve como consequência a destituição da ex-presidenta, que foi substituída pelo seu vice, um PMDBista. Ao acionarmos a expressão “fim de uma era”, podemos estabelecer um *link* entre o governo petista e o governo da Era Vargas, que, durou de 1930 até 1945, voltando ao poder, em 1951, por meio de voto direto, permanecendo no comando do país por 18 anos, como pudemos ver na subseção *O que é golpe de Estado?*.

As conceptualizações do impeachment como fim do mandato de Dilma Rousseff aparecem no jornal *Folha*. Já as conceptualizações de impeachment como fim da era PT, foram encontradas nesse mesmo periódico, mas a partir de transcrições de passagens do periódico espanhol *El País*, do estadunidense *New York Time*, do colombiano *El Tiempo*, do francês *Guardian* e pelos periódicos argentinos *Clarín* e *La Nación*. Além do jornal *Folha* divulgar trechos de notícias internacionais que conceptualizaram o impedimento como o fim do PT, esse, também, fez uso dessa conceptualização, em texto, produzido pela sua redação.

Ainda em relação à conceptualização CAUSA-CONSEQUÊNCIA, pudemos interpretar, nos trechos (1c) e (2c), que o impedimento levou à cassação do mandato da ex-presidenta do Brasil, como pode ser visto no trecho a seguir:

(1c) Também foi noticiado que Dilma chamou a cassação de “golpe” e que ela “repetidamente” disse não ter culpa do crime de responsabilidade pelas chamadas “pedaladas fiscais”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 4).

No trecho anteriormente exposto, com conceptualização feita pelos redatores do jornal *Folha de São Paulo*, podemos observar que o impeachment está sendo conceptualizado metonimicamente como cassação, pois a cassação do mandato é uma punição para quem comete crime de responsabilidade. A cassação se distingue da destituição, na medida em que aquela profíbe, anula um mandato, ao passo que essa está



relacionada ao ato de demitir alguém, podendo até ser por meio de renúncia. Essa conceptualização metonímica do afastamento como cassação só ocorreu no Brasil, sendo, portanto, encontrado, apenas, no referido periódico *Folha de São Paulo*.

Se pensarmos na metáfora PODER É RECIPIENTE, teremos as expressões metafóricas: *ela está fora do poder* e *Dilma saiu do poder*; não é difícil perceber que o poder está sendo conceptualizado metaforicamente como um recipiente. E que o impedimento teve como consequência a retirada, a remoção dela desse recipiente, neste caso, do poder, como demonstram as seguintes expressões linguísticas. Daí, mais uma vez, constata-se expressões metonímicas instanciando a metonímia CAUSA-CONSEQUÊNCIA:

(1d) Tras 13 años de mandato del PT, la ex presidenta fue sacada del poder por un polémico impeachment. (CLARÍN, 2016, p. 4).

(2d) Embora mais contido, o inglês "Guardian" vai por aí. "É difícil ignorar o grau de injustiça nesta queda brutal: Dilma nunca foi acusada de se beneficiar pessoalmente de corrupção, ao contrário de dezenas de políticos brasileiros, muitos dos quais votaram por sua remoção", afirma. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 4).

(3d) No segundo, "a primeira presidente mulher do Brasil foi retirada do cargo pelo Senado manchado de corrupção, após um processo esgotante que encerrou 13 anos de governo do PT". (Guardian) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 4).

(4d) No entanto, define a saída de Dilma como "uma vitória para a democracia". (Sociedade Rural Brasileira) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p.3).

(5d) Aunque desde ayer había certeza que la mandataria sería defenestrada, el episodio no deja de tener un terrible impacto. (CLARÍN, 2016, p. 3).

(6d) Dilma Rousseff conservará sus derechos políticos y los beneficios que la legislación le garantiza a los ex jefes de Estado tras la decisión del Senado de despojarla del mandato como presidenta de Brasil, según la sentencia leída hoy por el presidente de la Corte Suprema, Ricardo Lewandowski. (HOY, 2016, p. 2).

As palavras ‘saída’, ‘remoção’, ‘defenestrar’, ‘retirar’, ‘removida’, ‘sacar’ e ‘despojar’ nos levam à compreensão de que algo ou alguém foi retirado de algum lugar, inter-relacionando-se assim à metáfora PODER É RECIPIENTE, como é possível identificar nas expressões linguísticas aqui já expostas. Nesses exemplos antes citados, ainda, temos o entendimento de que o impedimento provocou o afastamento de Dilma

Rousseff do poder, acionando, mais uma vez, a metonímia CAUSA-CONSEQUÊNCIA. A compreensão de impeachment como saída de um espaço de poder com o defendido pelos contra-impeachment é instanciada pelos itens léxicos citados que nos remetem aos conceitos de derrubada, "queda etc., assim como a palavra “defenestrar” que, também, significa a retirada de alguém de um espaço, mas de um modo violento, arremessando esse alguém de algum lugar ou, até mesmo como neste caso, destituindo alguém do cargo de modo drástico. Por outro lado, o item léxico “saída” nos parece mais próximo do defendido pelos pró-impeachment, pois essa palavra pode ser compreendida como uma forma de solucionar um problema, no caso uma situação difícil, assim como o verbo “despojar” que significa privar alguém do que tem, geralmente, de modo violento. Dessa forma, percebemos que Dilma Rousseff perdeu o cargo o qual possuía, mas a compreensão desse processo pode ser a da sua saída do poder por meio de um ato constitucional, como defendem os pró-impeachment, ou através de um golpe, como defendem os contra-impeachment.

No fragmento (4d), temos a metonímia CAUSA-CONSEQUÊNCIA, em que podemos observar que, para o conceptualizador, o impeachment gerou como consequência a vitória da democracia, pois ele se consolidou com o afastamento definitivo da ex-presidenta. Tal conceptualização foi localizada no *Folha*, mas proferida pela Sociedade Rural Brasileira.

Tais conceptualizações foram encontradas no jornal argentino *Clarín* que, nos trechos (1d) e (5d), traz os itens léxicos ‘sacada’ e ‘defenestrada’ nos levando a inferir a violência com que o impeachment foi conceptualizado na redação desse jornal. Nos trechos (2d) e (3d), encontramos as conceptualizações do francês *Guardian* que foi divulgado pelo jornal *Folha*; o editorial do diário francês utiliza itens léxicos como ‘remoção’ e ‘retirada’, para se referir ao impeachment, levando-nos a supor que o impeachment foi algo que forçou a saída da ex-presidenta. No trecho (6d) do jornal uruguaiano *HOY*, foi utilizado um item lexical como ‘despojar’ que significa ter seus direitos roubados ou ser privada de usar os seus direitos, o que nos faz pensar que Dilma Rousseff teve seus direitos roubados ou perdidos. Por último, no trecho (4d), temos a conceptualização do *Folha de São Paulo* que divulgou a compreensão do impeachment de Dilma Rousseff como ‘saída’, sendo esse último item lexical o menos agressivo, e item ‘defenestrar’, apresentado pelo *Clarín*, o mais agressivo.

Nas expressões metonímicas, a seguir, que vão de (1e) a (4e), temos, ainda, uma relação com a metáfora do PODER É LUGAR, como podemos perceber nas expressões metafóricas: *ela conseguiu chegar no poder e é difícil chegar no poder*. Nessas expressões metafóricas, também, percebemos que o poder é um espaço e esse lugar pode estar próximo ou longe da pessoa que o ocupa:

(1e) A confirmação do afastamento só provou que estávamos certos e que não se pode fazer qualquer coisa para conseguir uma eleição, que foi o que aconteceu. (Janaína Paschoal) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 3).

(2e) Com a decisão do Senado de afastar definitivamente Dilma Rousseff, Michel Temer reconheceu que a responsabilidade do governo peemedebista aumentou ao passar de interino para definitivo. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 3).

(3e) Dilma Rousseff, la cuarta presidenta en 31 años de democracia, quedó definitivamente apartada del gobierno. (CLARÍN, 2016, p. 3).

(4e) Así fue que minutos después de haberla destituido 42 senadores se inclinaron por inhabilitar a Rousseff, 36 votaron a favor de mantenerle los derechos y 3 abstenciones, por lo que no se alcanzó los dos tercios (54 votos) de la Cámara Alta tomar la decisión de alejara de la política. (CLARÍN, 2016, p. 4).

Nesses fragmentos, ainda, temos a conceptualização metonímia de CAUSA-CONSEQUÊNCIA, pois o impedimento teve como produto o ‘afastamento’, ‘afastamento definitivo’, o ‘apartar’ e o ‘alejar’, sendo esse último um item lexical do espanhol. O *Clarín*, nos trechos (3e) e (4e), conceptualiza o impedimento como afastamento. O jornal *Folha*, no trecho (1e), nos apresenta a conceptualização de impeachment como afastamento, proferida por Janaina Pascoal, uma das assinantes do pedido de impedimento. Esse último periódico, no trecho (2e), também, traz a conceptualização do impedimento como afastamento definitivo da ex-presidenta do poder executivo, uma vez que o substantivo “afastamento” segue acompanhado do adjetivo “definitivo”.

Nos trechos que se seguem, de (1f) a (8f), encontramos, mais uma vez, metonímia CAUSA-CONSEQUÊNCIA, pois, podemos perceber que a votação no Senado teve como resultado a destituição da ex-presidente:

(1f) En Brasilia, una mayoría de 61 senadores se pronunciaron a favor de la destitución de Rousseff, bastante más de los 54 votos (dos tercios de los 81 senadores) que se necesitaban para su condena. (EL MUNDO, 2016, p. 2).

(2f) El presidente de Ecuador, Rafael Correa, criticó con dureza al sistema político brasileño tras la votación en el Senado que confirmó la destitución de Dilma Rousseff como presidenta. (EL PAÍS, 2016, p. 1).

(3f) Ante la petición del PT, el presidente del Tribunal Supremo aceptó realizar una primera votación para decidir si la presidente sería destituida y una segunda para establecer si se la inhabilitaba para “el ejercicio de cualquier función pública por el plazo de ocho años”. (HOY, 2016, p. 2).

(4f) Em tom de brincadeira, o embaixador britânico no Brasil, Alex Ellis, perguntou em sua conta no Twitter como ele poderia explicar para as autoridades do Reino Unido o resultado da votação no Senado do impeachment de Dilma Rousseff, que teve o mandato cassado, mas não perdeu seus direitos políticos. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 3).

(5f) Os senadores que votaram pelo impeachment escolheram rasgar a Constituição Federal. Decidiram pela interrupção do mandato de uma Presidenta que não cometeu crime de responsabilidade. (Discurso de Dilma Rousseff) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 4).

(6f) "Vimos notícias de que o Senado brasileiro, de acordo com o ordenamento constitucional do Brasil, votou para remover a presidente Dilma Rousseff do cargo. (Governo dos Estados Unidos). (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 4).

(7f) Por 61votos a 20, o Senado condenou a petista por crime de responsabilidade pelas chamadas "pedaladas fiscais", que são o atraso no repasse de recursos do Plano Safra a bancos públicos, e pela edição de decretos de créditos suplementares sem aval do Congresso. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 3).

(8f) Pese a los alertas realizados por la actual oposición, de que se está frente a un “golpe parlamentario”, 61 senadores votaron a favor de su salida. (CLARÍN, 2016, p. 1).

Nos trechos antes expostos, pudemos perceber que a conceptualização que tem o impeachment como consequência da votação esteve presente em todos os jornais do nosso corpus. No trecho (1f), temos a conceptualização do jornal venezuelano *El Mundo* do impeachment como consequência da votação; o mesmo ocorre, em (7f), encontrado no *Folha de S. Paulo* e, também, no trecho (8f), identificado no jornal *Clarín*, em (2f), constante do *El País* e no fragmento (3f), localizado no jornal *HOY*. Em (4f), achamos a conceptualização do embaixador britânico no Brasil, tal conceptualização foi retirada do *Folha de S. Paulo*; ainda, nesse jornal, nos deparamos com a conceptualização metonímica de impeachment como consequência da votação, sendo que, em (5f), o

impeachment foi conceptualizado por Dilma Rousseff, e, em (6f), o jornal traz uma conceptualização oficial difundida pelo Governo dos Estados Unidos.

Nos referidos trechos, pudemos observar que a votação no Senado provocou o impeachment da ex-presidenta. E como consequência nesse caso, a votação foi compreendida como algo positivo para os pró-impeachment, uma vez que o voto dos senadores fez parte do processo legal dos impedimentos. Por outro lado, a votação significou algo negativo, para os contra-impeachment, uma vez que, para esse grupo, a votação foi, apenas, uma encenação, que serviu para dar legalidade ao processo, e que a votação era de cartas marcadas.

No trecho (1g) que será apresentado, a seguir, podemos perceber que o machismo aparece como desencadeador do impedimento. Nesse caso, mais uma vez, verificamos que a metonímia CAUSA-CONSEQUÊNCIA está presente no corpus, mas a causa da destituição é diferente, pois, no trecho que segue, é possível verificar que o afastamento de Dilma Rousseff foi causado pelo fato de ela ser mulher. Além da metonímia PARTE-TODO, visto que o machismo foi conceptualizado como um componente do golpe; assim sendo, o impeachment é visto como um evento que possui várias partes que juntas o constituem como um todo:

(1g) A influência pode ser pela predominância do público feminino nas manifestações contrárias ao impeachment desde o primeiro dia. Núbia Melo, 59 anos, não tem dúvida de que o que ela chama de "componente machista do golpe" influenciou na maior participação feminina na defesa de Dilma. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1).

No trecho (1g), retirado do *Folha de S. Paulo*, observamos que existe a conceptualização do impedimento como um evento provocado por conta de um componente machista, uma vez que Dilma Rousseff foi a primeira mulher a ocupar o maior cargo do poder executivo do Brasil; a ex-presidenta era uma das poucas mulheres entre um grupo de parlamentares em sua maioria homens. A expressão “componente machista do golpe” não nos remete ao impeachment, pois não existe na Constituição nada que nos remeta à destituição de um presidente por causa de seu gênero. Contudo, podemos compreender que o impedimento é, também, consequência do machismo existente na sociedade; essa compreensão metonímica é criativa, não sendo convencional como outras que aqui foram e serão apresentadas. E, também, não aparece

em jornais de outros países, limitando-se a um único exemplo coletado do *Folha de São Paulo* e da documentação a partir da fala de uma mulher.

No referido trecho (1g), também, podemos inferir que existe, neste caso, a metonímia PARTE-PARTE e PARTE-TODO, uma vez que o machismo é entendido como uma parte da parte que constitui o todo que levou ao afastamento definitivo de Dilma Rousseff, por isso a manifestante, do sexo feminino, Núbia Melo, defende que o machismo é um dos componentes do golpe de Estado.

Além da conceptualização metonímica PARTE-PARTE, na sequência, traremos expressões linguísticas que instanciam a conceptualização metonímica PARTE-TODO, uma vez que o processo está sendo conceptualizado como o impedimento, além de haver a conceptualização de que Dilma Rousseff é o PT e, por fim, a compreensão de que a decisão, uma parte de muitas outras partes do processo, está sendo conceptualizada como o todo que envolve o impeachment:

(1h) O jornal afirma que agora “o desafio é fechar as feridas e limpar os costumes políticos”, o que não será nada fácil “após um processo que, em vez de unir, dividiu”. (Jornal colombiano El Tiempo) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1-5).

(2h) a reportagem, o jornal destacou que a decisão é “a pedra angular de uma luta pelo poder que consumiu a nação durante meses e derrubou um dos mais poderosos partidos políticos do hemisfério” ocidental, as Américas. (New York Times) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1-5).

(3h) O “Wall Street Journal”, que deu manchete, também destacou que a decisão foi tomada “em meio a uma economia com problemas e um clima político fracionado” e que o PT agora terá que se “reagrupar” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 2).

Os três trechos mencionados, anteriormente, foram encontrados no jornal *Folha de São Paulo*, sendo que o trecho (1h) oferece uma conceptualização advinda do jornal colombiano, *El Tiempo*, enquanto o fragmento (2h) traz uma conceptualização oriunda da redação do jornal estadunidense *New York Times* e o último excerto (3h) apresenta a conceptualização do jornal estadunidense *Wall Street Journal*. Enquanto o diário colombiano conceptualiza o dia final do impedimento como processo, o primeiro jornal estadunidense conceptualiza Dilma Rousseff como sendo o PT, e o segundo periódico estadunidense conceptualiza a decisão como sendo o impeachment.

No fragmento (1i), encontramos a metonímia CONDUÇÃO-RESULTADO, uma vez que o referido trecho nos leva a inferir que o impeachment conduziu a um resultado de eleição indireta:

(1i) Pero "también va a haber una lectura sobre el proceso en sí, que fue usado para favorecer a un grupo político, para llevar a Michel Temer y al PMDB al poder de un modo no tan legítimo como serían las urnas", añadió. (Discurso de Dilma Rousseff) (EL PAÍS, 2016, p. 1-3).

Tal conceptualização foi encontrada no *El País*, mas a mesma foi realizada por Dilma Rousseff, pois ela acredita que o impedimento serviu para que Michael Temer, seu vice, se tornasse presidente levando assim o PMDB ao poder.

Finalizamos esta subseção, resumindo em uma tabela as conceptualizações metonímicas encontradas, na qual apresentamos as nossas compreensões do afastamento, bem como as conceptualizações dos jornais onde foram encontradas as conceptualizações e os conceptualizadores das referidas metonímias, como pode ser visto, a seguir:

Quadro 3- Sistematização das conceptualizações metonímicas encontradas no corpus

Trechos	Conceptualização Metonímica	Compreensão	Jornal	Conceptualizador
(1a) El Senado <u>destituyó</u> a Dilma pero mantuvo sus derechos políticos. (CLARÍN, 2016, p. 1).	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	O impedimento (causa) levou a destituição da presidenta (consequência).	<i>Clarín</i>	<i>Clarín</i>
(2a) Pese a que se preveía que su <u>destitución</u> la condenaba automáticamente a la pérdida de los derechos políticos por un período de ocho años, como ocurrió en 1992 cuando Fernando Collor fue sometido a un juicio político semejante, un recurso presentado a última hora por el Partido de los Trabajadores (PT) salvó a Rousseff de la inhabilitación política. (HOY, 2016, p. 2).	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	O impedimento (causa) levou a destituição da presidenta (consequência).	<i>HOY</i>	<i>HOY</i>
(3a) Luego de la <u>destitución</u> de Dilma Rousseff, Temer asumió oficialmente la presidencia de Brasil, tras varios meses de estar como interino. (EL PAÍS, 2016, p. 3).	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	O impedimento (causa) levou a destituição da presidenta (consequência).	<i>El País</i>	<i>El País</i>
(4a) Mujica es el orador principal en un acto que el PitCnt realiza "en apoyo a la presidenta de Brasil, Dilma Rousseff, que fuera electa por más de 54 millones de brasileiros en 2014 y que será <u>destituida</u> hoy producto de maniobras que viene efectuando la derecha en Brasil". (EL PAÍS, 2016, p.2).	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	O impedimento (causa) levou a destituição da presidenta (consequência).	<i>El País</i>	Mujica
(5a) Venezuela Bolivia, Ecuador y Nicaragua, que integran la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (Alba), denunciaron este miércoles en la OEA un "golpe de Estado" contra Dilma Rousseff después de que fuera <u>destituida</u> de la presidencia de Brasil. (EL MUNDO, 2016, p. 2).	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	O impedimento (causa) levou a destituição da presidenta (consequência).	<i>El Mundo</i>	<i>El Mundo</i>
(3b) O espanhol "El País", sem dar manchete, destacou o <u>fim dos 13 anos de PT</u> . (FOLHA DE	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	O impeachment (causa) levou ao fim da era PT (consequência).	<i>Folha de S.</i>	<i>El País</i> , jornal espanhol



SÃO PAULO, 2016, p. 1-5).			<i>Paulo</i>	
(4b) O editorial acentua que sua saída "marca o <u>fim de 13 anos transformadores</u> de governo do Partido dos Trabalhadores". (New York Time) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1-5).	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	O impeachment (causa) levou ao fim da era PT (consequência).	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>New York Time</i>
(7b) Na Argentina, tanto "Clarín" como "La Nación", os dois principais jornais, abriram suas manchetes on-line pela mesma linha de derrocada petista. No primeiro, " <u>Termina uma era no Brasil</u> ". (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1-5).	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	O impeachment (causa) levou ao fim da era PT (consequência).	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>Clarín e La Nación</i>
(6b) O primeiro destacou que a decisão " <u>encerra quase 14 anos</u> de governo do esquerdista Partido dos Trabalhadores". (Guardian) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1-5).	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	O impeachment (causa) levou ao fim da era PT (consequência).	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>Guardian, jornal francês</i>
(8b) Michel Temer asumió la presidencia de Brasil, en una cerimonia en el mismo Senado que este miércoles condenó a Dilma Rousseff y puso <u>fin a los gobiernos</u> de la izquierda en el gigante sudamericano. (EL PAÍS, 2016, p. 1-3).	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	O impeachment (causa) levou ao fim da era PT (consequência).	<i>El País</i>	<i>El País, jornal do Paraguai</i>
(2b) A decisão também interrompe um ciclo de 13 anos e meio de gestão do PT, iniciado com Luiz Inácio Lula da Silva em 2003. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1-6).	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	O impeachment (causa) levou ao fim da era PT (consequência).	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>Folha de S. Paulo</i>
(5b) Na América Latina, o colombiano "El Tiempo", ligado ao presidente Juan Manuel Santos, já saiu com seu editorial, "Dilma, <u>fim de uma era</u> ", referência aos 13 anos de PT, capítulo histórico que "prometia uma revolução pacífica, encabeçada por Lula". (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1-5).	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	O impeachment (causa) levou ao fim da era PT (consequência).	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>El Tiempo, jornal colombiano</i>
(1c) Também foi noticiado que Dilma chamou a <u>cassação</u> de "golpe" e que ela "repetidamente" disse não ter culpa do crime de responsabilidade	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	O impedimento (causa) levou à cassação (consequência) do mandato da ex-presidenta.	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>Folha de S. Paulo</i>

<p>pelas chamadas “pedaladas fiscais”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 4).</p>				
<p>(1f) En Brasília, <u>una mayoría de 61 senadores se pronunciaron a favor de la destitución de Rousseff</u>, bastante más de los 54 <u>votos</u> (dos tercios de los 81 senadores) que se necesitaban para su condena. (EL MUNDO, 2016, p. 2).</p>	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	A votação (causa) no Senado teve como consequência o impeachment.	<i>El Mundo</i>	<i>El Mundo</i>
<p>(2f) El presidente de Ecuador, Rafael Correa, criticó con dureza al sistema político brasileño tras la <u>votación</u> en el Senado que confirmó la destitución de Dilma Rousseff como presidenta. (EL PAÍS, 2016, p. 1).</p>	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	A votação (causa) no Senado teve como consequência o impeachment.	<i>El País</i>	<i>El País</i>
<p>(3f) Ante la petición del PT, el presidente del Tribunal Supremo aceptó realizar una primera <u>votación</u> para decidir si la presidente sería destituida y una segunda para establecer si se la inhabilitaba para “el ejercicio de cualquier función pública por el plazo de ocho años”. (HOY, 2016, p. 2).</p>	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	A votação (causa) no Senado teve como consequência o impeachment.	<i>HOY</i>	<i>HOY</i>
<p>(7f) Por 61 <u>votos</u> a 20, o Senado condenou a petista por crime de responsabilidade pelas chamadas "pedaladas fiscais", que são o atraso no repasse de recursos do Plano Safra a bancos públicos, e pela edição de decretos de créditos suplementares sem aval do Congresso. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 3).</p>	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	A votação (causa) no Senado teve como consequência o impeachment.	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>Folha de S. Paulo</i>
<p>(4f) Em tom de brincadeira, o embaixador britânico no Brasil, Alex Ellis, perguntou em sua conta no Twitter como ele poderia explicar para as autoridades do Reino Unido o resultado da <u>votação</u> no Senado do impeachment de Dilma Rousseff, que teve o mandato cassado, mas não perdeu seus direitos políticos. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 3).</p>	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	A votação (causa) no Senado teve como consequência o impeachment.	<i>Folha de S. Paulo</i>	Embaixador Britânico no Brasil

(6f) "Vimos notícias de que o Senado brasileiro, de acordo com o ordenamento constitucional do Brasil, <u>votou</u> para remover a presidente Dilma Rousseff do cargo. (Governo dos Estados Unidos)(FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 4).	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	A votação (causa) no Senado teve como consequência o impeachment.	<i>Folha de S. Paulo</i>	Governo dos Estados Unidos
(8f) Pese a los alertas realizados por la actual oposición, de que se está frente a un “golpe parlamentario”, 61 senadores <u>votaron</u> a favor de su salida. (CLARÍN, 2016, p.1)	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	A votação (causa) no Senado teve como consequência o impeachment.	<i>Clarín</i>	<i>Clarín</i>
(5f) Os senadores que <u>votaram</u> pelo impeachment escolheram rasgar a Constituição Federal. Decidiram pela interrupção do mandato de uma Presidenta que não cometeu crime de responsabilidade. (Discurso de Dilma Rousseff) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 4).	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	A votação (causa) no Senado teve como consequência o impeachment.	<i>Folha de S. Paulo</i>	Dilma Rousseff
(1d) Tras 13 años de mandato del PT, la ex presidentafue <u>sacada</u> del poder por un polémico impeachment. (CLARÍN, 2016, p. 4).	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	O impeachment (causa) fez com que Dilma Rousseff fosse sacada do poder executivo (consequência).	<i>Clarín</i>	<i>Clarín</i>
(5d) Aunque desde ayer había certeza que la mandataria sería <u>defenestrada</u> , el episodio no deja de tener un terrible impacto. (CLARÍN, 2016, p. 3).	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	O impeachment (causa) levou à defenestração da presidenta (consequência)	<i>Clarín</i>	<i>Clarín</i>
(3d) No segundo, "a primeira presidente mulher do Brasil foi <u>retirada</u> do cargo pelo Senado manchado de corrupção, após um processo esgotante que encerrou 13 anos de governo do PT". (Guardian) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 4).	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	O impeachment (causa) gerou a retirada de Dilma do poder executivo (consequência).	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>Guardian</i> , jornal francês
(2d) Embora mais contido, o inglês "Guardian" vai por aí. "É difícil ignorar o grau de injustiça nesta queda brutal: Dilma nunca foi acusada de se beneficiar pessoalmente de corrupção, ao contrário de dezenas de políticos brasileiros, muitos dos quais votaram por sua <u>remoção</u> ", afirma. (FOLHA DE	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	O impeachment (causa) levou à remoção da presidenta do poder executivo (consequência).	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>Guardian</i> , jornal francês

SÃO PAULO, 2016, p. 4).				
(6d) Dilma Rousseff conservará sus derechos políticos y los beneficios que la legislación le garantiza a los ex jefes de Estado tras la decisión del Senado de <u>despojarla</u> del mandato como presidenta de Brasil, según la sentencia leída hoy por el presidente de la Corte Suprema, Ricardo Lewandowski.(HOY, 2016, p. 2).	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	O impeachment (causa) como despojar a presidenta do poder executivo (consequência).	<i>HOY</i>	<i>HOY</i>
(4d)No entanto, define a <u>saída</u> de Dilma como " <u>uma vitória para a democracia</u> ". (Sociedade Rural Brasileira) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p.3).	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	O impeachment (causa) ocasionou a saída da presidenta (consequência).  O (causa) ocasionou a vitória da democracia (consequência).	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>Folha de S. Paulo</i>
(1e) A confirmação do <u>afastamento</u> só provou que estávamos certos e que não se pode fazer qualquer coisa para conseguir uma eleição, que foi o que aconteceu. (Janaína Paschoal) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 3).	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	O impeachment (causa) como a causa do afastamento da presidenta do poder executivo (consequência).	<i>Folha de S. Paulo</i>	Janaína Pascoal
(4e) Así fue que minutos después de haberla destituido 42 senadores se inclinaron por inhabilitar a Rousseff, 36 votaron a favor de mantenerle los derechos y 3 abstenciones, por lo que no se alcanzó los dos tercios (54 votos) de la Cámara Alta tomar la decisión de <u>alejarla</u> de la política. (CLARÍN, 2016, p. 4).	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	O impeachment (causa) como alejamiento (do espanhol) da presidenta do poder executivo (consequência).	<i>Clarín</i>	<i>Clarín</i>
(2e) Com a decisão do Senado de <u>afastar definitivamente</u> Dilma Rousseff, Michel Temer reconheceu que a responsabilidade do governo peemedebista aumentou ao passar de interino para definitivo. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 3).	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	O impeachment (causa) como a causa do afastamento definitivo da presidenta do poder executivo (consequência).	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>Folha de S. Paulo</i>
(3e) Dilma Rousseff, la cuarta presidenta en 31 años de democracia, quedó definitivamente	CAUSA- CONSEQUÊNCIA	O impeachment (causa) uma forma de apartar Dilma Rousseff do	<i>Carín</i>	<i>Clarín</i>

apartada del gobierno. (CLARÍN, 2016, p. 3).		poder executivo (consequência).		
(1g) A influência pode ser pela predominância do público feminino nas manifestações contrárias ao impeachment desde o primeiro dia. Núbia Melo, 59 anos, não tem dúvida de que o que ela chama de " <u>componente machista do golpe</u> " influenciou na maior participação feminina na defesa de Dilma. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1).	PARTE-PARTE, PARTE-TODO e CAUSA-CONSEQUÊNCIA	O machismo é entendido como uma parte das outras partes que constitui o todo que levou ao afastamento definitivo de Dilma Rousseff. Além do machismo ter sido compreendido como a causa do impeachment.	<i>Folha de S. Paulo</i>	Núbia Melo
(1h) O jornal afirma que agora “o desafio é fechar as feridas e limpar os costumes políticos”, o que não será nada fácil "após um <u>processo</u> que, em vez de unir, dividiu". (Jornal colombiano El Tiempo) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1-5).	PARTE-TODO	O processo está sendo conceptualizado como impeachment.		
(2h) a reportagem, o jornal destacou que a decisão é "a pedra angular de uma luta pelo poder que consumiu a nação durante meses e <u>derrubou um dos mais poderosos partidos políticos do hemisfério</u> " ocidental, as Américas. (New York Times) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1-5).	PARTE-TODO	Dilma Rouseff (parte), um membro do PT, como o todo o PT (todo).	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>New York Time</i> , jornal estadunidense
(3h) O "Wall Street Journal", que deu manchete, também destacou que a <u>decisão</u> foi tomada "em meio a uma economia com problemas e um clima político fraccionado" e que o PT agora terá que se "reagrupar" FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 2).	PARTE-PARTE e PARTE-TODO	A decisão (parte) tomada no Senado como o afastamento definitivos (parte) do impeachment (todo).	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>Wall Street Journal</i> , jornal estadunidense
(1l) Pero "también va a haber una lectura sobre el proceso en sí, que fue usado para favorecer a un grupo político, <u>para llevar a Michel Temer y al PMDB al poder de un modo no tan legítimo como serían las urnas</u> ", añadió. (Discurso de Dilma Rousseff) (EL PAÍS, 2016, p. 1-3).	CONDUÇÃO-RESULTADO	O impeachment (resultado) conduziu à uma eleição indireta.	<i>El País</i>	Dilma Rousseff

Fonte: própria autora.

### 5.3 CONCEPTUALIZAÇÕES METAFONÍMICAS

Os fragmentos a serem expostos, nesta subseção, foram considerados metafonímicos, porque temos a uma interpretação metafórica global da expressão que se constrói sobre a base de uma metonímia. Apresentaremos as metáforas e as metonímias conceptuais específicas reativas aos conjuntos de expressões metafonímicas, além de oferecermos uma tabela explicativa com cada conceptualização, contendo: domínio-fonte, domínio-alvo, jornal e conceptualizador que fez uso de tais expressões.

Iniciaremos com a conceptualização metafórica: IMPEACHMENT É HISTÓRIA que apresenta uma metáfora que se constrói com base na conceptualização metonímica: PARTE-TODO. Nos trechos que se seguem, teremos as conceptualizações que compreendemos como metafonímicas:

(1a) El representante alterno de Nicaragua, Luis Ezequiel Alvarado, condenó un "golpe de Estado parlamentario" luego que el Senado brasileño, en un fallo histórico, puso un dramático fin a 13 años de gobiernos de izquierda en el gigante sudamericano. (EL MUNDO, 2016, p. 1).

(2a) Y es un final trágico para la primera mujer que llegó a la presidencia de Brasil, suspendida en mayo tras ser acusada de violar las normas fiscales del país. (EL PAÍS, 2016, p. 3).

(3a) Mujica calificó el proceso de destitución como "una simple pantomima" [...] (EL PAÍS, 2016, p. 2).

(4a) "Esperamos que o fim desse processo possa virar uma página negra deste país com o afastamento também das nefastas práticas do governo afastado e desejamos sucesso ao novo governo que se instala a partir de hoje de forma definitiva", conclui a nota. (Eduardo Cunha) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1-4).

(5a) "ponto final nos desmandos com o bem público". "O Brasil encerra um capítulo vergonhoso, que levou o país à mais grave crise de sua história. (Paulinho da Força, Partido Solidariedade) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1-5).

(6a) Hoje, o Senado Federal tomou uma decisão que entra para a história das grandes injustiças. (Discurso de Dilma Rousseff) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1-5).

(7a) Aunque desde ayer había certeza que la mandataria sería defenestrada, el episodio no deja de tener un terrible impacto. (CLARÍN, 2016, p. 1-5).

No que diz respeito à metáfora, partimos da ideia de que o impeachment pertence a domínios distintos; um impeachment é um evento de natureza política, como prescreve a Constituição de 1988. Nos trechos que vão de (1a) a (7a), as expressões linguísticas estão relacionadas à metáfora IMPEACHMENT É HISTÓRIA, como vemos em expressões metafóricas: “histórias das grandes injustiças”, “um episódio que não deixa de ter um terrível impacto”, “uma história implacável”, “uma falha histórica”, “um dramático fim”, “um final trágico”, “uma simples pantomia”, “uma página negra”, “um ponto final”, “um capítulo vergonhoso”. Nesses casos, percebemos que a conceptualização metafórica do impeachment prevê expressões ligadas ao universo da história como um texto, como capítulos, páginas, episódio etc., o que nos leva a inferir a conceptualização metonímica de PARTE-PARTE e PARTE-TODO, uma vez que elementos como página, capítulo, ponto final, final trágico etc. fazem parte do todo que envolve história.

Além das referidas relações que apresentamos, entendemos, também, que substantivos são acompanhados por adjetivos que especificam os sentidos construídos pelos conceptualizadores, por exemplo, “capítulo” é acompanhado do adjetivo “vergonhoso”, o que sugere o impeachment como algo negativo. O mesmo percebemos com a expressão “página” seguida pelo adjetivo “negra”; adjetivo utilizado por Eduardo Cunha, que pode ser entendido como uma expressão de uma conceptualização racista e culturalmente utilizada no Brasil para desqualificar ou apontar o lado negativo de algo ou de alguém. A partir do trecho proferido por Eduardo Cunha, pudemos perceber que ele usou do item léxico “negro” para se referir ao governo Dilma como algo de qualidade inferior e que chegou ao fim, já que a expressão usada remete a algo ruim na nossa sociedade<sup>79</sup>. Ao substantivo “história”, também, foram adjungidos os adjetivos “falha” e “injustiça”, o que nos leva a uma conceptualização do afastamento como um erro, algo realizado com imperfeição e injustiça. Já o substantivo “pantomimia” refere-se a uma representação dramática, isto é, um gênero teatral realizado, exclusivamente, através de gestos, de expressões faciais e de movimentos; sabemos que toda história pertence a um gênero textual, nesse caso, pantomima é um gênero textual do teatro.

Além da referida conceptualização de Eduardo Cunha, encontrada no jornal *Folha*, ainda no mesmo jornal, encontramos a conceptualização de Dilma Rousseff do

---

<sup>79</sup> Observamos que esta expressão é preconceituosa e nós não comungamos desta perspectiva.

impeachment como a história das grandes injustiças. Ainda no *Folha*, tivemos acesso à conceptualização de Paulinho da Força (Partido Solidariedade) que conceptualizou o impeachment como um ponto final, o fim de um capítulo vergonhoso. Já redatores do *Clarín* conceptualizaram o impeachment como um episódio que deixou um terrível impacto. No jornal *El Mundo*, também, tivemos acesso à conceptualização do representante de Nicarágua que conceptualizou o impeachment como uma falha história que provocou um fim dramático. O jornal *El País* apresentou a conceptualização do impeachment como um final trágico para a história. Ainda no citado jornal, tivemos acesso à conceptualização de Pepe Mujica que nos leva a inferir que o impeachment foi compreendido como representação teatral.

Como já foi dito, além da conceptualização metafórica IMPEACHMENT É HISTÓRIA, temos, também, a conceptualização metonímica PARTE/TODO, pois elementos da história - ponto final, episódio, capítulo e página - fazem parte do todo que é um livro em que a contém. Nesse caso, temos elementos mencionados que se enquadram em partes constituintes de um todo. Já no caso da metáfora IMPEACHMENT É HISTÓRIA, temos dois conceitos que estão situados em dois domínios distintos sendo domínio-fonte (história) e o outro domínio-alvo (impeachment).

Classificamos os trechos citados anteriormente como sendo metaftonímicos, uma vez que eles, ora podem ser entendidos como metafóricos, ora podem ser compreendidos como metonímicos, dado que os domínios conceituais são integrados, porém não há uma integração entre todos os elementos do domínio-alvo e fonte, mas sim, mapeamentos dentro de cada domínio. Como vimos na seção teórica, qualquer metáfora emerge de um processo metonímico, visto que, na operação metafórica, um domínio experiencial é, parcialmente, mapeado; nesse mapeamento, então, temos um processo metonímico (parte pelo todo), pois, apenas, uma parte do domínio conceitual é utilizada para gerar significado no segundo domínio. Dessa forma, acreditamos que tais trechos tanto teriam de fazer parte da conceptualização metonímica PARTE-PARTE e PARTE-TODO quanto da conceptualização metafórica IMPEACHEMENT É HISTÓRIA. Partido dessa explicação, entendemos que os fragmentos de (1a) a (8a) são exemplos metaftonímicos da metáfora IMPEACHEMENT É HISTÓRIA da metonímia PARTE-TODO e PARTE-PARTE, uma vez que elementos da história estão sendo compreendidos por história.



Finalizamos esta subseção, resumindo, por meio de uma tabela as conceptualizações metafonímicas encontradas, na qual apresentamos as nossas compreensões do afastamento, bem como as conceptualizações dos jornais onde foram encontradas as conceptualizações e os seus conceptualizadores, como pode ser visto, a seguir:

Quadro 4- Sistematização das conceptualizações metaftonímicas encontradas no corpus

Fragmentos	Conceptualização metafórica metaftonímica	Domínio-alvo	Domínio-fonte	Conceptualizações	Jornal	Conceptualizador
(1a) El representante alterno de Nicaragua, Luis Ezequiel Alvarado, condenó un "golpe de Estado parlamentario" luego que el Senado brasileño, <u>en un fallo histórico</u> , puso un <u>dramático fin</u> a 13 años de gobiernos de izquierda en el gigante sudamericano. (EL MUNDO, 2016, p. 1).	IMPEACHMENT É HISTÓRIA e PARTE/TODO	Impeachment	História	Metaforicamente o impedimento está sendo compreendido em termos de história ao passo que, também, podemos compreendê-lo, metonimicamente, história como uma parte do todo que envolve todo o impeachment.	<i>El Mundo</i>	<i>El Mundo</i>
2a) Y es un <u>final trágico</u> para la primera mujer que llegó a la presidencia de Brasil, suspendida en mayo tras ser acusada de violar las normas fiscales del país. (EL PAÍS, 2016, p. 3).	IMPEACHMENT É HISTÓRIA e PARTE/TODO	Impeachment	Fim trágico	Metaforicamente o impedimento está sendo compreendido em termos de história ao passo que, também, podemos compreendê-lo, metonimicamente, como sendo o final de uma história .	<i>El País</i>	<i>El País</i>
(3a) Mujica calificó el proceso de destitución como <u>"una simple pantomima"</u> [...] (EL PAÍS, 2016, p. 2).	IMPEACHMENT É HISTÓRIA e PARTE/TODO	Impeachment	Pantomimia	Metaforicamente o impedimento está sendo compreendido como uma pantomia ao passo que também podemos compreendê-lo, metonimicamente, uma vez que toda história possui um gênero textual.	<i>El País</i>	Mujica

(4a) "Esperamos que o fim desse processo possa virar uma <u>página negra</u> deste país com o afastamento também das nefastas práticas do governo afastado e desejamos sucesso ao novo governo que se instala a partir de hoje de forma definitiva", conclui a nota. (Eduardo Cunha) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1-4).	IMPEACHMENT É e HISTÓRIA PARTE/TUDO	Impeachment	Página Negra	Metaforicamente o impedimento está sendo compreendido em termos de história ao passo que, também, podemos compreendê-lo, metonimicamente, como uma página da história.	<i>Folha de S. Paulo</i>	Eduardo Cunha
(5a) " <u>ponto final</u> nos desmandos com o bem público". "O Brasil encerra um <u>capítulo vergonhoso</u> , que levou o país à mais grave crise de sua história. (Paulinho da Força, Partido Solidariedade) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1-5).	IMPEACHMENT É e HISTÓRIA PARTE/TUDO	Impeachment	Capítulo vergonhoso e ponto final	Metaforicamente o impedimento está sendo compreendido em termos de história ao passo que, também, podemos compreendê-lo, metonimicamente, como um capítulo de uma história.	<i>Folha de S. Paulo</i>	Paulinho da Força, do Partido Solidariedade
(6a) Hoje, o Senado Federal tomou uma decisão que entra para a <u>história das grandes injustiças</u> . (Discurso de Dilma Rousseff) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1-5).	IMPEACHMENT É e HISTÓRIA PARTE/TUDO	Impeachment	História	Metaforicamente o impedimento está sendo compreendido em termos de história ao passo que, também, podemos compreendê-lo, metonimicamente, história como uma parte do todo que envolve todo o impeachment.	<i>Folha de S. Paulo</i>	Dilma Rousseff
(7a) Aunque desde ayer había certeza que la mandataria sería defenestrada, el <u>episodio</u> no deja de tener un terrible impacto. (CLARÍN, 2016, p. 1-5).	IMPEACHMENT É e HISTÓRIA PARTE/TUDO	Impeachment	Episódio	Metaforicamente o impedimento está sendo compreendido em termos de história ao passo que, também, podemos compreendê-lo, metonimicamente, como um episódio que envolve uma narrativa histórica.	<i>Clarín</i>	<i>Clarín</i>

Fonte: própria autora

Na seção a seguir, apresentaremos nossas considerações finais sobre tudo o que foi pesquisado e apresentando nesta Dissertação de Mestrado, levando em conta os fatores históricos tanto das pessoas pró-impeachment quanto das pessoas contra-impeachment.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta Dissertação de Mestrado foi verificar como o afastamento definitivo de Dilma Vana Rousseff foi compreendido em jornais dos países membros do bloco econômico Mercosul. Em relação a esse objetivo, pudemos concluir que a destituição da ex-presidenta foi compreendida tanto como impeachment quanto como golpe de Estado. Com esse estudo realizado, concluímos que não houve diferenças consideráveis, no âmbito da conceptualização do afastamento definitivo da ex-presidenta, nos textos que noticiaram o seu impeachment nos jornais do citado bloco econômico, pois, em todos os jornais, pudemos observar os dois discursos antagônicos em relação ao referido evento que ocorreu no dia 31 de agosto de 2016.

Além desse objetivo mais amplo, também, tivemos mais quatro objetivos específicos, como foi o caso de mostrar fatores históricos, políticos, econômicos e sociais responsáveis pelas conceptualizações encontradas; em relação a esse tema, encontramos os seguintes fatores ressaltados pelos pró-impeachment: impeachment é um evento previsto na Constituição, condenação por ter cometido crime de responsabilidade, comparação entre o processo de impedimento presidencial de 1992 e o de 2016. Não podemos deixar de mencionar a importância de termos realizado uma investigação acerca da importância da composição do bloco econômico do Mercosul e da sua importância para os países que constituem a América Latina.

Com este estudo, pudemos constatar que é possível estudar os discursos políticos nos valendo do arcabouço teórico da Semântica Cognitiva, pudemos, dessa forma, contribuir para os estudos realizados nessa área do conhecimento. A partir dos fragmentos interpretados, encontramos conceptualizações metafóricas, metonímicas e metaftonímicas, sendo mais comum encontramos as duas primeiras conceptualizações supracitadas.

Às vésperas da conclusão desta Dissertação de Mestrado, podemos perceber que o Brasil, mesmo depois do impeachment da ex-presidenta, ainda, vive crises econômicas e políticas. Nas últimas semanas do mês de maio de 2018, com o aumento do diesel, caminhoneiros começaram uma greve que durou 10 dias, causando, no país,

desabastecimentos de alimentos e de petróleo refinado. Assim, podemos perceber que, mesmo após o impedimento, as crises econômicas e políticas não terminaram e que, desde o período do impedimento, a imagem do Brasil no exterior foi perdendo credibilidade devido às contínuas crises e à polarização existentes no país.

A polarização, que ainda vive o país, foi identificada em notícias publicadas em periódicos de diversos países como as constantes do jornal colombiano *El Tiempo*, que declarou que o processo de impeachment, em vez de unir, dividiu o país, além do publicado no jornal estadunidense, *The Washington Post*, que divulgou, em uma notícia, que o processo de impeachment foi arrastado e que dividiu o país e, ainda, do expresso no jornal francês, *Le Monde*, que apresentou uma notícia, afirmando que o impeachment finalizou um procedimento jurídico-político altamente controverso. A partir dessas conceptualizações, pudemos constatar que o impedimento deixou como legado a ampliação de uma polarização política que, até o momento, é perceptível.

Com o estudo realizado, compreendemos, por meio de notícias jornalísticas, como o afastamento definitivo da ex-presidenta do Brasil foi conceptualizado por diferentes pessoas cujas falas foram transcritas e/ou por distintos jornalistas que escrevem em periódicos publicados no espaço Mercosul. Com esse estudo, pudemos, também, mostrar como a SC nos ajudou a compreender o afastamento da ex-presidenta do Brasil. A partir dos trechos encontrados e interpretados, pudemos perceber que o afastamento foi compreendido como: 1) golpe de Estado e como 2) impeachment; tais conceptualizações antagônicas, de certo modo, se devem ao frame, como propõe Lakoff (2007 [1980]), ou seja, tais conceptualizações se devem às nossas estruturas mentais, pois são elas que conformam nosso modo de ver o mundo.

Com o estudo empreendido, pudemos verificar que o discurso da presidenta afastada foi divulgado por todos os jornais constituintes do corpus, o que nos faz inferir que o discurso de golpe de Estado tenha se propagado no exterior, também, como pudemos observar em notícias divulgadas pelo periódico *Folha de São Paulo*, que cita a conceptualização do jornal *New York Times*, ao divulgar a manchete de que seria uma lástima se a história provasse que Dilma Rousseff estava certa. Além disso, o jornal *Folha* apresentou os posicionamentos de presidentes de outros países, como o depoimento do ex-presidente do Equador, Rafael Correa, do atual presidente da Venezuela, Nicolas Maduro, e do ex-presidente do Uruguai, Pepe Mujica, que, assim

como Dilma Rousseff, acreditam que houve um golpe de Estado. Também, pudemos ter acesso às conceptualizações de alguns trabalhadores e, desse modo, pudemos ficar sabendo um pouco sobre como essas pessoas pensavam sobre o impeachment, uma vez que o jornal *Folha de São Paulo* realizou uma ampla cobertura sobre o último dia de votação do processo de impedimento de Dilma Rousseff, divulgando alguns informes sobre o que os jornais internacionais escreviam sobre tal evento. Além disso, o referido jornal apresentou os impactos econômicos que, segundo ele, o impeachment provocou no país. Tal periódico, também, fez uma cobertura das comemorações e dos protestos que ocorreram dentro e fora do Brasil.

Nos jornais internacionais cujos fragmentos constituíram do corpus desta Dissertação, também, pudemos ter acesso às notícias divulgadas pelos jornais produzidos por hispânicos como *El país*, *El Mundo*, *Clarín* e *HOY*. Em alguns desses jornais, encontramos itens lexicais mais ou menos agressivos para se referirem ao impeachment, como: “defenestrar”, “remover”, “retirar”, “apartar”, “queda”, “derrubada”, “golpe baixo” etc., esses itens nos levam a compreender que o impeachment envolveu algum tipo de violência e que significou mais do que a saída de uma mulher da presidência; significou, também, o fim de um ciclo do PT, cujo primeiro presidente desse partido a assumir o poder executivo foi Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, e, posteriormente, foi o responsável por lançar a candidatura da ex-presidenta Dilma Vana Rousseff, em 2010.

Além da conceptualização de impedimento como golpe de Estado propagada pela ex-presidenta e por seus apoiadores, pudemos ter acesso à conceptualização do impedimento como um processo democrático e justo que seguiria e consolidaria a democracia, apesar dos transtornos que esse processo causaria na economia e no país. Tais conceptualizações foram encontradas nas transições de falas de depoimentos de Eduardo Cunha (PSDB), de Geraldo Alckmin (PSDB), da advogada e professora de direito Janaína Pascoal (USP), além do texto do próprio jornal *Folha de São Paulo* que, também, conceptualizou o afastamento como impeachment. Além de palavras agressivas para o impedimento, já citadas, encontramos, ademais, palavras mais amenas, como “afastamento”, destituição, saída do poder etc., sendo usadas como elementos instanciadores da conceptualização do evento como impeachment. Pudemos, também, verificar conceptualizações em que percebemos elementos, como voto, votação no Senado, que dão validade ao processo que culminou na decisão do

impedimento de Dilma Rousseff; essas conceptualizações foram encontradas nos jornais como *El Mundo*, *El País*, *Clarín*, *Folha de São Paulo* e *HOY*.

Nas nossas interpretações, foram encontradas tanto conceptualizações metafóricas, quanto metonímicas e metaftonímicas. A seguir, apresentaremos as conceptualizações metafóricas identificadas e o modo como elas foram classificadas:

Metáfora orientacional:

- IMPEACHMENT É QUEDA;

Metáforas estruturais:

- IMPEACHMENT É GOLPE;
- IMPEACHMENT É FRAUDE;
- IMPEACHMENT É FARSA;
- IMPEACHMENT É INJUSTIÇA;
- IMPEACHMENT É ESCOLHA;
- IMPEACHMENT É ATENTADO;
- IMPEACHMENT É FRUTO;
- IMPEACHMENT É DANO;
- IMPEACHMENT É TRAIÇÃO;
- IMPEACHMENT É APOLOGIA DO ABUSO;
- IMPEACHMENT É TRAUMA;
- IMPEACHMENT É CONSTRUÇÃO;
- IMPEACHMENT É PROCEDIMENTO.

Metáfora ontológica (personificação):

- IMPEACHMENT É SER HUMANO.

Já no que concerne às conceptualizações metonímicas, encontramos:

- CAUSA-CONSEQUÊNCIA;
- CONDUÇÃO-RESULTADO;
- PARTE-PARTE;
- PARTE-TODO.



Precisamos ressaltar, porém, que, no tocante à conceptualização metonímica CAUSA-CONSEQUÊNCIA, tivemos para a causa impeachment diferentes consequências, como pode ser constatado a seguir:

- O impedimento (causa) levou à destituição da presidenta (consequência);
- O impeachment (causa) levou ao fim da era PT (consequência);
- O impedimento (causa) levou à cassação (consequência) do mandato da ex-presidenta;
- A votação do impedimento (causa) no Senado teve como consequência o impeachment;
- O impeachment (causa) fez com que Dilma Rousseff fosse sacada do poder executivo (consequência);
- O impeachment (causa) levou à defenestração da presidenta (consequência);
- O impeachment (causa) gerou a retirada de Dilma do poder executivo (consequência);
- O impeachment (causa) levou à remoção da presidenta do poder executivo (consequência);
- O impeachment (causa) levou ao despojo da presidenta do poder executivo (consequência);
- O impeachment (causa) ocasionou a saída da presidenta (consequência);
- O impeachment (causa) foi responsável pelo afastamento da presidenta (consequência);
- O impeachment (causa) conduziu ao alejamiento (do espanhol) da presidenta do poder executivo (consequência);
- O impeachment (causa) como a causa do afastamento definitivo da presidenta do poder executivo (consequência);
- O impeachment (causa) uma forma de apartar Dilma Rousseff do poder executivo (consequência);
- O impeachment (causa) gerou quebra de relações diplomáticas do Brasil com outros países (consequência);
- O machismo (causa) teve como resultado o impeachment (consequência).

Além da metonímia CONDUÇÃO-RESULTADO, sendo que o impeachment (resultado) conduziu à uma eleição indireta.

Em relação à conceptualização metonímica PARTE/PARTE e PARTE/TODO, identificamos as conceptualizações que se seguem:

PARTE-PARTE e PARTE-TODO:

- O machismo é entendido como uma parte das outras partes que constitui o todo que levou ao afastamento definitivo de Dilma Rousseff;
- A decisão (parte) tomada no Senado como o afastamento definitivos (parte) do impeachment (todo).

PARTE-TODO:

- Dilma Rousseff (parte), um membro do PT, como o todo o PT (todo).

E, por fim, também, compreendemos algumas expressões como sendo metaftonímicas, como será apresentado a seguir:

IMPEACHMENT É HISTÓRIA e PARTE-TODO:

- Metaforicamente, o impedimento está sendo compreendido em termos de história ao passo que, também, podemos compreendê-lo, metonimicamente, como história como uma parte do todo que envolve todo o impeachment;

IMPEACHMENT É HISTÓRIA e PARTE-TODO:

- Metaforicamente, o impedimento está sendo compreendido em termos de história, ao passo que, também, podemos compreendê-lo, metonimicamente, como sendo o final de uma história;

IMPEACHMENT É HISTÓRIA e PARTE-TODO:

- metaforicamente, o impedimento está sendo compreendido como uma pantonomia, ao passo que, também, podemos compreendê-lo, metonimicamente, uma vez que toda história possui um gênero textual;

IMPEACHMENT É HISTÓRIA e PARTE-TODO:

- metaforicamente, o impedimento está sendo compreendido em termos de história, ao passo que, também, podemos compreendê-lo, metonimicamente, como uma página da história;

#### IMPEACHMENT É HISTÓRIA e PARTE-TODO:

- metaforicamente, ao impedimento está sendo compreendido em termos de história, ao passo que, também, podemos compreendê-lo, metonimicamente, como um capítulo de uma história;

#### IMPEACHMENT É HISTÓRIA e PARTE-TODO:

- metaforicamente o impedimento está sendo compreendido em termos de história, ao passo que, também, podemos compreendê-lo, metonimicamente, como um episódio que envolve uma narrativa histórica.

Devido à polarização política em que o Brasil vive, desde o momento em que se iniciou o processo de impeachment de Dilma Vana Rousseff, tentamos apresentar as conceptualizações de ambos os lados dessa polarização, na tentativa de entender a geração de sentidos de ambos, em relação ao evento impeachment, para assim poder interpretar as conceptualizações encontradas nas notícias coletadas constantes do nosso corpus. Concluímos que os dois grupos defendem opiniões possíveis, já que o significado é perspectivista, flexível e enciclopédico, porém, temos de ressaltar que a polarização incitada pelo próprio aparelho estatal junto à mídia brasileira trouxe ódio e um esvaziamento do debate, de tal modo que não se pode pensar sem que se seja categorizado como sendo de esquerda ou de direita, como se tudo se resumisse a esses dois polos significativos antagônicos; um discurso político mais de centro perdeu espaço nessa polarização<sup>80</sup>. O aparelho estatal e a mídia fomentaram tanto a polarização que ela passou a ser visível fisicamente como ficou simbolizado pelo muro de aço de 80 metros de extensão que rasgou a Esplanada dos Ministérios em Brasília, no dia da votação do impeachment. Em momentos próximos ao impeachment e, mais tarde, quando Lula da Silva foi preso, parecia que tais tensões, em alguns momentos, estavam flertando com o início de uma guerra civil, causando medo e tensão, em uma parte da população. O impeachment de 2018 nos deixou um legado de polarização política que já

---

<sup>80</sup> Neste caso, Lakoff refere-se à existência de pessoas que são biconceptuais.

tinha ocorrido no Brasil, em outros momentos da nossa história, como, em 1935, na Era Vargas e, em 1964, com o golpe civil-militar.

Por acreditarmos no trabalho da historiografia, nos valem, em vários momentos, da história do Brasil, para que, por meio de analogias com o nosso passado, pudéssemos entender o que pode ter ocorrido ou o que pode ter levado ao afastamento da ex-presidenta, uma vez que a divisão de opiniões sobre esse assunto nos chamou a atenção. Foi por meio de fatos históricos que pudemos compreender como o afastamento de Dilma Rousseff se distancia ou se aproxima dos outros golpes de Estado que tivemos no Brasil e do processo de impeachment de Fernando Collor de Mello, pois os momentos históricos, mesmo sendo únicos, apresentam fatos que podem se distanciar ou se aproximar do passado e foi nesse sentido que voltamos à história, contemplando, assim, discussões que concernem à linha Constituição do Português e das demais Línguas Românicas do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da UFBA.

A partir das conceptualizações encontradas, pudemos concluir que a conceptualização de golpe de Estado, inicialmente, propagada por Dilma Rousseff ganhou proporções internacionais, levando, inclusive, imigrantes brasileiros a protestarem nas embaixadas do Brasil. Por outro lado, não se verificaram comemorações do impeachment da ex-presidenta fora do país. Se o golpe de Estado, o qual Dilma Rousseff defende ter sido vítima irá entrar para história como um dos muitos golpes de Estado que já tivemos, isso não sabemos, apesar de não ter sido incomum encontrarmos conceptualizações de impeachment como história, como nos trechos a seguir: “El representante alterno de Nicaragua, Luis Ezequiel Alvarado, condenó un ‘golpe de Estado parlamentario’ luego que el Senado brasileño, en un fallo histórico, puso un dramático fin a 13 años de gobiernos de izquierda en el gigante sudamericano” (EL MUNDO, 2016, p. 1), ou como na passagem a seguir: “O New York Times gasta boa parte de seu texto citando o último discurso de Dilma, para afirmar por fim que ‘será uma pena se a história mostrar que está certa’ (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1-5) e, também, na carta aberta do movimento Frente Popular Brasil que declarou: “A história é implacável ao julgar conspiradores, golpistas e traidores do povo.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, p. 1-5).

Por fim, acreditamos que diferentes discursos dos grupos pró-impeachment e contra-impeachment são, totalmente, possíveis e, se o afastamento definitivo da presidenta foi um golpe disfarçado de impeachment, seguramente, ele foi muito diferente dos outros golpes que já tivemos na história do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ariadne Domingues. O Ser Humano é um animal? E o que mais? Metáforas de Idade Média. In: DA HORA, Dermeval (et. al.) (Orgs). Anais. XVII Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL). 14 e 18 de Julho de 2014. João Pessoa: Ideia, 2014.

ALMEIDA, Ariadne Domingues. História sobre as redes de significação do item léxico “foda” à luz do Sociocognitivismo. In: ALMEIDA, A. D.; SANTOS, E. S. Linguagens e Cognição. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 13-45.

ATAIDE, C. A.; SOUSA, V. V [org.]. Língua, texto e ensino: descrições e aplicações. In: ALMEIDA, Aurelina Ariadne. A Categorização à Luz da Sociolinguística Cognitiva: Diferentes Organizações de Mundo Possíveis. GELNE: Natal. 2010. 1.422 p. Disponível em: <http://www.gelne.com.br/arquivos/L%C3%ADngua-texto-e-ensino%20-%20Gelne.pdf>. Acesso: 20 jun 2019.

AMORA, Dimmi. Em clima de frustração e recomeço, militância se despede sem ver Dilma. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 31 ago 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1809011-em-clima-de-frustracao-e-recomeco-militancia-se-despede-sem-ver-dilma.shtml>>. Acesso: 13 ago 2017.

BALLOUSSIER, Anna V. Em Nova York, brasileiros protestam contra impeachment de Dilma. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 31 ago 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1809077-em-nova-york-brasileiros-protestam-contr-impeachment-de-dilma.shtml>>. Acesso: 13 ago 2017

BAQUERO, Marcello. Populismo e neopopulismo na América Latina: o seu legado nos partidos e na cultura política. DOI: 10.5216/sec.v13i2.13421.

BERGAMIM JR, Giba. Na Paulista, manifestantes comem 'bolo do impeachment'. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 31 ago 2016. Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808882-na-paulista-manifestantes-comem-bolo-do-impeachment-cantam-hino-e-xingam-dilma.shtml>>. Acesso: 13 ago 2017.

BARCELONA, Antonio. La metonimia conceptual. In.: IBARRETXE-ANTUÑANO, Iraide; VALENZUELA, Javier. (Dirs.). *Linguística Cognitiva*. Barcelona: Anthropos Editorial: 2012, p.123-146.

BARCELONA, A. Clarifying and applying the notions of metaphor and metonymy within cognitive linguistics: an update. Metaphor and metonymy in comparison and contrast. Berlin: New York: Mouton de Gruyter, 2003, p. 207-277.

BERNARDES, Marcelo. Impeachment foi nota de rodapé no horário nobre da TV dos EUA. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 31 ago 2016. Disponível em: <<http://baixomanhattan.blogfolha.uol.com.br/2016/08/31/impeachment-foi-nota-de-rodape-no-horario-nobre-da-tv-dos-eua/>>. Acesso: 13 ago 2017

BIANCHI, Álvaro. O que é um golpe de Estado? Blog Junho, 26 mar. 2016. Disponível em <http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/>. Acesso em: 03 abr. 2018.

BILENKY, Thias . 'Acordão' para manter direitos de Dilma visa Cunha. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 31 ago 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808992-acordao-para-manter-direitos-de-dilma-visa-cunha-diz-marina.shtml>>. Acesso: 13 ago 2017.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário Político. 11ª Ed. 2016. Disponível em: [http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/No rberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf](http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/No%20roberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf). Acesso em: 10 abr. 2018.

BRAGON, Ranier. Dilma é a 6ª eleita por voto direto na República a não concluir mandato. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 31 ago 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808756-dilma-e-a-6-eleita-por-voto-direto-na-republica-a-nao-concluir-mandato.shtml>>. Acesso: 13 ago 2017.

BUSTAMANTE, Luísa. Rio tem panelaço anti-Temer e protesto contra impeachment. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 31 ago 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1809061-rio-tem-panelaco-anti-temer-e-protesto-contra-impeachment.shtml>>. Acesso: 13 ago 2017. .

BOLDRINI, Angela. Telmário trai Dilma; indecisos votam pela cassação, mas mantêm direitos. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 31 ago 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808828-telmario-muda-voto-e-trai-dilma-indecisos-votam-pela-cassacao.shtml>>. Acesso: 13 ago 2017.

BORGES, Jorge Luis. El Hacedor. Madrid: Alianza, 1980.

COGGIOLA, Osvaldo. Os regimes militares sul-americanos na década de 1960. In.: Governos Militares na América Latina. São Paulo: Contexto, 2001 p-11-51.

CARDOSO, Caroline Rodrigues. Pesquisa quantitativa e qualitativa em sociolinguística: dadaísmo metodológico? In: Cadernos de Letras da UFF Dossiê: O lugar da teoria nos estudos linguísticos e literários n. 46, 2013, p. 143-156 Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/46/artigo7.pdf>. Acesso em: 05 mar 2018.

CUENCA, Maria; HILFERTY, Joseph. *Introducción a la lingüística cognitiva*. Barcelona: Editorial Ariel, 1999.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade, v. II, Paz e Terra, São Paulo, 1996, p. 22 - 28.

CABALLERO, R; IBARRETXE-ANTUÑANO, I. (2014). Ways of perceiving, moving, and thinking: Revindicating culture in conceptual metaphor research. *CognitiveSemiotics*, 5, 268–290.

CARDOSO, Caroline Rodrigues. Pesquisa quantitativa e qualitativa em sociolinguística: dadaísmo metodológico? In: Cadernos de Letras da UFF. Dossiê: O lugar da teoria nos estudoslinguísticos e literários n. 46, 2013. p. 143-156. Disponível:

[http://www.cadernosdeletras.uff.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=41%3Aedicoes-antiores-no-46&catid=6%3Aedicoes-antiores&Itemid=24](http://www.cadernosdeletras.uff.br/index.php?option=com_content&view=article&id=41%3Aedicoes-antiores-no-46&catid=6%3Aedicoes-antiores&Itemid=24) Acesso em: 24 maio 2018.

CUCHE; Denys. A invenção científica do conceito de cultura. In.: A noção de cultura nas ciências sociais. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru. Edusc: 2002, p. 34-48.

CRUZ, Valdo; URIBE, Gustavo. Dilma vai ser esquecida em dois dias, diz Geddel Vieira Lima. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 31 ago 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1809010-dilma-vai-ser-esquecida-em-dois-dias-diz-geddel-vieira-lima.shtml>>. Acesso: 13 ago 2017.

CELEBRIDADES COMENTAM NAS REDES SOCIAIS IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF; VEJA. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 31 ago 2016. Disponível em: < <http://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2016/08/celebridades-comentam-nas-redes-sociais-impeachment-de-dilma-rousseff-veja.shtml>>. Acesso: 13 ago 2017.

CONFIRA A ÍNTEGRA DO PRONUNCIAMENTO DE MICHEL TEMER EM CADEIA NACIONAL. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 31 ago 2016. Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1809095-confira-a-integra-do-pronunciamento-de-michel-temer-em-cadeia-nacional.shtml>>. Acesso: 13 ago 2017.

CONFIRA A REPERCUSSÃO DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 31 ago 2016. Disponível em:<<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808844-confira-a-repercussao-do-impeachment-de-dilma-rousseff.shtml>>>. Acesso: 13 ago 2017.

DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1985 p. 90-106.

DEBERT, Guita Grin. Problemas envolvidos no conceito de populismo. In: Ideologia e Populismo: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola. Rio de Janeiro, 2008, p. 14-31. <Disponível em: <http://books.scielo.org/id/b23ds/pdf/debert-9788599662724.pdf>>. Acesso: 20 maio 2018.

DIAS, Marina; MEGALE, Bela. Dilma diz que sofre '2º golpe' na vida e que Temer terá 'oposição incansável'. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 31 ago 2016. Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808888-dilma-diz-que-sofre-2-golpe-na-vida-e-que-temer-tera-oposicao-energica.shtml>>. . Acesso: 13 ago 2017.

DUARTE, C. Uma análise de procedimentos de leitura baseada no paradigma indicichio. 1998. Dissertação (Mestrado em Lingüística) — Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

DESTITUYEN A DILMA ROUSSEFF. **HOY** [online], Paraguai, 31 ago 2016. Disponível em: <<http://www.hoy.com.py/mundo/destituyenadilmarousseff>>. Acesso em: 5 maio 2017.

DUQUE; COSTA, M. A. Linguística Cognitiva: em busca de uma arquitetura de linguagem compatível com medelos de armazenamento e categorização de experiências. Natal: EdUFRN, 2012. Disponível em:



[http://www.academia.edu/4273566/categorizacao\\_duque\\_e\\_costa](http://www.academia.edu/4273566/categorizacao_duque_e_costa). Acesso em: 02 abr. 2018.

EMBAIXADOR BRITÂNICO PEDE AJUDA PARA EXPLICAR VOTAÇÃO NO SENADO. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 31 ago 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/08/1809027-embaxador-britanico-pede-ajuda-para-explicar-votacao-no-senado.shtml>>. Acesso: 13 ago 2017.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002

FELTES, Heloísa. *Semântica Cognitiva- ilhas, pontes e teias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

FERES JÚNIOR, J. A história do conceito de “LatinAmerica” nos Estados Unidos. Bauru: USC, 2005.

FIGUEIREDO, Eurídice. O Conceito de América Latina. In: \_\_\_\_. **A Representações de Etnicidade Perspectivas Interamericanas de Literatura e Cultura**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010. p. 43-51.

GIBBS JR, R. Inferring Conceptual Metaphors from Language. In *Metaphor Wars: Conceptual Metaphors in Human Life* (pp. 104-167). Cambridge: Cambridge University Press, 2007. doi:10.1017/9781107762350.004.

GIBBS JR, R.W. *Embodiment and Cognitive Science*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2006.

GÓES, Mauricio Silva de; MEDEIROS, Guilherme Luiz. O impeachment. *Revista Eletrônica Direito, Justiça e Cidadania – Volume 2 – nº 1 – 2011*.

GRADY, Joseph. *Foundations of meaning: primary metaphors and primary scenes* Dissertation (PH. D)- University of California, Berkeley, 1997, p. 138-132. Disponível em: <https://cloudfront.escholarship.org/dist/prd/content/qt3g9427m2/qt3g9427m2.pdf?t=p3e6uc>. Acesso em: 03 abr. 2018.

GOSMAN, Eleonora. El Senado destituyó a Dilma pero mantuvo sus derechos políticos. **Clarín** [online], Argentina, 31 ago 2016. Disponível em: <[https://www.clarin.com/mundo/brasilsenadodestituyodilmarousseff\\_0\\_SJh\\_WuNo.html](https://www.clarin.com/mundo/brasilsenadodestituyodilmarousseff_0_SJh_WuNo.html)>. Acesso em: 5 maio 2017.

GOSMAN, Eleonora. Una larga historia de intentos de juicios políticos. **Clarín** [online], Argentina, 31 ago 2016. Disponível em: [https://www.clarin.com/mundo/larga-historia-intentos-juicios-politicos\\_0\\_SkHMPers.html](https://www.clarin.com/mundo/larga-historia-intentos-juicios-politicos_0_SkHMPers.html). Acesso em: 5 maio 2017.

GEERAERTS, Dirk. 2002. "The interaction of metaphor and metonymy in composite expressions". In René Dirven & Ralf Pörings (red.), *Metaphor and metonymy in comparison and contrast* 435-465. Berlin: Mouton de Gruyter. Disponível em <http://www.ling.arts.kuleuven.be/qlvl/PDFPublications/02Theinteraction.pdf>. Acesso em : 1 jan. 2019

GOOSSENS, L. Metaphtonymy: the interaction of metaphor and metonymy in expressions for linguistic action. In: René Dirven, Ralf Pöring (eds. ), *Metaphor and*



MARTÍNEZ, Inmaculada Penadés. La teoría cognitiva de la metonimia a la luz de locuciones nominales somáticas. In: *RSEL*. Universidad de Alcalá. Vol. 40, Num.2, 2010, pp. 75-94. Disponível em: <http://sel.edu.es/rsel/index.php/revista/article/view/86>. Acesso em: abr. 2018.

MITRE, Antônio Fernando. As peregrinações de um conceito: populismo na América Latina. In: *Cadernos de História*. v. 10, n. 13, 2008, p. 9-23. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/941>>. Acesso em: 20 maio 2018.

MICHEL TEMER ASUMIÓ LA PRESIDÊNCIA. **EL PAIS** [online], Uruguai, 31 ago 2016. Disponível em: <http://www.elpais.com.uy/mundo/micheltemerasumiopresidenciabrasil.html>>. Acesso em: 05 maio 2017.

MICHEL TEMER, DE"VICEPRESIDENTE DECORATIVO" A LÍDER DEL IMPEACHMENT. **EL PAIS** [online], Uruguai, 31 ago 2016. Disponível em: <http://www.elpais.com.uy/informacion/micheltemervicepresidentedecorativolider.html>>. Acesso: 05 maio 2017.

MUJICA SOBRE BRASIL: FUE "UN GOLPE DE ESTADO ANUNCIADO DESDE HACÍA RATO. **EL PAIS** [online], Uruguai, 31 ago 2016. Disponível em: <http://www.elpais.com.uy/informacion/mujicaseraoradorprincipalactopitcntapoyorousseff.html>>. Acesso: 05 maio 2017.

MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2005.

MESQUITA, Lígia. Globonews é canal mais assistido da TV paga no dia da defesa de Dilma no Senado. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 31 ago 2016. Disponível em: <http://outrocanal.blogfolha.uol.com.br/2016/08/31/globonews-e-canal-mais-assistido-da-tv-paga-no-dia-da-defesa-de-dilma-no-senado/>>. Acesso: 13 ago 2017.

NUNES, Wálter. Cunha diz que impeachment é prova de que agiu com lisura no processo. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 31 ago 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808846-cunha-diz-que-impeachment-e-a-prova-de-que-ele-agiu-com-lisura-no-inicio-do-processo.shtml>>. Acesso: 13 ago 2017.

NINIO, Marcelo. Para Estados Unidos, impeachment seguiu ordem constitucional. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 31 ago 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808891-para-estados-unidos-impeachment-seguiu-ordem-constitucional.shtml>>. Acesso: 13 ago 2017.

NO ME GUSTARÍA ESTAR EN EL LUGAR DE LOS QUE SE JUZGAN VENCEDORES. **EL PAIS** [online], Uruguai, 31 ago 2016. Disponível em: <http://www.elpais.com.uy/mundo/declaracionesdilmadestitucionjuzganvencedores.html>>. Acesso em: 05 maio 2017.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon. O golpe de 2016: breve ensaio de história imediata sobre democracia e autoritarismo. *Historiae*, 2016, 191-232. Disponível em: <file:///C:/Users/Maisa/Downloads/6726-19212-1-SM.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

OLIVEIRA, Eulina. No dia do impeachment, Bolsa cai com petróleo, mas real se valoriza. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 31 ago 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/08/1808914-no-dia-do-impeachment-bolsa-cai-com-petroleo-mas-real-se-valoriza.shtml>>. Acesso: 13 ago 2017.

POSSENTI, Sírio. Diferenças condensadas em palavras. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.26, n.3, p. 1075-1099, 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/Maisa/Downloads/10959-33015-1-PB%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Maisa/Downloads/10959-33015-1-PB%20(3).pdf). Acesso em: 10 abr. 2018.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. O processamento metonímico/metafórico à luz da teoria do caos/complexidade. *Revista Portuguesa de Humanidades-Estudos Linguísticos*, Braga, v.15, n.1, p.51-66, 2012

PAIVA, V. L. M. de O. e. (2010). A metonímia como processo fractal multimodal. *Veredas*, 14, 7-19. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/08/ARTIGO-1.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2018.

POPULAÇÃO REAGE A IMPEACHMENT COM CHORO, FOGOS E BUZINAÇOS. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 31 ago 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808826-populacao-no-pais-reage-a-impeachment-com-fogos-e-buzinacos.shtml>>. Acesso: 13 ago 2017.

PAÍSES DEL ALBA CONDENAN EN OEA "GOLPE DE ESTADO" CONTRA ROUSSEFF. **EL MUNDO** [online], Venezuela, 31 ago 2016. Disponível em: <<http://www.elmundo.com.ve/noticias/actualidad/internacional/paisesdelalbacondenane-noeagolpedeestado.aspx>>. Acesso: 05 maio 2017.

PIZARRO; Ana. Áreas culturais da América Latina. São Paulo, n. 6, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/49751/53863>>. Acesso em: 28 de abr. 2017.

¿QUÉ PASARÁ DE DILMA ROUSSEFF TRAS SU DESTITUCIÓN?. **HOY** [online], Paraguai, 31 ago 2016. Disponível em: <<http://www.hoy.com.py/mundo/quepasaradedilmaroussefftrassudestitucion>>. Acesso em: 5 maio 2017.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Caminhos da linguística histórica: “ouvir o inaudível”. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, P. 1-26.

RICCITELLI. Antonio. Impeachment à brasileira: instrumento de controle parlamentar. 1º. Ed. Manole. Barueri-SP. 2006.

SILVA; Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. (Org). Petrópolis. Editora: Vozes. 2014.

SOARES DA SILVA; Augusto. Metáfora conceptual e ideologia: o caso do discurso das políticas de austeridade na imprensa portuguesa. *Revista Investigações*, Pernambuco, v. 28, n. 2, Julho. 2015. Disponível em: <<http://www.pglettras.com.br/informes/2015/05/revista-investigacoes/>>. Acesso em: 3 de mar. 2016.

SANTOS, Deivid Borges. *Daquestes Putos que S'andan Fodendo: Estudo sobre a Conceptualização da Relação entre Homens em Cantigas de Escárnio e Maldizer*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras Vernáculas) – Colegiado de Letras Vernáculas do curso de bacharelado em Letras Vernáculas Letras Vernáculas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SANTOS, Valdenor Cabral dos. DITADURAS MILITARES NA AMERICA DO SUL (1964-1985). *Revista Científica Semana Acadêmica*. Fortaleza, ano MMXVI, Nº. 000088, 24 ago. 2016. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/ditaduras-militares-na-america-do-sul-1964-1985>. Acessado em: 02 abr. 2018.

SILVA, Eliane Santos Leite da; ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues. Metáforas do trabalho em textos do *Facebook*. In: DA HORA, Dermeval; et.al. (Orgs). *Anais*. XVII Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL). 14 a 18 de julho de 2014. João Pessoa: Ideia, 2014.

SILVA, Eliane Santos Leite da. *Um Estudo Sociocognitivo de Conceptualizações do Trabalho em Textos Jornalísticos dos Séculos XIX, XX e XXI*. 2017. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Programa de Língua e Cultura- Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SILVA, Augusto Soares da. A linguística cognitiva. Uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades*, 1/1-2, Braga: Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Braga, p. 59-101, 1997.

SILVA, A. S. da. Polissemia e contexto: o problema duro da diferenciação de sentidos. *Estudos Linguísticos*, Lisboa, p. 353-367, 2010. Disponível em: [http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n5\\_fulltexts/5z1%20agosto%20silva.pdf](http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n5_fulltexts/5z1%20agosto%20silva.pdf). Acesso em: 17 mar. 2010.

SENADO CASSA MANDATO DE DILMA; CONGRESSO DARÁ POSSE EFETIVA A TEMER. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 31 ago 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808784-senado-cassa-mandato-de-dilma-congresso-dara-posse-efetiva-a-temer.shtml>. Acesso: 13 ago 2017.

SÁ, De Nelson. Em editorial, 'NYT' cobra que Temer respeite plataforma que elegeu Dilma. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 31 ago 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808866-impeachment-encerra-era-do-pt-no-poder-destacam-jornais-estrangeiros.shtml>. Acesso: 13 ago 2017.

SORIANO, Cristina. La metáfora conceptual. In.: IBARRETXE-ANTUÑANO. Iraide; VANEZUELA, Javier. (Dirs) *Linguística Cognitiva*. Barcelona: Anthoropos Editorial, 2012. p.97-121. Disponível em: <https://www.textosenlinea.com.ar/academicos/Soriano%20-%20La%20metafora%20conceptual.PDF>. Acesso em: 02 abr. 2018.

TEIXEIRA, Elizabeth. Reflexões sobre o paradigma holístico e holismo e saúde. *Rev. esc. enferm. USP* [online]. 1996, vol.30, n.2, pp.286-290. ISSN 0080-6234. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62341996000200008>. Acesso em: 06 mar. 2018.

TEIXEIRA, J. Quando um verbo é antônimo de si mesmo: cognição e estrutura lexical de levantar. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 18, n.28, p. 102-128, jan./jun.2011. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/18612>. Acesso em: mar 2018.

URIBE, Gustavo; CRUZ, Valdo. 'A nossa responsabilidade aumentou', reconhece Temer após impeachment. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 31 ago 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808827-a-nossa-responsabilidade-aumentou-reconhece-temer-apos-impeachment.shtml>. Acesso: 13 ago 2017.

URIBE, Gustavo. Com impeachment, quadros de Dilma são retirados do Palácio do Planalto. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 31 ago 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808869-com-impeachment-quadros-de-dilma-rousseff-sao-retirados-do-palacio-do-planalto.shtml>. Acesso: 13 ago 2017.

URIBE, Gustavo. Após impeachment, Dilma mantém benefícios como ex-presidente do país. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 31 ago 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808751-apos-impeachment-dilma-mantem-beneficios-como-ex-presidente-do-pais.shtml>. Acesso: 13 ago 2017.

VENEZUELA, BOLIVIA Y ECUADOR RETIRAN A SUS EMBAJADORES DE BRASIL. **EL PAIS** [online], Uruguai, 31 ago 2016. Disponível em: <http://www.elpais.com.uy/mundo/boliviaecuadorretiranembajadoresbrasil.html>. Acesso: 05 maio 2017.

VOTAÇÃO NO SENADO PARA CASSAR DILMA FOI FATIADA; ENTENDA. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 31 ago 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808907-votacao-no-senado-para-cassar-dilma-foi-fatiada-entenda.shtml>. Acesso: 13 ago 2017.

WIZIACK, Julio. 'Me sinto aliviada, com sensação de dever cumprido', diz Janaína Paschoal. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 31 ago 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808884-me-sinto-aliviada-com-sensacao-de-dever-cumprido-diz-janaina-paschoal.shtml>. Acesso: 13 ago 2017.

ZARPELÃO, Sandro Heleno Moraes. A integração na América do Sul e o Consenso de Washington: a política externa dos Estados Unidos para a região no final do século XX e início do século XXI. ISSN 2177-9503, 2013, 78-93. Disponível em: [http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v7\\_sandro\\_GIV.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v7_sandro_GIV.pdf). Acesso em: 1 abr. 2018.